

FORMAÇÕES SUBJETIVAS
O sujeito à luz da teoria dos discursos

CONRADO NEVES SATHLER



2016

Dedicatória:
À Prof.^a Dr.^a Patrícia Regina da Matta Silva,
que partiu precocemente deixando
marcas como professora, avaliadora,
pesquisadora e amiga.

Equipe EdUFGD/2012
Coordenação editorial: Edvaldo Cesar Moretti
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Raquel Correia de Oliveira
Programação visual: Marise Massen Frainer

CONSELHO EDITORIAL
Edvaldo Cesar Moretti - Presidente
Célia Regina Delácio Fernandes
Luiza Mello Vasconcelos
Marcelo Fossa da Paz
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Rozanna Marques Muzzi
Wedson Desidério Fernandes

A presente obra foi aprovada de acordo com o Edital 01/2012/EdUFGD.
Os dados acima referem-se ao ano de 2012.

Editora filiada à
 ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Gestão 2015/2019
Universidade Federal da Grande Dourados
Reitora: Liane Maria Calarge
Vice-Reitor: Marcio Eduardo de Barros

Equipe EdUFGD
Coordenação editorial:
Rodrigo Garófalo Garcia
Administração: Givaldo Ramos da Silva Filho
Revisão e normalização bibliográfica:
Cynara Almeida Amaral, Raquel
Correia de Oliveira, Tiago Gouveia
Faria e Wanessa Gonçalves Silva
Programação visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu.br

CONSELHO EDITORIAL
Rodrigo Garófalo Garcia - Presidente
Marcio Eduardo de Barros
Thaise da Silva
Marco Antonio Previdelli Orrico Junior
Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi
Rogério Pereira Silva
Luiza Mello Vasconcelos

Revisão: Raquel Correia de Oliveira e
Wanessa Gonçalves Silva

Projeto gráfico/capa: Marise Massen Frainer

Diagramação, impressão e acabamento: Triunfal Gráfica e Editora – Assis – SP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil

S131f Sathler, Conrado Neves.
Formações subjetivas : o sujeito à luz da teoria dos discursos. /
Conrado Neves Sathler. – Dourados, MS : UFGD, 2016.
128f.

ISBN: 978-85-8147-115-0.
Referências: p. 113-126.

1. Discurso. 2. Linguagem. 3. Pós-modernidade. 4. Processos de
Subjetivação. 5. Sujeito. I. Título.

CDD – 401.41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.
© Todos os direitos reservados. Conforme Lei nº 9.610 de 1998

Sumário

Prefácio	7
Apresentação	11

Parte I

Linguagem, texto, arquivo e instituição	13
Um sistema em desequilíbrio	13
Texto: curvas de enunciação	14
Arquivo: a construção da memória	21
A instituição: sobre as nuvens e os controles discursivos	29

Parte II

Concepções de sujeito e de subjetividade	35
Sujeito e subjetividade	36
Um sujeito: essencialismo e sujeito antropológico	38
Do suposto sujeito à negatividade	40
Sujeito: da substância ao vazio	45
Sujeito do desejo e sujeito da pulsão	62
O “eu” construído e a sociedade de controle	71
Do sujeito virtual (ou da cibercultura) ao corpo digitalizado	86
O écran: uma pequena cartografia da sociedade do espetáculo (ou) sociedade do espetáculo: subjetividades mutantes	92
Agenciamentos e resistência na pós-modernidade: o sujeito do consumo, o híbrido, o maquínico e o virtual em questão	99
Fragmentos do discurso religioso: uma trama discursiva da pós-modernidade	107
Referências bibliográficas	113

Prefácio

Cada um de nós é um símbolo que lida com símbolos - tudo ponto de apenas referência ao real. Procuramos desesperadamente encontrar uma identidade própria e a identidade do real. E se nos entendemos através do símbolo é porque temos os mesmos símbolos e a mesma experiência da coisa em si: mas a realidade não tem sinônimos.

Clarice Lispector¹

Prefaciando esta obra que Conrado Neves Sathler apresenta aqui é, sem dúvida, uma tarefa de grande responsabilidade; paradoxalmente, como prefaciante, também me encontro num lugar confortável, já que falar deste texto exemplar traz-me grande honra e prazer e torna minha tarefa extremamente singular.

Acredito que só há sobrevida para um texto (re)lido, (trans)formado, decomposto e alterado; nessa direção, é pertinente dizer que, como pesquisadora desse arquivo da escritura de *Formações subjetivas: o sujeito à luz da teoria dos discursos*, eu terei sido escolhida como portadora da herança de falar sobre ele para mantê-lo vivo por sofrer aquela produção de uma ausência de arquivo, ou mal de arquivo, um porto seguro desses arquivos. Portanto, torno-me herdeira dessa produção – seja por razões de princípio, seja por razões do coração – para suprir a ausência desse arquivo: se apenas falo do que gosto (como desejou Jacques Derrida), herdo, por diferentes razões, como amiga política, esse arquivo, por decidir preservá-lo vivo, eternizá-lo no imaginário cultural brasileiro.

Dispersão de sujeitos, deslocamentos de conceitos, pluralidade de objetos são marcas dessa escritura que ora é trazida a público. Heterogeneidade e descontinuidade perpassam questões discursivas relevantes, na tentativa de se entender a linguagem e o processo de subjetivação que integram a con-

1 LISPECTOR, Clarice. *Água viva*: ficção. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p. 73.

dição humana. Diante disso, os textos reunidos neste livro colocam em destaque os percursos e as propostas que estão sendo desenvolvidas no campo da Análise do Discurso e da Psicanálise no Brasil. Contribuem, sobremaneira, para a compreensão da construção dessas disciplinas em nosso país. Linguística Aplicada e Psicanálise aqui caminham juntas, em uma colaboração que permite uma elucidação e um aprofundamento conjunto de problemas específicos a cada uma delas.

Como o que emerge, neste texto, é a instrumentalização do analista do discurso no que tange às concepções de sujeito, o autor se serve, de forma clara e brilhante, do referencial foucaultiano, que veicula a perspectiva de um sujeito construído num processo de subjetivação. Segundo Sathler, o âmbito do pensamento foucaultiano era a formação do sujeito, suas técnicas de controle e sujeição, numa garantia da legitimidade de certas construções sociais (FOUCAULT, 1987)². Assim, o endereçamento deste texto se faz, sobretudo, a quem se interessa pelas relações entre a linguagem e os problemas humanos. Não importando a disciplina de origem do leitor, o autor vem atrelar os aspectos identitários às discriminações sociais ou às políticas de desenvolvimento, para pensar os discursos normalizadores, cristalizados e suas posições sociais. (Re)construir e (des)locar comportamentos fossilizados e cristalizados para que se construam novas noções, valores e formas de agir e pensar na contemporaneidade é necessário.

Como professores e pesquisadores que somos, tratemos de criar relações nas quais o “outro” não seja transformado no “mesmo”, nas quais o “outro” tenha vez e voz. Trata-se de criar relações identitárias construídas na alteridade, em contínua transformação em razão da diversidade e da singularidade que abrangem: um lugar-tempo que é um não lugar-tempo, pois é constituído por um devir intrínseco, por uma exterioridade constitutiva que, ao mesmo tempo, o apaga. Sathler acredita que Derrida e Foucault inscrevem o problema do dizer ou escrever como algo que se relaciona com o poder e com a resistência. Em *A farmácia de Platão* (1991)³, obra derridiana,

2 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalheite. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p.

3 DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Trad. Rogério da Costa. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1991. 128 p.

essa problemática é apresentada por meio da articulação da escrita como *phármakon*, como remédio e veneno. Para Derrida, o que está na ordem do impossível é o lugar do traço, à medida que o arquivo já é sempre interpretação, sempre escritura, de forma espiralada, e energia psíquica que atravessa o inconsciente e o consciente.

E as leituras do outro e, conseqüentemente, minhas interpretações aqui registradas, podem ser explicadas na perspectiva de que a leitura como produção de uma escritura se constitui a partir do outro e segundo seu próprio sujeito-leitor enquanto autor. Este (autor-leitor), por sua vez, resgata a suposta leitura do outro e atualiza não só a leitura do outro como também a suposta leitura desse outro, numa intertroca produtiva e infinita (aqui a leitura como um diálogo intertextual e cultural). Segundo Authier-Revuz (1990, p. 33-34)⁴, “a presença do outro emerge no discurso, com efeito, precisamente nos pontos em que se insiste em quebrar a continuidade, a homogeneidade fazendo vacilar o domínio do sujeito [...] o lapso, emergência bruta, produz “buraco” no discurso [...]”, isto é, a carga ideológica do sujeito é materializada no discurso.

Invocamos também os estudos de Eckert-Hoff (2008, p. 27)⁵, para quem “a Análise do Discurso, atrelada à Psicanálise, permite trabalhar com a noção de sujeito cindido, por assumir várias posições no discurso; e clivado, por ser fragmentado, uma vez que o inconsciente o constitui”; um lugar em que a língua passa a ser entendida como o lugar do equívoco. E é exatamente nesse aspecto que o sujeito é desnudado discursivamente. Coracini (2007)⁶ garante que é pelo discurso que somos conhecidos e despidos: nossa individualização vem à tona, nossa subjetividade e nossas ideologias são materializadas e temos, enfim, nossas identidades ou processos identitários “revelados”, temporariamente.

4 AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. Celene M. Cruz e João W. Geraldi. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, 1990. p. 25-42.

5 ECKERT-HOFF, Beatriz N. **Escritura de si e identidade**: o sujeito professor em ação. Campinas: Mercado das Letras, 2008, 152 p.

6 CORACINI, Maria J. R. F. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade. Campinas: Mercado das Letras, 2007, 247 p.

Diante deste livro, todas essas reflexões tornam-se oportunas e construtivas na direção de olhar os sujeitos que se movimentam em um espaço de interpretação afetado pelo simbólico, pelo político, dentro da história e da cultura contemporâneas. Aos leitores, desejamos um agradável e produtivo percurso de leitura.

Vânia Maria Lescano Guerra
Outono de 2012.

Apresentação

Esta apresentação tem o sentido de esclarecer a origem e a finalidade desta publicação. Um endereçamento calcado em uma história.

Em 2008, apresentei minha tese de doutoramento no Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a orientação da Professora Dr^a. Maria José R. F. Coracini. A tese teve o objetivo de discutir o papel disciplinar da escrita psicológica, mais especificamente nos laudos psicológicos. E para fundamentação teórica das análises ali desenvolvidas fiz um longo percurso sobre a história do sujeito e da subjetividade. Parte desse material teórico está sendo mostrada no texto que apresento nesta oportunidade.

A divisão do texto em duas partes serve somente a um caráter metodológico. Na primeira parte apresento uma síntese conceitual de conceitos que, de forma geral, são herméticos em cada autor que os desenvolve. Apresento os conceitos de linguagem, texto, arquivo e instituição em forma de uma resenha temática, e o resultado final é, portanto, minha própria leitura e compreensão de cada conceito.

A segunda parte contém uma introdução ao conceito de subjetividade, ou uma apresentação do percurso da abordagem discursiva sobre a formação do sujeito. Na Análise do Discurso, a concepção do sujeito e a discussão gerada por este ponto nodal da teoria é fundamental, mas esta elaboração não pode ficar restrita aos linguistas. A Análise do Discurso é uma disciplina que permite abordar o sujeito, a história e a instituição e, por isso, ganha importância nas demais ciências humanas. Para ser ainda mais explícito, os analistas institucionais, sejam eles de formação acadêmica realizada nas faculdades de educação, enfermagem, serviço social ou psicologia, entre outras, têm um instrumental metodológico arrojado nesta abordagem.

É, então, para alunos de graduação e de pós-graduação o endereçamento deste texto e seu intuito é auxiliar a introdução dos estudos sobre a subjetividade na abordagem foucaultiana do discurso.

No entanto, esta relevância social na educação não apaga a outra dimensão. Ao escrever para alunos apresento uma concepção derivada da Virada Linguística, proporciono também uma maneira de pensar o mundo a partir do discurso. A principal consequência deste ato é poder auxiliar no pensamento da transformação do mundo como texto. A psicologia, a psicopatologia, as instituições e os sujeitos aí imbricados são textos em conflito nesta nuvem discursiva de linhas tão densas para quem está, hipoteticamente, envolvido por ela. Mas, a rigor, uma nuvem não tem um dentro e um fora, suas fronteiras são vivas, mutantes e permeáveis, definidas pela forma por quem está a uma distância que permite um enquadre visual, mas outro observador mais distante pode perceber, inclusive, o primeiro sujeito como parte da nuvem, ou nem vê-lo por causa da opacidade da nuvem. Um terceiro elemento mais distante ainda pode repetir este processo gerando uma série infinita.

A nuvem envolve o sujeito imaginariamente, sobretudo. A possibilidade de percebê-la como um modelo de texto e perceber o sujeito também como texto-nuvem, definido, envolvido por uma ilusão de ótica linguisticamente determinada no contexto sócio-histórico e a possibilidade de poder deslocar-se espacialmente para outros territórios linguísticos e epistêmicos é o ensinamento que me constitui pelo estudo de Foucault.

Poder transformar-se e poder transformar as relações do entorno compreende que todo texto é interpretado por um poder e pôr em xeque qualquer leitura ou qualquer delimitação de nuvem é nosso maior desejo.

Parte I

Linguagem, texto, arquivo e instituição

Um sistema em desequilíbrio

A linguagem transforma o homem em sujeito da cultura, expropriado da natureza e inserido na ordem de um universo de símbolos. A linguagem impõe ao homem um sofrimento insofismável, pois, ao balizar a constituição humana, transforma o homem em um construto histórico.

Os conceitos lacanianos de *parlêtre* (falasser) e sujeito barrado versam sobre essa condição do ser como efeito de linguagem. *Parlêtre* designa o próprio sujeito, efeito da linguagem: “não um ser que fala, mas um ser transformado pelo ato de falar” (SOLER, 2002, p. 9) e o conceito de sujeito barrado atribui à cultura essa diferença, já que expressa que “a linguagem é feita para nos fundar frente a Outro, e também para nos impedir radicalmente de compreendê-lo” (LE GAUFEY, 1996, p. 178. Tradução nossa.). Assim, o sujeito paga o preço de sua condição humana de sujeito da linguagem, cuja verdade é construída nos jogos de linguagem, o que lhe inaugura o desamparo.

Nesse jogo, percebe-se que a definição de linguagem é tão impossível quanto a definição da verdade. Logo, sem a pretensão de defini-la, apenas caracterizá-la para falar dela mesma, a linguagem é uma condição humana, um muro entre os homens e as coisas, posto que suas representações nunca representam fielmente aquilo que desejam e o forçam a continuar tentando alcançar o valor do objeto em si e, conseqüentemente, como afirma Barthes (1996), um poder fascista, um poder que nos obriga a dizer, que nos força a uma tomada de posição; na medida que nos impede de dizer outra coisa, nos limita a dizer aquilo que seu código permite que seja dito, percebido e pensado.

Como condição humana, a linguagem força o sujeito a dizer algo, ou seja, somente quando diz algo é que o sujeito se funda frente a um Outro.

Esse ato de dizer institui posições discursivas e, somente ocupando uma dessas posições, esse sujeito convoca um eu a se representar ou, dito de outra forma, ocupando essa posição no discurso, o sujeito pode enunciar algo e, ao enunciar, enuncia-se. Nesse sentido, ao dizer algo, se diz, e, também, faz-se corpo. O corpo é pré-condição para a fala, mas, ao mesmo tempo, a linguagem, ao passar pelo corpo, deixa uma marca no real do corpo.

Assim, uma representação ou um traço, além de ser uma (a) apresentação construída no sujeito e pelo próprio sujeito que, apesar de toda heterogeneidade, deixa marcas da singularidade desse sujeito, é, também, um ato sobre a realidade; o sujeito, modificado pelo ato de falar, modifica, por consequência, a realidade, deixando nela suas impressões ou interpretações que a constituem: “Nunca conseguiremos deixar de ser, ao mesmo tempo, corpo e representação, o que implica que há uma modificação do corpo pelos nossos atos (de representar) e vice-versa” (COSTA, 2001, p. 66).

Texto: curvas de enunciação

Ao tentar delinear uma unidade para um determinado discurso, poderíamos supor que haveria um ponto qualquer que garantisse uma invariância interpretativa. Ora, a letra, a palavra, a frase, o enunciado, o parágrafo, são elementos estruturais que servem, se considerarmos a tradição filosófica moderna, ao desenho da permanência e da continuidade, mas que também apagam os pequenos desvios e preenchem as lacunas, dando a impressão de que a história se escreve em grandes blocos unitários.

Essa unidade pode se apresentar em variadas formas: um mapa, um croqui, um desenho, um catálogo, um documento, ou em muitas outras configurações. Mesmo assim, seja ela qual for, seja qual for o mecanismo de registro, o texto é uma tentativa de representação da realidade, a tentativa de fazer-se um traço real e não a realidade em si.

A escrita é um processo do sujeito, é um produto do sujeito. Frente a essa constatação, há considerações a se fazer. Já que o sujeito é um efeito do discurso e o texto, um produto do sujeito, o texto é um recorte, um resultado material que se inscreve em discursos e é por eles constituído.

Vamos, então, esclarecer as consequências irremediáveis da relação texto-discurso-sujeito que acima glosamos com a concepção de escrita como

forma de registro de uma representação. O conceito de representação não pode ser tomado aqui como uma reapresentação da realidade no pensamento do sujeito, mas somente uma marca deixada por traços ou impressões que alteram, minimamente que seja, a memória e a percepção do sujeito. Essa representação, no entanto, não é uma marca fixa; pelo contrário, é um efeito das relações entre os traços e o desejo do sujeito, cuja interpretação é sempre *a posteriori*.

Partindo da noção freudiana de sujeito clivado e empregando a Psicanálise para discutir os demais conceitos, percorreremos a trajetória da formação do símbolo, para, então, avançarmos para a escrita e, dessa forma, chegarmos até as concepções de discurso e texto.

A primeira distinção que fazemos à Psicanálise ao entrarmos nesse universo da linguagem é não considerá-la, exclusivamente, participante das propostas epistemológicas das ciências positivistas. Isso não significa que a Psicanálise despreze a lógica ou a experiência. No entanto, além dos conhecimentos positivos, conscientes e controláveis, a Psicanálise considera os efeitos do negativo, do inconsciente e do inominável, que incidem sobre a compreensão dos fenômenos e sobre a própria noção de ciência.

Ao discutir a instância da letra, seja como registro recalcado e inconsciente, seja na composição da escrita como abertura e não como registro fixo, a Psicanálise põe em pauta a incompletude do simbólico e exige um deslocamento das concepções científicas de verdade e realidade, controladas a favor da ideia do “há mais”, desse sempre algo mais, o devir.

Não desejamos tratar a Psicanálise como um discurso homogêneo nem defini-la em sua aparente totalidade. Mas sabemos que ela trabalha com uma lógica, tal qual as ciências ditas puras ou ciências formais. Há nela uma preocupação com a lógica: os *mathemas* em Lacan e a *grade* em Bion, por exemplo. Entretanto, na sua dispersão, há teóricos que se preocupam com outros paradigmas científicos, como as ciências empírico-formais.

Alguns desses teóricos se identificam com a observação e com a experimentação (Donald Winnicott); outros trabalham com os exames e com os testes projetivos (Didier Anzieu) e, por fim, há aqueles que se incluem entre os hermenutas, que trabalham com a interpretação, com o discurso, com o sentido (Paul Ricoeur).

Mesmo assim, ainda trabalhando com a lógica, com a experimentação ou com a hermenêutica fenomenológica, há sempre, na Psicanálise, a consideração da incompletude, um devir que torna esse saber parcial e inalcançável em sua plenitude. No entanto, se considerarmos que uma ciência se constrói em uma destas categorias epistemológicas, a Psicanálise se localiza não em uma, mas nas três categorias (formal, empírico-formal e hermenêutica), pois nenhuma delas lhe é suficiente. As três categorias também não bastam, porque talvez seu objeto não seja o positivo, o palpável. O objeto de que tratamos, em Psicanálise, está nas formas negativas: o simbólico, o representável, a falta e a ausência. Por isso, podemos pensar que a Psicanálise é pós-paradigmática: os paradigmas estão nela, mas vão além deles. Pode se ver esta concepção mais claramente em Rezende (1999a, 1999b, 2000).

A razão disso é que as ciências positivas buscam a compreensão, a explicação, a descrição precisa, a consistência e o domínio do que seja palpável e demonstrável pelos princípios lógicos, por um princípio universal que rege os acontecimentos. Apesar disso, a Psicanálise se preocupa com o que escapa à lógica e à regra, com a singularidade, com o único; ela é, por assim dizer, a ciência do individual e do não generalizável.

Há na Psicanálise uma quebra de paradigma. Para além do positivo e da lógica, estão o simbólico e o Outro. Para além do dito estão o não dito e o inter dito. A subversão do sujeito que se expressa no “Penso onde não sou, sou onde não penso” (LACAN, 1998, 1988; MILLER, 1999) tem a ver simultaneamente com uma mentira, um sou onde não sou. Entretanto, tal enunciado poderia ser posto também na perspectiva do interdito. O interdito⁷, mandado com que o juiz segura alguém da violência iminente de turbação ou ordem de privação judicial da livre disposição de seus bens, aqui assume acepções jurídicas. Mesmo assim, ambos os sentidos significam proibição: alguém que proíbe o outro, alguém que diz ao outro quem ele pode ser, que interrompe e diz pelo outro.

7 *Dicionário Mirador Internacional*. Interdito: (Adj) 1- Proibido. 2 – Proibido de exercer as funções do seu ministério. 3 (dir) – privado juridicamente da livre disposição dos seus bens e de sua pessoa. [...] (s.m.) *I geral - proibitório*: mandado judicial com que o juiz segura alguém da violência iminente de turbação... (p. 978).

Os símbolos são ligados ao interdito; o homem nasce imerso no universo dos símbolos e, na nossa tradição cultural e religiosa, a admissão do sujeito nesse mundo simbólico, mundo culturalmente castrado e limitado, se dá logo ao nascer, com a instituição do batismo: “eu te batizo em Nome do Pai”. Ou seja, eu te nomeio pela autoridade cultural que me foi delegada. É dessa forma que se apresenta alguém à comunidade e se introduz o sujeito no mundo cultural, com nome próprio, com a promessa dos pais de educá-lo segundo uma tradição e em um mundo simbólico com linguagem, rituais e leis. O mesmo ato que castra, re-une: esse é um ato de re-ligação (lt.: *religare*), uma re-união: em si mesmo, um ato simbólico.

Nesse sentido,

a língua, com seu poder identificatório, constitui-se como objeto, instrumento único de comunicação, estruturando uma forma própria de pensar, sentir e criar, afirmando-se de certo modo como uma singularidade e sendo por isso um lugar de conexão. (DIAS, 2000, p. 161).

Mas conectamos o que está, na sua origem, separado. Diz, ainda, o autor:

As palavras são modos de lidar, dominar e representar no macrocosmos da mente a representação das coisas. A natureza combinatória inerente à fala faz da linguagem uma relação conclusiva com o simbólico, abrindo-o à multiplicidade de significantes onde ele pode ser contido. A imaginação e a criatividade passam também por aí. (Ibid., p. 234).

Linguagem é condição humana, condição para re-ligação e para construção do sujeito (*parlêtre*). Ao mesmo tempo é condição de função falha, pois jamais se diz o que se quer dizer. A linguagem não é transparente e homogênea. A introdução no mundo da linguagem, no mundo do simbólico, é uma condenação e uma salvação. O homem condenado à cultura será salvo pela possibilidade de crescer e criar; é um novo significante e produzirá novos e intermináveis sentidos em deslocamentos e deslizamentos que o acompanharão.

Para pensarmos a Psicanálise como ciência do negativo e no nascimento do simbólico no pensamento humano, remetemo-nos novamente a

Dias (1999, p. 40 et seq.) que coloca o símbolo não como um objeto ou representação do objeto, pois não substitui o objeto no mundo interno, mas como uma representação da frustração, uma elaboração da ausência no pensamento, na ausência do objeto pensado e não existente. De modo que o que se elabora é elaborado a partir do não, do negativo: a não coisa.

Podemos ilustrar o que ocorre a partir do *Fort/da*⁸ (FREUD, 1980e, p. 25-28) e, na sequência, repensarmos a constituição do sujeito. A criança se alegra no *fort/da*, mas alegra-se porque se ilude, pensa que, agora, finalmente, está no comando, já que, puxando o carretel, o objeto volta. Ilude-se, porque ela não está no comando; seu objeto, neste caso, é uma extensão de si mesma e, então, “penso, logo existo”. Mas, há um sacrifício do objeto para que se possa pensar simbolicamente ou para que se funde um sujeito do simbólico: o objeto-carretel não é a mãe, é a não-mãe. Penosamente, sofre, logo existe, pois é na ausência do objeto que se sofre e que se pensa, uma vez que não se está no comando. Esse sofrimento é equivalente, na vida adulta, ao sofrimento do sujeito neurótico.

Aquele que se realiza e tem seu objeto de volta quando pensa nele e seu pensamento o comanda é o sujeito psicótico. Esse tem as coisas e as palavras no mesmo plano: as palavras substituem as coisas no mundo psicótico massivo e não simbolizado. Sem *álibi*. Há um certo desejo ao se querer localizar a Psicanálise como a ciência que deu voz à loucura, a um discurso ou a um sujeito. Não obstante, a Psicanálise não deu voz ao não dito, mas deu voz a um interdito dito e não dito, um dito pelo Outro que submete a todos – sãos e loucos (embora de formas distintas). E deu voz à frustração de

8 *Fort/da* é uma referência ao jogo do carretel, brincadeira infantil narrada por Freud (1980e) na qual observou que seu neto (Ernestl) costumava divertir-se, quando sua mãe se ausentava, atirando para longe da cama os objetos pequenos que estivessem ao alcance de sua mão. Esse gesto era acompanhado por uma expressão de satisfação que assumia a forma vocal de um “o-o-o-o-o” prolongado, no qual se podia reconhecer o significado alemão *fort*, isto é, “fora”. Um dia, conta Freud, o menino se entregou a essa mesma brincadeira de sumir usando um carretel de madeira, preso a um barbante: atirava o carretel, acompanhando o movimento com seu famoso “o-o-o-o” e depois, puxando o barbante, fazia-o voltar, saudando o carretel com um alegre *da* “aqui”! Mediante essa brincadeira, Ernestl parecia transformar uma situação em que era passivo, e sofria o perigo ou o desprazer causado pela partida da mãe, numa situação da qual era senhor, fosse qual fosse o caráter doloroso do que se repetia nela (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 486).

não se poder dominar o que se diz; a elaboração da frustração é a nascente do que é singular, na saúde e na loucura.

Ainda mais: Freud chamou de ilusões as tentativas humanas de cura de sua separação, de sua clivagem. A religião (*religare*) é um sonho da mente, ou seja, a realização de um desejo. As ciências que se transformam em tentativas salvadoras, a própria medicina, o conceito de cura, a promessa marxista, enfim, tentativas de retorno ao paraíso perdido, onde tudo era ligado, são ilusões. O homem está irremediavelmente partido e sofre; as tentativas de religamento são ilusórias. O homem saudável é o que sente dor e a elabora, que simboliza, mas no gerúndio, caminhando, procurando, em busca do negativo, suportando que o negativo permaneça negativo.

De alguma forma, estabelece-se um problema metodológico que podemos encontrar em vários momentos e em vários autores que mostram essa diferença e essa impossibilidade de lidarmos com uma única psicanálise. Citaremos alguns exemplos de estranhamento e estranhamentos entre autores que trabalham dentro desse grande edifício que chamamos Psicanálise.

Mezam (1985), em *Recordar Foucault*, refere-se à homossexualidade e não à sexualidade tal como é tratada por Foucault. Na homossexualidade, podemos ver a questão da diferença, ou seja, a separação que nos faz pensar em diferenças não conciliáveis. Birman (1991) refere-se à Psicanálise como mediadora da problemática dos discursos levantados por Foucault, mas a verdade que se busca pela Psicanálise não é a verdade do sujeito ou do objeto ou, ainda, a clínica psicanalítica não busca a verdade objetiva, distanciamento da subjetividade dado pelos exames, mas busca a elaboração do desmentido, desmentido de que o objeto não está presente. Forrester (1990), ao elaborar as relações de poder a partir de *Totem e Tabu*, poderia ser relido pelo prisma do simbólico, da elaboração do pai ausente, falho na tentativa da presença com os filhos abandonados: não há um pai, o pai não retorna, há um abandono criado por ilusão deles próprios. E, por fim, Derrida (2001a), que desconstrói a lógica da Psicanálise como não cartesiana, no objeto ausente (*nothing*), observa que há uma lógica e a lógica do não objeto (*no-thing*) é outra. É sobre a não coisa que se encontra a formação do símbolo.

Sempre há uma diferença no universo simbólico e, ao buscar a singularidade, faz-se uma outra composição. Novos significantes ilusórios e falhos se apresentam. Então, voltamos ao cogito subvertido: sou onde não estou,

estou onde não sou. Com essa reflexão, esperamos mostrar um pouco de uma outra perspectiva, a do negativo, que não busca espaço no positivismo. O próprio Freud se excluiu da Medicina, quando elaborava os conceitos da segunda tópica, por não mais se identificar com o conceito de cura médica⁹. Assim, posicionamo-nos por uma Psicanálise que não trata da história ou da linguagem positiva, mas dos hiatos e das falhas, nos traços da angústia, na função falha que é a linguagem.

Esperamos, também, firmar uma concepção de texto como uma materialidade aberta ao negativo. Mesmo que ali se registrem ou imprimam signos, dos quais esperamos significados compartilhados, o texto está aberto aos sentidos discursivos, sempre em formação. E, mais do que isso, a própria condição da linguagem não nos permite identificar nos textos outra coisa senão a própria falha constitutiva da linguagem, a negatividade do próprio sujeito que lá onde pensou que se identificaria, descobriu um outro lugar no qual ele não está.

A distinção desta modalidade de interpretação é o não lugar. Não há origem, há caos, há a Babel (DERRIDA, 2002), há um poder-saber que delinea os sentidos que podem ser aceitos e camufla aqueles que não o são, constitui um objeto que contém inconsciente e que também produz inconscientes.

Da mesma forma que não há ponto de partida, não há ponto de chegada. Há mais: há o negativo que compõe o texto tanto quanto o positivo. O negativo é, em parte, o inconsciente e, em parte, o inconsciente-inominável, o infinito. Se há um ponto a se chegar, esse ponto não é a resposta positiva para a questão, é, sim, a elaboração de uma nova formulação para a mesma questão originária. A negação do cogito cartesiano: penso, logo, duvido.

9 Freud chegou a escrever um ensaio sobre essa questão, em 1926, chamado “A questão da análise leiga”. Mas desde sua apresentação, na Sociedade Médica de Viena, de seu estudo sobre a histeria masculina, em outubro de 1886, percebia que seu trabalho seria contrário ao da instituição Médica em vigor. Mais detalhes em: GAY, Peter. **Uma vida para o nosso tempo**. Trad. Denise Gottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p 65.

Arquivo: a construção da memória

O conceito de arquivo, seja em Foucault, em Derrida ou em Freud, versa sobre um sistema de regras e dispersões discursivas que permite a formação e a transformação da memória e faz com que os enunciados circulem, permaneçam, se repitam, se modifiquem ou desapareçam, além disso, institui as regras de coexistência, de deslocamentos e simultaneidades discursivas. Embora não tenha utilizado o termo arquivo, Freud (1980b, p. 293-294) afirmou que o trabalho do analista é comparável ao trabalho de um arqueólogo, isso quer dizer que o objeto de trabalho do analista é um tipo de trabalho interpretativo sobre uma espécie de arquivo.

O arquivo, de forma geral, expressa o universo de conservação dos enunciados, do domínio do já dito. Mas esse já dito não se mantém estável e com significados constantes; ao contrário, adquire formas e sentidos novos em cada situação de uso. Exploraremos a ideia de arquivo para os autores acima mencionados, em suas especificidades teóricas, e empreenderemos algumas das possíveis aproximações, intersecções e tensões, identificadas ou presumidas, mas abordaremos também as contribuições que esse conceito pode oferecer à nossa compreensão sobre a construção dos textos e sobre a dinâmica dos discursos.

Em Foucault, o conceito de arquivo é apresentado e discutido na obra *A Arqueologia do Saber* (2002a), mas esse conceito aparece, por assim dizer, de forma derivada, uma vez que o que Foucault vinha realizando desde sua tese de doutorado era uma arqueologia. Ao afirmarmos que o arquivo aparece como conceito derivado, não intencionamos criar uma hierarquia entre o conceito (arquivo) e o método (arqueologia); apenas ressaltamos que o arquivo é uma pré-condição para que se faça uma arqueologia.

A arqueologia é o método de investigação de Foucault em algumas das suas primeiras obras: *História da Loucura* (1997), *Doença Mental e Psicologia* (2000), *O Nascimento da Clínica* (2003b), *As Palavras e as Coisas* (1999b) e *A Arqueologia do Saber* (2002a). A palavra “arqueologia” aparece no título ou no subtítulo de alguns desses livros, embora a tradução brasileira a omita em alguns casos. O nome da obra *O Nascimento da Clínica* em francês é *Naissance de la Clinique: une archéologie du regard médical*; de *As Palavras e as Coisas* é

Les Mots e les Choses: une archéologie des sciences humaines; e de *A Arqueologia do Saber é L'Archéologie du Savoir*.

As palavras “nascimento” e “história” também aparecem em títulos e essas palavras se referem à origem ou ao passado (Arché). Mas temos implicações diferentes de seus usos, porque essas palavras indicam olhares distintos sobre o objeto em questão. Mesmo em *História da Loucura* (FOUCAULT, 1997), obra que tem a palavra “história” em seu título, o interesse não era o de fazer a história médica da loucura, nem a história dos loucos ou dos hospitais. O que se vê nesse livro são as descrições das condições sociais, econômicas, políticas, religiosas e dos pensamentos filosóficos e médicos vigentes em cada época que permitiram a emergência, a transformação e os meios de tratamento do que foi, em cada período, considerado loucura.

Da mesma forma, no livro *Doença Mental e Psicologia* (FOUCAULT, 2000), o foco era discutir a interpretação neuro-sócio-psico-existencial, na qual se autorizava uma constituição de uma doença mental, ou seja, como essa interpretação emergiu, como o homem se relacionou consigo mesmo e com esse saber, ou como se desenvolveu e se naturalizou essa vertente interpretativa no decorrer do séc XIX.

Na sequência, Foucault lançou *O Nascimento da Clínica: uma arqueologia do olhar médico* (FOUCAULT, 2003b), o primeiro livro que traz em seu título a palavra arqueologia. Nessa obra, Foucault trata do discurso médico e suas relações com a política e com a administração (FOUCAULT, 2003d, p. 223-240). Entendemos que, a essa altura, já está consolidado o método arqueológico e, como decorrência, a diferença entre este e a história enquanto ciência positiva, entre a epistemologia, enquanto fundamento filosófico para o saber científico, e a ontologia que servia de base para as explicações dos fenômenos humanos.

O termo “arqueologia” foi utilizado intuitivamente. Diz Foucault (2005b, p. 145) que foi um feliz acaso, já que expressa a descrição do arquivo. O arquivo, nesse texto, é definido como

o conjunto de discursos efetivamente pronunciados; e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como

um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos.

Nossa compreensão é de que essa definição de arquivo em muito se aproxima da ideia de Freud sobre a fala, sobre o discurso do sujeito, sobre a emergência do inconsciente na fala consciente ou, até mesmo, sobre os mecanismos que se denominam, em Lacan, de formações do inconsciente. Tudo isso que a Psicanálise diz a respeito do sujeito, sujeito que existe ao falar, parece-nos muito próximo ao que Foucault propõe ao pensar o arquivo, mas este como condição para a emergência da genealogia, a condição da instauração de um sujeito.

Há uma diferença entre a noção de arquivo em Foucault e em Freud, mas facilmente se pode observar que, nesse assunto, a Psicanálise influencia Foucault, porém muito mais pela via lacaniana do que pela freudiana. Se Freud fala em escavação e nos dá a imagem de que o trabalho arqueológico empreendido pela Psicanálise é um trabalho de escavações subterrâneas, e que, portanto, o inconsciente está nas profundezas, Foucault se associa a Lacan ao dizer que o arquivo ou o inconsciente estão na superfície. Lacan nos diz que o inconsciente está na ponta da língua e Foucault, por sua vez, não se propõe a procurar aquilo que supostamente estaria oculto no discurso, mas a analisar o que está na superfície e, às vezes, invisível, exatamente por estar tão superficial. Foucault acredita que há regras que permitem essa visibilidade, a existência, a coexistência e os sistemas de funcionamento das práticas discursivas.

A história tradicional, que considera verdadeiro o documento ou considera consciente o sujeito que fala (sujeito transcendental, dono do seu saber), é colocada em xeque. Então, tanto a Psicanálise quanto a Arqueologia enfrentam (de forma a deslocar) o que está aparente na fala e nos documentos, uma vez que esses dois métodos consideram que os objetos analisados não são descritos pela linguagem, mas são objetos criados pela linguagem. Dessa forma, o centro do processo interpretativo se torna a própria linguagem.

Essa é uma razão pela qual Foucault vai renomear os documentos chamando-os de monumentos. Os documentos são arquivos típicos de uma historiologia que busca a continuidade nos acontecimentos, que se baseia na

verdade linear e nas relações complementares entre os níveis ou entre as categorias analisáveis. A economia, a política e a demografia, por exemplo, com seus mapas, estatísticas e demais descrições seriam lidas unidirecionalmente, como se houvesse uma única entrada aos documentos, aquela entrada apontada pela sua lógica e coerência lineares.

Os monumentos, por sua vez, permitem várias entradas, já que servem à análise, não pela sua lógica coerente ou por sua descrição correspondente exata da realidade, mas porque apontam relações com outros fenômenos que seguem regras organizadas, para serem discursivizados e postos em cena. São essas regras que permitem que os enunciados emirjam em pontos diferentes e com/sobre objetos diferentes, mas categorizam, marcam e põem os discursos numa lógica epistêmica específica e permitem sua formalização até que se componha uma formação discursiva¹⁰ distinta, uma verdade pronunciável de um tempo e estabelecadora de práticas discursivas e não discursivas, permitindo, sobretudo, a formação de novas subjetividades.

Pode-se observar na obra de Foucault, para exemplificar os processos de arquivos como regras discursivas e formadoras de novas subjetividades, como a mudança do suplício público para a prisão se relaciona com novos sujeitos, novas práticas de vigilância, nova concepção de Estado e de governo, novas política e percepção de justiça. Ou como as regras de hospitalização e medicalização se relacionam, não só com saúde e doença, mas também com esperança e terror, exclusão e morte, religião e ciências e com novas formas de subjetivação voltadas à estética da existência. Como já mencionado, há novas formas de subjetivação alcançadas pelo método arqueológico. “Novas formas” dizem respeito a rupturas, a mudanças e a deslocamentos.

Há descontinuidades, e a Arqueologia, ao analisar as múltiplas variáveis e os múltiplos discursos que envolvem os fenômenos, favorece essa compreensão de que as formações discursivas são instáveis e dispersas, embora sejam organizadas por regras e se definam por suas regularidades. É esse tam-

10 “E quando, em um grupo de enunciados, é possível observar e descrever um referencial, um tipo de defasagem enunciativa, uma rede teórica, um campo de possibilidades estratégicas, pode-se então estar seguro que eles pertencem ao que se poderia chamar de uma formação discursiva.” (FOUCAULT, 2005a, p. 106).

bém o motivo da escolha dos arquivos infames ou da história dos homens infames. Diz Foucault (2003c, p. 211), ao justificar seu texto:

[...] Trata-se de documentos que datam, todos, mais ou menos da mesma fonte: arquivos do internamento, da polícia, das petições ao rei, das cartas régias com ordem de prisão. Suponhamos que se trate de um primeiro volume e que a vida dos homens infames possa se estender a outros tempos e a outros lugares. Escolhi esse período e esse tipo de textos por causa de uma velha familiaridade. Mas se o gosto que tenho por eles há anos não foi contradito e se retorno a eles ainda é porque conjeturo um começo; em todo caso, um acontecimento importante em que se cruzam mecanismos políticos e efeitos de discurso.

Esse texto trata não só da definição e da razão da escolha do homem infame para se discutir uma cena arquetípica¹¹; trata da definição do homem infame pelo seu anonimato e por recebermos dele poucas notícias. E, como razão de escolha, o texto aponta que essas histórias foram selecionadas exatamente por serem de homens infames, quer dizer, por suas práticas que expunham à comunidade algo que desagradava, mas alerta também que muitos se tornaram famosos pelos seus atos banais, crimes e escritas infames (Ibid., p. 210).

O problema é que os “famosos infames”, como Sade, por exemplo, de quem se tem grandes relatos e sobre quem há muitas discussões, trazem consigo, além de suas características, outras que foram agregadas por meio das lendas que se formaram em torno de seus atos, tornando a cena por demais impura. Já não se sabe se seus atos foram próprios ou se foram invenções que compunham um quadro que os tornaram aquilo que hoje representam. Claro, essas invenções são discursos que se acoplaram a uma personagem por meio de uma política, uma literatura, uma teatralidade, que fazem do cenário não um local genuíno da cena, mas um local que compõe a visibilidade

11 Chamo de cena arquetípica o lugar para onde se dirige o olhar do pesquisador para caracterizá-la, mais fortemente, como um lugar (antigo) onde caberiam sujeitos outros, porém preservando o cenário, permitindo a construção de um outro tipo de história, mais voltada à vida cotidiana; seria também mais descritiva e, portanto, mais efeito de um olhar analítico sobre um monumento.

da cena de forma mais estratégica. Logo, para Foucault, quanto menor a fama do escolhido, mais intocada parecia ser a cena arqueológica e, portanto, mais reveladora da política e dos discursos que trazia consigo.

O tema da cena é também escolhido por Derrida para se falar do arquivo. Antes de entrarmos nas questões postas em *Mal de Arquivo* (DERRIDA, 2001b), discutiremos alguns pontos que já vinham delineando essa questão em Derrida, e quiçá, seguindo a trilha de Foucault e Freud, discutiremos o problema do poder e do sujeito apontando algumas diferenças do pensamento de Derrida.

Para Derrida, desde a *Gramatologia* (1999), a questão da cena é discutida. Mas depois também é discutida e aprofundada em *A Farmácia de Platão* (1991), e René Major a retoma para discutir as possibilidades de uma psicanálise derridiana em seu livro *Lacan com Derrida* (MAJOR, 2002).

Para Derrida, há um problema que torna toda a filosofia ocidental tributária da mesma lógica – o binarismo:

[...] externo/interno, imagem/realidade, representação/presença, tal é a velha grade a que está entregue o desejo de desenhar o campo de uma ciência... como todo o sistema das oposições que aí se encadeiam necessariamente [...].” (1999, p. 41).

Daí em diante, ocorre a dicotomia e a hierarquização dos conceitos. Não só os problemas da fala e da escrita estão expostos, mas também o valor de cada enunciado, que será tido hierarquicamente como primário ou secundário e também mais ou menos verdadeiro, mais ou menos correto, segundo o valor do *locus* e da forma de sua enunciação. Derrida acredita, como Foucault, que o problema do dizer ou escrever algo se relaciona com o poder e com a resistência. É assim que, em *A Farmácia de Platão* (1991), a questão é discutida e a escrita é apresentada como *phármakon*, como remédio e veneno.

O Rei, personagem do Fedro, de Platão, protagonista do conflito que é retomado no livro de Derrida, desconfia que a escrita possa substituí-lo na cena da ordem. Quem garantirá que a ordem será cumprida na ausência do rei? Assim, a escrita é garantia da presença da fala do rei, mas não garante a força presente no rei, não o substitui enquanto presença. Isto é, a escrita substituindo a presença do rei não mantém a cena da ordem: a cena é modifi-

cada. Mas Derrida (1999, p. 58 et seq.) vai adiante, ao afirmar que o símbolo sempre é um processo, um vir-a-ser-signo do símbolo, que sempre há um resto jamais assimilado, e que, por esse motivo, a cena primária não retorna jamais. Isso quer dizer também que a letra é um espaçamento, um vazio, um deslocamento, uma conjunção que, como tecido, se tece e destece inúmeras vezes. Há uma escansão, um “duplo cruel” que é, ao mesmo tempo, uma reunião e um sinal da desunião, um *double bind* que adia indefinidamente o sentido e que faz crescer a linguagem: é uma dívida e uma libertação (DERRIDA, 2002, p. 41).

A escritura é, então, não mais que uma tentativa de dar corpo ao dito ou à cena; é uma possibilidade incompleta de tradução do sensível ao inteligível que não se realiza como um todo; é sempre um vir-a-ser; é sempre um por-*vir*. A escritura, enquanto ato, pode também ser vista como uma cena que traz à baila o próprio sujeito que se duplica em escritor e leitor, entre personagem da narrativa e escriba e, por fim, ao retomar o estranho (*unheimliche*), Derrida aponta para a heterogeneidade da cena inconsciente. Esse duplo desconhecido é sempre mais que um, pois é sempre um conhecido estranho e um estranho familiar que surpreende e faz nova cada cena supostamente conhecida pelo sujeito.

Não se observa, nesse ponto, diferença entre o que Derrida e Freud afirmam. A *Carta 52*, de Freud a Fliess (FREUD, 1980), cita que os traços mnêmicos, de tempos em tempos, se modificam e que a memória é (re)constituída a partir de uma perspectiva atual de identidade do sujeito. Para Derrida, a memória segue também as leis do inconsciente, com deslocamentos e condensações dos traços. No entanto, se considerarmos a fala de Lacan, na qual afirma que um significante só possui significação frente a outro significante, e que há um significante mestre, temos uma possibilidade de conflito, uma vez que a letra aparentemente permanece, mesmo que alterando seu significado. Para Derrida, o que está na ordem do impossível é o lugar do traço, pois o arquivo já é sempre transcrição, sempre escritura, trabalho que circula como uma energia psíquica entre o inconsciente e o consciente (MAJOR, 2002, p. 16-17; DERRIDA, 1972).

Já em *Mal de Arquivo* (DERRIDA, 2001), o que se observa é que também há diferenças entre Derrida e Freud, mesmo que mais sutis. Derrida, ao desconstruir a pulsão de morte, indica que essa está também a serviço

da vida. Essa pulsão é muda, não registra falas ou silêncios; tenta apagar os traços, portanto, o *locus* não permanece o mesmo. A cena sempre se altera e nela outros traços são registrados. Para que haja sobrevivida, é preciso alteração dos traços; a morte é condição para a sobrevivida, ou seja, para que haja vida é preciso que haja sempre retranscrição. Só há sobrevivida para um texto lido, relido, transformado, decomposto e alterado.

Não obstante, sofremos do “mal de arquivo”, temos um desejo de memória, porém não há arquivo sem um lugar instituído no qual se faz a impressão e a guarda do material impresso, ou aonde as forças do poder (os arcontes) manipulam, recalcam, liberam fragmentos como se fossem o todo, reprimem e clivam leituras. Dessa forma, o arquivo nos remete à memória futura, àquilo que gostaríamos que sobrevivesse, mas o arquivo é instituidor e conservador. Precisa articular-se ao presente, nunca se imprime sem intenção ou com uma intenção neutra; é sempre uma inscrição presente e uma vontade futura, uma promessa e uma responsabilidade sobre o amanhã.

Para articular o presente e o futuro algumas escolhas são inevitáveis, como: o local da impressão, o meio de circulação (hoje, sobretudo, se meio virtual ou papel), e é preciso apagar alguns traços linguísticos de filiações políticas ou filosóficas, de associações ou dissociações doutrinárias, enfim, sumir com aquilo que pode transformar uma impressão inviável política ou economicamente.

Já se faz presente aí uma pulsão muda que, paradoxalmente, guarda dados para o futuro. Esse paradoxo tem outra face. É preciso fazer viver, inscrever no arquivo, sem que a face da origem seja revelada. Essa origem, esse arquivo, traz marcas das intenções e das lutas já travadas no passado para a sobrevivência de uma ideia, de uma identidade; é preciso arquivar sem deixar à mostra as regras do arquivamento: deformar, deslocar e dividir traços – o inconsciente é o mestre nessas operações. Assim opera a instituição, com a aparência de atendimento a uma necessidade, institui dispositivos de controle e promove agenciamentos de condutas, construindo, por seus meios, subjetividades. Como afirma Major (2002, p. 20), ao discutir essa questão:

Sem abrir mão da possibilidade de um recurso ao arquivo, àquilo que se inscreve em nós ou fora de nós de maneira idiomática, explícita e fora do alcance da tradução, a Psicanálise sempre procura voltar à origem viva dos rastros que o arquivo perde ao guardá-los em uma

multiplicidade de lugares. Não haveria impulso de conservação sem um impulso em sentido contrário, de destruição que pertence ele próprio ao processo de arquivamento. E, se a autoridade do princípio que renova essa lei do arquivo, sua instituição, sua domiciliação, é desconstruída por Freud, uma lógica patriarcal, igualmente freudiana, renova sua estratégia institucionalizante.

Derrida tem, em Freud e em Lacan, aliados na medida em que a invisibilidade e a possibilidade de decomposição de qualquer conceito é condição de sua existência e, portanto, a *différance* seria a tese principal da desconstrução, mas, ela própria, seria também uma evocação do *a posteriori* freudiano e dos três momentos da interpretação¹² de Lacan (1998): instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir, que implicam em um adiamento de sentido ao tornar sempre incompleto o dizer e sempre impossível a associação do dizer ao querer dizer.

A instituição: sobre as nuvens e os controles discursivos

A permanência de qualquer sentido é um resultante do mal de arquivo, mas, o que nos dá a forte impressão da existência estável e perene de tantas coisas? Como estão coordenadas as existências e as bases de sustentação dos sentidos nessas formas estáveis de existir na sociedade concreta?

A mudança é um fator necessário à permanência. Seguindo a esteira do arquivo, podemos supor que um texto só é lido quando é comentado e só é comentado quando sofre deslocamentos consequentes de leituras diversas. Se não muda, está morto. Se ele muda, permanece sendo outro. A condição de existência de um livro, de um sujeito e até mesmo de uma instituição, é a sua constante adaptação às relações com o novo.

No entanto, temos a sensação de que algumas instituições não funcionam como as nuvens, ou seja, não são objetos de formações transitórias, formadas por elementos passageiros cuja aparência delineada somente na/pela

12 Esclarecimentos sobre essa questão podem ser encontrados no capítulo intitulado “Temporalidade e dissimetria” (p. 20-58), primeiro capítulo do livro de Ana Maria Medeiros da Costa. **A Ficção do si mesmo**: interpretação e ato em psicanálise. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

percepção de um terceiro pode, ou não, ser identificada e nomeada ao gosto dele mesmo. A metáfora da nuvem, utilizada pelo professor da Universidade de Lisboa, Dr. Jorge Ramos do Ó, em 2006, na Universidade Estadual de Campinas, serviu naquela data e serve aqui para identificar esse caráter de efemeridade das instituições.

Para compreender esse conceito (nuvem) e colocar em movimento um método não voltado à essencialização, mas à leitura dos jogos de poder e dos jogos de linguagem que instituem os sujeito e os textos, portanto para a leitura daquilo que faz as instituições, é necessário explicitar que é o próprio método de leitura que institui o seu objeto. A leitura é um dispositivo que se interpõe entre o sujeito do conhecimento e o objeto de conhecimento. Usando outra metáfora, já bastante comum, podemos discorrer que, assim como uma luneta rasga o céu e lá localiza um objeto e a ele nomeia, pesquisa e relaciona a outros objetos e para ele institui um lugar nos mapas, com um nome que o identifica nos livros, dispõe-no em um preciso e lógico espaço delimitado nos catálogos e lhe atribui um destino temporário, mas com a ilusão típica deste século de destino grandioso. Assim uma leitura rasga seu texto e, desprezando algumas relações e selecionando outras, dá um sentido que comporá seu leitor.

A leitura é a proporção que se dá ao acontecimento do texto. Não há texto que seja outra coisa senão um já dito. Uma repetição de algo – o que Foucault (1996) chamou de comentário. No entanto, a acontecimentalização é o que gera o movimento em torno do texto. É a capacidade de um texto mobilizar em torno de si tantas leituras, expectativas e conflitos que o tornam vivo. Finalmente, o texto não contém em si mesmo a autoridade e o seu autor não é aquele núcleo catalisador de significados; o texto é o acontecimento gerado pelas interpretações. A acontecimentalização (FOUCAULT, 2003f) é um dispositivo de ruptura e um procedimento de análise importante na compreensão dos textos e também das instituições com seus traços e funções que poderíamos supor tão evidentes.

Por qual razão seria evidente a criação de salas especiais para aprendizes e depois torná-los frequentadores das salas de aceleração? O que torna natural o envio de usuários de drogas para as comunidades terapêuticas isoladas das comunidades urbanas? O que permite ser aceitável que criminosos sejam depositados nas prisões superlotadas e tantas vezes em total ócio? Se existe

um motivo para que todas essas instituições tenham, por um determinado espaço de tempo, sua razão de existência é porque existe do mesmo modo uma lógica própria que as torna, concomitantemente, possíveis e aceitáveis, e, ainda que se observe sua ausência de valor em relação ao seu objetivo, permite que elas arrastem suas práticas e suas estruturas falidas por um determinado período. Temos visto, no Brasil atual, comunidades terapêuticas que tratam usuários de drogas com menos de um décimo de casos com sucesso, prisões e reformatórios para menores em conflitos com a lei que os jogam ainda mais no universo dos crimes e escolas que depois de quatro anos de trabalho de alfabetização mantêm um quarto de seus alunos analfabetos. Apesar disso, essas instituições ainda são consideradas aceitas, necessárias e naturais.

Dessa forma, o conceito proposto por Guirado (2010) é que:

[...] instituição é um conjunto de relações sociais que se repetem e, na repetição, legitima-se¹³. Essa legitimação se dá, em ato, pelos efeitos de reconhecimento de que essas relações são óbvias, e que naturalmente sempre foram assim.

As instituições são, desse modo, subjetividades que constituem, controlam, disciplinam, mantêm, experienciam, fortalecem ou extinguem e divulgam suas próprias verdades e formas de existir. As instituições, devido à sua natureza, são, sobretudo, esse dispositivo formador que permite a análise das subjetividades por meio da análise discursiva institucional.

Os dispositivos institucionais são os dispositivos dos discursos ou do poder que agenciam as subjetividades. Os agenciamentos dizem respeito aos tipos de sujeitos formados por esses dispositivos. Dessa maneira, o dispositivo de controle disciplinar agencia a formação do sujeito disciplinar. E outros dispositivos, como por exemplo, o panóptico e, depois, o sinóptico, agenciam o sujeito controlado pelas imagens e pelas formas do olhar.

É justamente isso o observado nas análises de Foucault (1987, p. 197 et seq.) que apresentam a prisão como prisão-aparelho; de Goffman (2001), que nos apresentam os manicômios, as prisões e os conventos como maqui-

13 Guirado atribui essa primeira parte do conceito de instituição a ALBUQUERQUE, J. A G. **Metáforas da desordem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

nários disciplinares aos quais chamou de instituições totais, por serem essas instituições compostas de dispositivos que tomam conta integralmente da vida de um sujeito por algum tempo, e por dispositivos como: rotina rígida, uniformes, pobreza de atividades, entre outros, que formam subjetividades controladas e padronizadas, que depois podem ser observadas no comportamento expresso dos indivíduos lá internados e portam, sem saber, as marcas dessa institucionalização. Pela forma de caminhar ou de falar, tão somente, podemos identificar aqueles educados nessas instituições.

Entretanto, há também análises que associam as práticas discursivas institucionalizadas como fortes dispositivos de poder e, portanto, como agenciamentos subjetivos intensos, como a análise de Paniago (2005) sobre o discurso do Amor Exigente e as práticas de subjetivação escolar de Wachs et. al. (2010) sobre os processos de subjetivação nos Serviços de Residência Terapêutica e, por fim, os discursos performativos nas formações de gêneros em Butler (2003).

Na medida em que atribuímos à linguagem o papel de mediação entre os objetos e os sujeitos da representação, assumimos que é a própria linguagem que cria o mundo. Isto é, o mundo com o qual nos relacionamos, pois o Real nos é inacessível quando fora do mundo da linguagem. A forma social que dá a essa linguagem a possibilidade de ser um código (com)partilhável é o discurso. O discurso não é uma língua, mas é o discurso que forma as línguas, que as separa, nomeia, hierarquiza e modifica. O uso das línguas é um uso político-discursivo.

Estamos sempre entre línguas e as usamos de acordo com nossas conveniências, às vezes somos mais ou menos formais, usamos mais ou menos a norma culta, ou ainda, recorremos aos vocabulários técnicos ou aos modos de comunicação mais típicos das crianças ou dos adolescentes. Com isso, quero apontar para os discursos que permeiam e controlam as línguas. A escolha das formas de dizer diz respeito à identidade do falante e ao seu lugar social, das suas diferenças e relações com os outros.

Nesse sentido, a língua está carregada de/pelos mecanismos discursivos e por esses mecanismos ela ganha vida. Da mesma forma, o sujeito, desde a aquisição da língua materna até a da língua escolar ou da língua profissional está formando sua identidade. E, como as políticas de identidades são políticas institucionalizadas, as escolhas de uma ou outra palavra, o que não

acontece de maneira tão consciente como parece, é uma escolha política que insere o sujeito em um grupo, mas também oculta suas origens, modifica sua história, enfim, atua como um arquivo em evidência.

Os mesmos mecanismos, internos e externos, controlam os discursos, as instituições, as línguas e os seus sujeitos. Por exemplo, o uso da língua oficial é o que dá aos membros de uma elite o acesso aos trabalhos estáveis do governo nas suas mais variadas esferas. Essa é apenas uma mostra de como o discurso, a língua e a identidade se compõem mutuamente.

Neste mesmo bojo, podemos indicar como percebemos a ligação imbricada da língua com a identidade. É pelo código da língua, com todo controle discursivo nele incidente, que o sujeito acessa os objetos e a compreensão do mundo. Salientamos que estamos deixando de lado, neste momento, as questões da negatividade da linguagem e do sujeito, porém é na via desse interstício que observamos os movimentos e as rupturas do discurso na nuvem de significados sempre dinâmicos.

Parte II

Concepções de sujeito e de subjetividade

Compreender as consequências da virada linguística e das formas de pensar o mundo atual será o objetivo deste capítulo.

Primeiramente, faremos uma explanação do que compreendemos por sujeito e por subjetividade, para depois entrarmos nos aspectos teórico-conceituais. Faremos, também, neste capítulo, alguma consideração sobre o conceito de linguagem. É evidente que há, entre os conceitos de linguagem e sujeito, uma íntima relação após a virada linguística; no entanto, é somente após essa mudança desse paradigma que se verificou tamanha relação.

Como o que nos interessa, neste texto, é dar instrumentos à analítica de concepções de sujeito, estudo fortemente presente na Linguística Aplicada, mas também às concepções de práticas de formação de subjetividades e de instituições, partiremos historicamente do pensamento socrático, passaremos por Descartes até chegar às noções mais atuais de sujeito pós-moderno e sujeito virtual, objetos de investigação atuais, principalmente nas Ciências Humanas – notadamente Psicologia, Sociologia e Antropologia.

O endereçamento deste texto se faz, sobretudo, a quem se interessa pelas relações entre a linguagem e os problemas humanos. Assim, não importando a disciplina de origem do leitor, nosso propósito é o de vincular os problemas relativos à identidade e às discriminações sociais (sejam relacionadas à loucura, à etnia, à sexualidade, à língua, à nacionalidade, à religião, entre tantas) com as políticas de desenvolvimento e controle social na saúde, na educação, na assistência, na seguridade social e no trabalho, dispostos nos discursos naturalizantes e condutores das regras de convívio e das posições sociais ocupadas por cada um de nós.

Sujeito e subjetividade

Para se falar de sujeito é preciso partir de uma teoria. O sujeito é sempre um efeito teórico, como bem ressalta Badiou (1994, p. 44). Ao longo da história, os filósofos foram criando teorias e sujeitos. Com as evoluções ou rupturas das teorias, no limiar entre uma concepção e outra, nova dimensão se constitui e nessa transposição, nessa fratura, novo sujeito se enuncia.

Vamos relacionar alguns desses enunciados e perseguir o efeito de sujeito em abordagens filosóficas para embasarmos as discussões sobre o sujeito em vários textos das ciências humanas. Partimos do pressuposto geral de que a não compreensão da formação desse sujeito pela linguagem indica uma concepção hegemônica de um sujeito uno, contínuo, consciente e logicamente coerente, e não a ausência de uma concepção, como interessa à ideologia dominante.

O sujeito não tem o mesmo efeito de sentido para a Filosofia, para a Psicanálise ou para a Psicologia, na medida em que as disciplinas se fecham em suas verdades ou saberes. Também não é o mesmo ao longo do desenvolvimento de cada área mencionada, embora as teorias se pretendam estáveis, se é que isso é possível. Não foi por um motivo qualquer que a disciplina que estuda as questões do sujeito na filosofia foi batizada como Antropologia Filosófica. Mesmo assim, cabe-nos, ainda, indagar se o sujeito social, o sujeito psicológico ou o sujeito do direito são apropriações de um lugar para falar do sujeito ou diferentes sujeitos.

O “Suposto Sujeito” ou o “Sujeito Suposto” é uma tautologia, diz Nancy (2001, p. 26), em quem basearemos nossa argumentação inicial. O sujeito só pode ser suposto; aliás, sujeito quer dizer “suposto”, uma fórmula que não estranharia os escolásticos. O suposto poderia ser dito como “o ser substancialmente completo em si”, ou ainda, a substância primeira singular.

O *subjectum* é suposto. Colocado sob algo ou abaixo de alguma coisa. Sobre o que se fundamenta o sujeito? Pergunta que novamente estranharia o falante do latim, “fundamento” e “sujeito” podem ser a mesma palavra, pois ambas indicam algo por debaixo. Suporte, fundamento e sujeito. Um status está posto, o sujeito está sob algo, subordinado a algo, está suposto. É uma suposição e sobre ela precisamos supor algo.

O “sujeito”, visto pela perspectiva gramatical, pode ser tanto um adjetivo – estar sujeito, aquele que se sujeitou, que está por baixo – quanto um substantivo – ser ao qual se atribui um predicado. O “sujeito” pode ser, numa série de suposições, o ser sobre o qual se supõe algo que o predica. Por fim, o sujeito pode ser compreendido como o objeto que foi sujeitoado.

Ao vermos a possibilidade da dispersão do conceito de sujeito, podemos estar mais seguros em tratar do sujeito como uma construção que vai se fazendo aos poucos, ou seja, por apropriações, unificações, agregações a um objeto com diferenças e pretensões delineadas pela filosofia, pelas ciências positivas e pelos desdobramentos das tensões decorrentes nas ciências que poderiam ser chamadas de ciências do sujeito¹⁴. Ciências nas quais, de alguma forma, o objeto é o próprio sujeito, ou, o Sujeito é o sujeito.

Tal qual sugere Nancy (op. cit., p. 30), para iniciar a problematização conceitual e histórica, tomaremos como primeira significação que, mais ou menos, unifica ou está presente em outras concepções de sujeito, a noção de “qualquer um” que pode ter representações ou volições. Ressalta-se, nesse qualquer um, o “Um”. Isto é, sabemos que, nas Ciências Humanas, muitas noções de sujeito serão deixadas de lado, a tentativa é de focar naquilo que foi possível identificar predominantemente em textos que circulam em nossas universidades.

O conceito de sujeito ocupa um lugar central nas Ciências Humanas, incluindo aqui as teorias da linguagem. Quem é o sujeito ou qual a concepção de sujeito nesta ou naquela teoria, como se constrói um sujeito, onde está localizado, são perguntas feitas frente aos textos. A concepção de sujeito, que nos servirá de referencial final neste trabalho, será a de Foucault, ou aquelas que, seguindo a trilha foucaultiana, trazem a perspectiva de um sujeito construído num processo de subjetivação. Falar do sujeito, numa perspectiva foucaultiana, não é falar de um sujeito em si, como proposto nas teorias que chamamos antropologizantes, é falar de um lugar em sua descontinuidade e dispersão. O sujeito não antropológico, aqui sugerido, é um efeito do discurso, uma posição assumida na discursividade que tenta manter-se com certa regularidade. Essa será a base para nosso estudo, opção que não dispensa

14 A este respeito ver apresentação de: FARIAS, Francisco R.; DUPRET, Leila (Org.). **A pesquisa nas ciências do sujeito**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

algumas digressões, visto que, na psicologia e nas ciências humanas em geral, outras concepções ou construções estão presentes com seus deslocamentos, como referências ou como memórias e esquecimentos e, em função disso, muito frequentes nos textos. Mas, como construções, são passíveis de uma desconstrução.

Inevitavelmente, há equívocos, uma vez que linguagem é equívoco, uma construção feita a partir da falta da coisa-em-si, que pretende representá-la, mas não é como pretendem os formalistas ($A = A$). Radicalmente, para a Psicanálise, a palavra é o lugar onde a coisa desaparece. Então, linguagem é equívoco porque é a elaboração de algo com o qual nós temos uma relação inalcançável (o real) (DIAS, 1999, p. 17).

Um sujeito: essencialismo e sujeito antropológico

O sujeito aparece como conceito fundamental na filosofia ocidental desde seus primórdios; a questão se colocou desde que os pré-socráticos iniciaram suas argumentações. Esses filósofos atribuíram ao sujeito uma substância universal, uma essência que os tornava seres ou entes. Essa essência, primeiramente, foi identificada com elementos da natureza. Então, o que tornava o humano um ser era sua composição física, ligada à água, à terra, ao ar ou ao fogo. Outros filósofos, como Empédocles, afirmavam que não era um único elemento que caracterizava o ser humano, mas uma combinação de elementos na medida certa.

Depois disso, foram se acrescentando outras noções, dentre as quais achamos significativas na Grécia Antiga a ideia do *noûs*, um princípio organizador dos elementos já que não eram únicos e uniformes, mas possuidores de variadas qualidades que, relacionadas, compunham a natureza. Não creio que possamos falar, ainda, de sujeito nas bases deixadas pelos filósofos pré-socráticos; porém, já notamos alguns pressupostos organizadores, que poderiam ser dados pela própria natureza: água, fogo, etc, ou o *noûs*, absolutamente não natural, algo posto sobre a natureza para ordená-la, um princípio que põe em ato a ordem (NANCY, 2001, p. 34).

Com Platão (427-347 a.C.), inicia-se um primeiro sistema filosófico, ou seja, inicia-se uma preocupação de se dar respostas de forma mais sistemática e confiável, seguindo princípios mais estáveis que dessem alguma se-

gurança ao conhecimento. Quanto à concepção da linguagem, para Platão, a palavra possuía uma natureza ontológica; sequer há verossimilhança ao real. O filósofo considerou as imagens apenas imitação da imitação. Se tomarmos o mito da caverna como referência, perceberemos que o que podemos ver (as imagens) são apenas sombras, e o que escrevemos a respeito, imitação das sombras. A mímese foi depreciada por Platão. No entanto, as palavras devem, sim, imitar, no seu conteúdo, a realidade das formas e das ideias primigêneas.

Aristóteles (384-322 a.C.) se opõe a Platão e ensina que nada alcança a consciência se não passar pelos sentidos. Estes, porém, precisariam ser treinados. A lógica e as experiências viriam em socorro do espírito. Sua concepção de linguagem também deixa marcas fundamentais. Para Aristóteles, há uma possibilidade de representação, uma identidade entre o real e o conhecimento do real, uma mímese.

Aristóteles transformou a obra numa produção subjetiva e carente de empenho existencial e alterou, com isso, a relação que ela apresentava com a sacralidade original. De ontológica, a arte passa a ter, com ele, uma concepção estética, não significando mais “imitação” do mundo exterior, mas fornecendo “possíveis” interpretações do real através de ações, pensamentos e palavras, de experiências existenciais imaginárias.

Afastada da perfeição, da divindade e da primigênia, a mímese afirma-se como representação do que “poderia ser”, assumindo o caráter de fábula. O critério do verossímil, que merecia a crítica de Platão por ser apenas ilusão da verdade, torna-se, com Aristóteles, o princípio que garante a autonomia da arte mimética. (COSTA, 1992, p. 6).

O período clássico da filosofia grega tem seu fim com a morte de Aristóteles. Esses filósofos, porém, têm sido estudados exaustivamente ao longo da história. Desse período histórico podemos depreender o caráter “substancialista” da concepção de mundo, de Deus e do homem. Também notamos a tendência antropologizante, quer dizer, ao mesmo tempo mundo e homem são compostos que resultam em uma essência, cuja preocupação filosófica são os fins últimos, com uma identidade permanente, com referências, se não estáveis, pelo menos com invariante ou com princípios regulares e controlados pelo conhecimento.

Esses dois primeiros sistemas filosóficos (platônico e aristotélico) foram os alicerces do pensamento ocidental até Descartes e, até hoje, é possível observar as marcas deixadas em todos os campos do saber. A linguagem e a psicologia também fazem parte desses conhecimentos que carregam essas marcas referentes à identidade e ao sujeito como essências, em muitas abordagens teóricas.

Do suposto sujeito à negatividade

Foi no Séc. XVII que se construiu o pensamento moderno, um pensamento que se configura pela afirmação do método cartesiano, resultante de uma associação entre a matemática e a reflexão filosófica que procura garantir ao sujeito a certeza do conhecimento. Descartes (1596 - 1650 d.C.) influenciou toda a Europa com sua forma de investigar a relação corpo-alma e a segurança do conhecimento através do método, a saber, a capacidade de duvidar, isto é, a capacidade de pensar: penso, logo existo.

O método analítico proposto por Descartes indicava que o todo era constituído de partes, que estas deveriam ser analisadas através do cálculo racional, com critérios de clareza e distinção. O sujeito, portanto, seria esse conhecedor, lógico, com consciência dos conteúdos. O que caracteriza, porém, o sujeito cartesiano é sua capacidade de duvidar, de examinar exaustivamente cada parte através da intuição, da análise, da síntese e da enumeração. “A essência do homem consiste no pensamento”, afirma Descartes (1999, p. 61 et seq.; MONDIN, 1981, p.70).

Do ponto de vista histórico, aí se localiza um erro, melhor dizendo, uma aproximação: Descartes não falou em sujeito, essa palavra não lhe era própria – o Ser (Ente) da fala era a substância. Eis a provável causa da aproximação entre as palavras substância e sujeito: substância – *hipokeimenon* – que quer dizer também essência, a mesma palavra usada por Aristóteles que expressa o-que-está-colocado-embaixo. É alguém ou “cada um”, posto abaixo de suas próprias características, e é pelas suas características que ele se conhece (NANCY, 2001, p. 44). A contribuição de Descartes está no fato de que, antes dele, pensava-se que a substância pensante não poderia ser conhecida por si mesma. Na formulação “*cogito, ergo sum*” (*ego sum* – disse Lacan), o atributo do pensamento não se distingue da substância pensante. Temos, assim, uma equivalência da propriedade com a coisa mesma.

Descartes influenciou inúmeras áreas do conhecimento: da biologia à matemática e à própria teologia. Influências equivocadas também ficaram, visto que sua concepção de mundo e de homem era tal qual à de uma máquina: o corpo humano se compararia ao relógio, por exemplo (FERREIRA, 2000, p. 34-35). Descartes é também o pai da filosofia moderna. A razão desse título está no fato de centrar sua orientação na epistemologia, que discute o valor do conhecimento, enquanto a filosofia antiga estava centrada na ontologia (MONDIN, 1981, p. 62).

As imagens da natureza e do próprio homem se alteraram consideravelmente nessa época. A natureza deixa de ser casa-mãe para ser um espaço de domínio, de controle e de exploração produtiva. Ao homem nada deve escapar. Melhor dizendo, se o homem utilizar seu potencial de tradução da natureza em linguagem matemática, nada escapará ao seu domínio. A alteração da imagem humana está contida nessa forma: a consciência humana é capaz de tudo compreender e de tudo dominar por meio da lógica intuitivo-matemática.

Para tudo há uma explicação; o modelo é mecânico e a dominação é o fim último do homem. O empirismo surgiu a partir de uma divergência na compreensão da aquisição do conhecimento. Não que houvesse total discordância acerca do método, mas era preciso, segundo essa nova corrente, surgida no século XVIII e com muita força, especialmente na Inglaterra, um controle sobre o objeto do conhecimento, submetê-lo aos ensaios e, a partir disso, afirmar suas propriedades.

A mente desprovida de ideias inatas (tabula rasa) foi uma concepção desenvolvida especialmente por Locke (1632-1704 d.C.). Todo conhecimento seria proveniente da experiência sensível ou da reflexão. A obra de Locke contribuiu para o desenvolvimento do associacionismo psicológico e das correntes que concebem os homens como iguais ao nascer, diferenciando-se paulatinamente, segundo suas experiências com o ambiente.

O sujeito acede ao objeto, o sujeito agora é o centro do processo do conhecimento e ocupa, a partir de Descartes, o centro de todo processo de pensamento e construção da verdade. O sujeito, com histórias, experiências, necessidades e desejos conscientes, formula hipóteses a partir das quais o objeto será lido e constituído. O objeto não existe sem um sujeito que dê sentido a ele. O centro do processo é a teoria formulada pelo sujeito acerca do objeto.

O objeto só existe enquanto fenômeno controlável e experimental. Se houver uma autonomia do objeto enquanto coisa, ele não será objeto de leitura, apenas fenômeno de especulação e será, ainda, um objeto sem uma definição científica, ou, em última análise, o objeto será científico somente nos aspectos controláveis laboratorialmente. Então, quando em determinadas condições controláveis, com variáveis verificadas e determinadas, a compreensão se tornará também unívoca, clara e estável. Com tal fundamentação, vai se construindo a busca racional de controlar a escrita e a interpretação, o texto e a natureza.

As correntes de pensamento como o interacionismo, o behaviorismo e a semiótica, que, a partir de Umberto Eco, se estabelecem, são herdeiras desses princípios empírico-experimentais, citados nos parágrafos anteriores. A concepção de código e decodificação, para somente depois constituir uma interpretação ou superinterpretação, faz parte do controle experimental, visto que, mesmo seguindo uma construção mental, o critério de verdade pretende corresponder à realidade externa. A metacognição, como possibilidade de controlar o próprio processo de cognição, de forma consciente, também é aí concebida e retomada na segunda metade do séc. XX.

Ainda no empirismo inglês, temos Hobbes (1588-1679 d.C.) que afirma: “as paixões são as mesmas em todos os homens e é a mesma razão” e que através da introspecção pode-se alcançar a realidade, para além de toda a subjetividade. Um sujeito universal está, assim, pro-posto (SOARES, 1995, p. 211-218). Essa ideia de que todos os homens seguem os mesmos princípios, sejam paixões ou razões, influenciou fortemente a psicologia.

Se, na perspectiva aristotélica, a essência do ser (das coisas) poderia ser captada pelos sentidos, com Hobbes, definitivamente, essa ideia vai se romper. Postulando que a essência do objeto não é arremessada ao sujeito sob as formas adequadas aos cinco sentidos humanos, constata-se que, numa trajetória acidentada, a essência se extravia. A representação não corresponde a seu duplo ontológico, pois objetos e aparências se desligam. O mundo fraturado repõe a continuidade pelo viés da dinâmica material, isto é, pelos incessantes jogos de força dos impulsos encadeados. O equilíbrio estético da ordem cósmica é substituído pela mecânica: desta forma, o pensamento não é a reapresentação do objeto, mas da sensação.

Na filosofia moderna tivemos alguns deslocamentos em relação à essência que definia o sujeito. Se em Descartes o pensamento era o que diferia e definia o sujeito, com o empirismo, a experiência tornava-se o centro do processo de compreensão do mundo e de si. Mesmo que houvesse essa mudança dos centros dos processos, permanecia sempre uma noção essencialista. Ou seja, a essência, após ser identificada com o pensamento racional, passou a ser a experiência; de experiência passou à percepção unificada pela razão, e, por fim, com Kant (1724-1804 d.C.) um sujeito transcendental, sujeito que cria conceitos.

A analítica transcendental cria os conceitos, quer dizer, os conceitos não são retirados da experiência, são da ordem do pensamento e da razão, e essa, em categorias fundamentais (quantidade, qualidade, relação e modalidade), torna possível os juízos (KANT, 1971, p. 107). A dialética entre a sensibilidade e o intelecto tem como consequência a consciência na forma de imperativo categórico. Com isso, são valorizadas as ciências positivas para o sujeito transcendental.

Mas, com Kant, ocorrem dois deslocamentos que terão consequências radicais: o primeiro diz respeito à representação. Tanto os objetos, quanto o sujeito são representações; já não há mais um sujeito-em-si, o sujeito é transcendental. “A consciência da minha própria existência é ao mesmo tempo uma consciência da existência de outras coisas externas” (Id., *Ibid.*, p. 257). Isso significa dizer que o sujeito é também uma representação ou uma projeção, enfim, uma ação e não uma essência, visto que a representação está aberta à constante alteração de sentidos.

Essa é, então, a raiz da segunda consequência: essa representação ou essa projeção, agora tomada como sujeito, ganha forma em uma identidade. A identidade que era até então vista como essência ou com características fixas, agora se torna um atributo do sujeito transcendental que confere ao objeto um significado. Esse sujeito dá ao objeto um sentido ou, em outras palavras, intui o objeto. O objeto abre ao sujeito um novo sentido e se renova, na medida em que ganha novo sentido. O subjetivo se traduz na objetivação do sujeito e na subjetivação do objeto. Iniciam-se, assim, os estudos voltados à hermenêutica e ao conceito de símbolo.

Temos, então, o crepúsculo do sujeito antropologizante ou essencialista. A partir de Kant, o sujeito passa a ser uma representação, uma submissão

à razão e à experiência (LEONI, 1971). Com o fim da compreensão do sujeito como essência, criaram-se as condições para se pensar o sujeito como um processo ou uma construção. Buscamos em Hegel (1770-1831 d.C.) o conceito de negatividade para introduzir as consequências desta formulação nos campos da subjetividade e, em especial, da linguagem.

A compreensão de que os conceitos são retirados da realidade, que são uma construção secundária e que são mais pobres que a realidade, é algo a ser refutado porque os conceitos são a própria atividade do sujeito. A realidade não é racional, mas precisa ser trazida à razão; e os conceitos devem ser formulados de forma mais rica que a realidade: devem abarcar a realidade e opor o sujeito a ela própria.

Nesse sistema dialético, que permite a formação de conceitos e o exame racional da realidade, são incluídos o positivo e o negativo do objeto: cada coisa só é, na medida em que, a todo o momento, se revela algo que ainda não é e que vem a ser, que agora é e passa a não ser, como processo.

O movimento do sujeito o torna, então, o devir-a-si-mesmo. Da mesma forma, supõe a linguagem como uma intuição do imediato. As palavras não podem conter o que nelas está contido; como uma passagem, as palavras tornam-se outro, tornam-se puro devir, retornam a si e são apenas uma mediação. (HEGEL, 1999, p. 304). Tal pensamento sobre o sujeito está calcado não mais em qualquer ideia substancialista, mas numa ideia processual que inclui a negatividade e a positividade que, em movimento, promovem a síntese que é o próprio sujeito. Assim, “o sujeito se produz ao passar pela sua própria negatividade” (NANCY, 2001, p. 50). O grande modelo de sustentação desse pensamento é o cristianismo: “O Cristo torna-se o que é quando atravessa a morte, que é a negatividade de sua condição finita.” (Id., Ibid.).

A negatividade se estabelece como condição em oposição ao positivismo. Com o desenvolvimento da Filosofia, da Linguística e da Psicanálise, o conceito do simbólico se afirma com diferenças. O símbolo já não representa o objeto na ausência dele, mas representa e não representa: há sempre um resto jamais captado pelo símbolo, jamais capturado pela linguagem e esse resto é a negatividade, aquilo que jamais será alcançado pelo conhecimento positivo.

Nesse corte epistemológico, que ocorre entre as duas correntes de concepção de sujeito – antropologizantes e não antropologizantes – há uma mudança radical. Se, na primeira concepção, o sujeito é uma substância cosmológica, um espírito, ideia ou razão; na segunda, há uma produção de subjetividade. Logo, o sujeito não é um dado pronto, não possui uma natureza essencial, como nos diz Badiou (1994, p. 43) ao delimitar o conceito de sujeito como uma nova categoria filosófica:

- 1) O sujeito não é uma substância, um ser, uma alma, uma “coisa pensante”, como diz Descartes. Ele depende de um processo, começa e acaba.
- 2) O sujeito não é tampouco um nada, um vazio, um intervalo. Ele tem uma consistência, podem-se determinar seus componentes.
- 3) O sujeito não é uma consciência, uma experiência. Ele não é a fonte do sentido. De fato, ele é constituído por uma verdade, e não fonte da verdade.
- 4) O sujeito não é invariante ou necessário. Nem sempre há sujeito, ou sujeitos. É preciso para isso condições complexas, e particularmente eventos, que são frutos do acaso.
- 5) O sujeito não é uma origem. Em particular, não é por haver sujeito que há verdade, mas, pelo contrário, porque há verdade há sujeito.

Faremos agora um percurso da noção de sujeito enquanto subjetividade, efeito de uma produção. Pretendemos apresentar problemas relativos à formação das subjetividades, a partir da noção foucaultiana de sociedade disciplinar, até a contemporaneidade discutida por Bauman (1999), passando pela sociedade de risco e pelo sujeito vazio de Lipovetsky (1989b).

Sujeito: da substância ao vazio

Os filósofos existencialistas do século XIX tinham a perspectiva de que a liberdade era o destino humano. Lançar-se às próprias experiências, buscar um sentido que justificasse a existência, fazer alguma coisa de si que transcendesse as próprias condições de vida era o desafio. No entanto, nada disso levava em conta que o homem estivesse condicionado a desejar, pensar

e avaliar a partir de um ponto, de um lugar ou de uma condição que não houvesse escolhido. É a partir desse lugar, sujeito a determinadas condições, portanto, um lugar assujeitado a um poder aleatório, que pensaremos o sujeito.

O poder foi largamente estudado por Foucault: no entanto, não era sua intenção elaborar uma teoria sobre o poder, ou sobre a legitimidade de um poder central, sobre a distribuição, a obediência ou as técnicas ou estratégias de obtenção ou manutenção do poder. O foco do pensamento foucaultiano era a formação do sujeito, e, mais do que isso, que técnicas de controle e sujeição garantiam a legitimidade de certas configurações sociais (FOUCAULT, 1987).

Em *Microfísica do Poder*, Foucault (1979) apresenta também uma análise não só do poder enquanto instância localizada e identificada a um centro de poder, mas também a um constante conflito de poderes distribuídos em resistências e dispositivos de controle. Essas resistências e dispositivos quebram a tradicional visão de um nexos causal entre a dominação e os corpos e pensamentos dos dominados que dispõem de métodos de sujeição ligados a um sistema de produção apropriado a cada época e sociedade.

Mais do que um método repressivo, o poder cria um sujeito produtivo e não somente ligado a um sistema de poder central, mas ligado, sobretudo, aos métodos capilares de sustentação de um sistema produtivo. Quem exerce o poder, o faz para que o outro aja, pense, sinta, analise e se posicione a favor de seus interesses. O poder não age diretamente sobre o outro, mas sobre a ação do outro.

Dessa forma, encontramos uma concepção na qual nada é dado pronto, de forma natural. O poder que é exercido, sempre no presente e na ação, cria e recria realidades, objetos e corpos, e aí encontra os contrapoderes, as resistências que, novamente, criam e recriam novos corpos e novas subjetividades que tentam escapar ao controle exercido sobre eles.

O poder disciplinar que emerge na modernidade está atrelado a um corpo produtivo, a um modelo fabril com um governo central burguês. Nesse campo, os valores e discursos são imbricados de maneira específica, formando subjetividades e valores que permitem a implantação do modo de produção capitalista. A esse respeito, Foucault (1999a), relata o cotidiano de instituições pautadas na disciplina de horários, modos de produção, con-

dutas religiosas, lazer, etc., voltados para a manutenção de um sistema de produção. E não importava qual fosse a instituição, o controle era tal que escolas, conventos, prisões, hospitais e fábricas funcionavam com os mesmos princípios. A vigilância e o exame se estabeleciam e permanecem, até hoje, como um poder-saber.

No Panopticon vai se produzir algo [...] Vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder – mestre -escola, chefe de oficina, médico, psiquiatra, diretor de prisão – e que, enquanto exerce esse poder, tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigia, a respeito deles, um saber. Um saber [...] que determina se o indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não à regra, se progride ou não [...] Ele se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer. (Ibid., p. 88).

Essa base de poder-saber vai abrir espaço aos conhecimentos da observação e, conseqüentemente, ciências como a psiquiatria, a psicologia e a sociologia vão se estabelecer. Esse poder-saber inaugura uma sociedade disciplinar que se vale da norma como referência. O indivíduo normal é vigiado, punido e valorizado segundo sua formatação a um corpo útil e produtivo em um ambiente previamente estudado e preparado para que haja um modelo ideal a ser seguido. As “boas performances” são observadas, comparadas, medidas e descritas, e, ultrapassando as barreiras institucionais, ganham a forma de lei. Assim, os valores da moral, da justiça, do trabalho e a penalidade são valores normatizados.

O corpo (humano e social) passa a ser esquadrihado, medido e comparado com outro. O corpo deixa de ser objeto uno, dado pela natureza, e passa a ser objeto heterogêneo, treinado, utilizável segundo suas qualidades isoladamente úteis e preparado para a produção, valorizando-se suas diversas habilidades em qualquer de seus detalhes e enquadrando o corpo nos mínimos procedimentos fabris.

A disciplina se aplica ao corpo numa perspectiva de experiência de espaço e tempo. A normatização do sujeito alcança seu auge no momento em que o taylorismo transforma os corpos em peças de uma linha de montagem, segundo um padrão de qualidade e produtividade. As relações de trabalho deixam de ser relações sociais e se tornam relações de produção.

Nas sociedades ocidentais, há tamanha evolução do poder-saber que são disparadas campanhas sobre o comportamento e sobre os modos de viver que possam ser empreendidos pela população. O biopoder traz as normas de sexualidade e reprodução como norma do indivíduo desejável e valorizado socialmente (FOUCAULT, 1985).

Os movimentos de resistência ao padrão, ao poder-saber que controla os indivíduos também começam a se manifestar. Por toda parte, surgem movimentos de libertação feminina, de estudantes, de jovens, de negros, enfim, de uma série de indivíduos que não se enquadram no padrão macho-forte-adulto-branco-disciplinado da normatização ocidental.

Movimentos mundiais de contracultura emergem e ganham força e a massa de excluídos se manifesta ameaçadoramente. Os *hippies*, as revoluções fundamentalistas islâmicas, os movimentos de libertação pedagógica, os movimentos antimanicomiais, entre outros, espalham-se. Juntamente com isso, há uma recusa ao consumo padronizado, tão bem demonstrado na ironia do dito popular do “escolha o automóvel que quiser, contanto que seja um Ford preto”.

O auge da modernidade coincide com o que podemos chamar de pós-modernidade. Para discutir essa questão, vamos explorar dois itens apenas, de um conjunto complexo de mudanças que aparecem: 1- O esgotamento da proposta moderna e sua ambiguidade, segundo Bauman (1997); 2- A mudança dos meios de produção devido à resistência à modernidade disciplinar, segundo Maffesoli (2000) e Moraes e Nascimento (2002).

Bauman (1997) define a relação entre modernidade e pós-modernidade não pelo sentido cronológico sugerido pelo “pós”, que poderia indicar o sentido de sucessão ou substituição. O sentido proposto é o de que os esforços modernos de unificar na e pela racionalidade todas as decisões humanas fracassaram. Assim, os esforços e trabalhos nessa direção vão se mostrar enganosos e a dúvida e a dubiedade que deveriam ser sanadas retornam. Quer dizer, o vazio deixado pela ausência de validação pelo sagrado que deveria ser obturado pela razão, substituindo o Deus da Antiguidade, mostrou-se ambíguo. As decisões racionais são em si mesmas fragmentadas, dado que a análise de uma circunstância qualquer se faz pela especificidade de cada um de seus elementos tomados isoladamente.

Assim, uma decisão pode ser correta e não econômica, uma prática pode ser saudável e não prazerosa, enfim, pela racionalidade, uma situação em si mesma pode ser boa e má, certa e errada, um paradoxo insolúvel ou aporético.

Em outra obra, que trata das consequências humanas da globalização, Bauman (1999) analisa a ideia de unidade trazida pela globalização. Essa unidade se reflete na ilusão de que todos habitam o mesmo espaço, numa mesma aldeia global que encurta as noções de tempo e espaço e que indica que o mundo é o mesmo para todos os seus habitantes. Mas, é devido à velocidade e à facilidade tecnológica de transmissão de dados que se constrói a ilusão de que, a um só tempo, todos, em qualquer lugar, se relacionam ou se informam sobre algo e se envolvem com o(s) mesmo(s) fato(s). O que para uns significa liberdade de estarem onde desejam, para outros significa prisão, pois sempre estão em um espaço conhecido e do qual é impossível sair. Essa é uma outra marca de contradição da pós-modernidade.

O segundo item proposto diz respeito aos novos meios de produção e de consumo. Identificaremos duas facetas: a pós-modernidade e a hipermodernidade. Segundo Lipovetsky (2004a, p. 53), a hipermodernidade é identificada como a era do hipertexto, do hipermercado, da hiperpotência, na qual tudo se torna hiper. Nesses tempos hipermodernos, o comércio muda radicalmente. A velocidade com que o capital muda de destino e que os meios de produção se deslocam é assustadora. A capacidade de criar desejos, manipulados pelos meios de comunicação de massa, pulveriza-se. Essas são algumas marcas perceptíveis desses tempos.

O que está hoje em pauta é a possibilidade da transformação; o corpo, a morte e a vida são objetos de comércio e de pesquisas de mercado com imensa relativização de valores. A cirurgia genética, o tratamento com células-tronco, o suicídio coletivo agendado via internet, os alimentos transgênicos, a psicofarmacologia cosmética e as cirurgias plásticas associam-se ao hipermercado que traz tantos produtos que permite que cada indivíduo se transforme, crie a sua própria moda ou se enquadre num padrão mais tribal ou mais fashion. Maffesoli (2000) menciona uma mestiçagem. Ao tomar a arquitetura pós-moderna, que mistura estilos numa mesma criação, como citações góticas, romanas, barrocas e modernas simultaneamente como referência, discorre, também, sobre uma vida de mestiçagem de valores e ati-

tudes. O uso de computador para falar com espíritos, o cientista místico, o McDonald's na praça de lazer, a liberação dos costumes que convive com o racismo são alguns exemplos dessa mestiçagem.

Moraes e Nascimento (2002), analisando as mudanças dos meios de produção, também apontam para a mudança operada com a implantação do *just-in-time* que permite que ocorra um produto industrializado sob medida, uma linha de montagem que faça, por exemplo, um automóvel personalizado. Esse caminho, que partiu da normatização para controlar os indivíduos, hipertrofiou-se. Com a hiperoferta de produtos, gera-se uma contrapartida de necessidade de hiperdemanda no indivíduo que já não se contenta com a obtenção de algo, mas precisa ter o exclusivo, o imediato, o prazeroso e o mutante. No lugar da repressão, o operador social é a sedução.

Essa hipertrofia moderna traz consequências humanas e sociais. O indivíduo não deixa de ser controlado; o controle, porém, já não é mais somente o panóptico. Surge o sinóptico como modelo de controle. O resultado do panóptico é a internalização da regra; já o fim do sinóptico é que cada um seja, ao mesmo tempo, o controlador e o controlado. Para que isso ocorra, é necessário que cada indivíduo seja incitado a querer ser ao mesmo tempo observador e observado, modelo idealizado, e que seja impelido a entrar no novo jogo do consumo. Fica evidente que o desejo de ser um modelo implica em consequências narcísicas (VIOLANTE, 2002; BIRMAN, 1998; REIS FILHO, 2001).

Outra análise dessa hipertrofia é realizada por Bauman (2004, p. 26) que afirma que o controle sobre o consumo não mais se faz na intenção de que não se consuma, mas, pelo contrário, que se comprem produtos por impulso. A administração dos centros de compras procura meios de despertar desejos que se satisfaçam de imediato, que não precisem de maturação, que sejam atendidos no mesmo ambiente em que foram despertados, ou seja, enquanto caminham pelos corredores entre as lojas. Lipovetsky (1989, p. 229) dá a esse sujeito a denominação de neo-narcísico, por sua labilidade e não estabilidade de convicções. Esse sujeito, subordinado pela mídia, torna-se permeável e flexível, pronto para abandonar suas opiniões e aberto para a novidade e para o consumo, vetor de uma potência superior de transformação coletiva e individual.

Em contrapartida, a saúde, a higiene, o estilo e a moda são hipervalorizados. Cada indivíduo, além de (con)sumir deve ter também a preocupação

de não “sumir com”¹⁵, e manter-se sempre em condição de consumir mais. Um novo critério de controle de comportamentos se apresenta: o controle do risco. Com isso, para além do controle do comportamento presente, o sinóptico faz a previsão e o controle do comportamento futuro. Gera uma previsão da capacidade de consumo de cada indivíduo e sua potencialidade produtiva; além disso, planeja um modelo idealizado de consumo.

Se o sujeito da cultura clássica ocidental era possuidor de valores referenciais e percebido como criatura divina, filho-de-deus, agora é sujeito vazio. Nesse vazio estão expressas muitas características: vazio de valores, que o torna recipiente de religiões e filosofias que não o compõem, apenas o vestem transitoriamente; vazio de adjetivos herdados, sua pátria, sua religião e seu nome de família, que, agora, são adornos, às vezes trocados por motivos práticos ou estéticos; e também vazio de experiências, nada do que faça ou deixe de fazer trará satisfação, recompensa ou acarretará uma mudança que o ponha num lugar imune à sensação de vazio generalizado e desejoso de consumo. O consumo da medicina e da odontologia estéticas permite que se abra a possibilidade da mudança étnica (como Michael Jackson), da mudança de sexo, da mudança de aparência instantânea e transmitida pela TV.

Qualquer coisa preenche o sujeito vazio, mas todo evento o esvazia novamente. O consumo e o hipernarcisismo criam a necessidade de um ser mutante: a cada evento, um visual, uma novidade imaginária – imaginária tanto na aceção de imagem como aparência, quanto na aceção de imaginário social. O homem moderno, para manter sua imagem de provedor como o homem antigo, precisa ser forte. O homem contemporâneo precisa parecer mais do que ser forte e a isso se associam o consumo de esportes radicais e os corpos hipertrofiados. As novas tecnologias do corpo associam a hipertrofia às atividades primitivas: a escalada, o montanhismo, o camping, entre tantas outras atividades, são atualmente valorizadas.

15 O “sumir com” é uma referência ao desejo de aniquilar o objeto do consumo, ao invés de possuí-lo. Bauman (2001) faz menção a esse desejo do homem pós-moderno que faz desaparecer o objeto consumido, diferentemente do homem moderno que, ao consumir, incorpora(va) o objeto. Porém, ao sumir com os objetos de consumo, como a água, por exemplo, o sujeito aniquila, por consequência, a si mesmo; e, ao consumir alimentos em excesso, drogas e outros fetiches, o sujeito (com)some, diretamente, a si (consigo) mesmo. Logo, o consumo é um risco também passível de administração.

O corpo já não precisa de força ou habilidade, posto que existem máquinas mais eficientes na execução dos trabalhos mais pesados. O corpo perde sua utilidade produtiva e ganha seu valor associado ao próprio consumo. Como tal, é descentrado e fragmentado excessivamente (VAISBERG, 2001). A moda dos *piercings*, escaras, tatuagens etc. põem o corpo como objeto de consumo. A anorexia, a bulimia e o consumo de anabolizantes são experiências extremas, resultantes do corpo excessivamente manipulado.

Correndo por fora, há imensa massa de excluídos que, impedidos de locomoção ou de transformação, participam de novas tribos e guetos. Cada indivíduo escolhe a sua “tribo” e estas são localizadas e possuidoras de seus próprios deuses e valores. Até aqui, abordamos o sujeito tomando por empréstimo o corpo teórico psicanalítico e as análises sociológicas de Lipovetsky e Bauman. Estas proposições, que possuem um caráter explicativo, auxiliam a compreensão do sujeito contemporâneo. Podemos, por meio dessas explicativas, ligar o sujeito da substância ao vazio, numa perspectiva temporal de sucessão.

Cabe, neste ponto, um outro tipo de questão - O sujeito vazio, está vazio de quê? Podemos pensá-lo como um recipiente de valores? Um corpo vazio? Não estaria o vazio também preenchido? O que assinalamos é que as concepções de sujeito ou dos processos de subjetivação, vistos até a modernidade, têm em comum, ou melhor, têm como suporte (ou suposto) um caráter antropológico.

Uma relação teórica tensa se nota entre as concepções de sujeito antropológico e processos de subjetivação vistos pelos dispositivos de poder apontados por Foucault. Para esse autor, o sujeito é uma função em uma formação discursiva (FD) e suas manifestações são aquelas permitidas e reconhecidas por esta FD.

Uma FD não é uma forma isolada de discurso ou uma categoria de limites de discursos. Ao contrário, o intradiscurso e o interdiscurso que a compõem promovem um movimento constante do discurso na relação consigo mesmo e com os demais discursos. Mas o discurso não é uma organização de dizeres aleatórios; o discurso se desenvolve em determinadas regras que o delineiam. Estas regras constituem o que Foucault (1996) denominou como “A Ordem do Discurso”, tema de sua aula inaugural no Collège de France, em 1970.

A ordem do discurso se apresenta como um conjunto de regras, de regularidades dos dizeres que são, em última análise, as formas estabelecidas do poder, do desejo de poder. Discurso é poder e poder é desejo de poder. Um poder para ser exercido e reconhecido prescinde de controles internos e externos. São externos os seguintes controles de exclusão: a palavra proibida – interdição; a separação entre o racional e o irracional – lógico/ilógico; e a classificação entre verdadeiro e falso – a vontade de verdade. Os controles internos são identificados nas dimensões do acontecimento que incluem autoria e comentário, as disciplinas e as sociedades do discurso. Foucault localiza esses controles dos dizeres e analisa-os como moduladores do próprio desejo.

Seguindo esse propósito, Kehl (1998) relaciona, em seus estudos, o surgimento da Psicanálise ao corpo da mulher no século XIX enquanto construção social e os sintomas histéricos manifestos pelas doentes, afirmando o corpo como linguagem e a possibilidade da cura pela fala, fala esta que já estava presente em um corpo impedido de ser enunciado na sociedade da época.

O conceito de inconsciente e as regras do funcionamento da escrita, da leitura e da fala permitida às mulheres vão se constituindo como campo de formação de uma nova ciência. Uma nova ciência que deverá dar conta da relação do corpo – sexualidade – com os discursos vigentes e permitir a fala própria do sujeito neurótico. Ou seja, aquele corpo moderno – individualizado, treinado, esquadrinhado e, na concepção da Psicanálise, com desejos recalcados – cria neurose, uma forma de expressão, na medida em que nos sintomas há uma expressão verdadeira do sujeito – retorno do recalcado, e uma forma de resistência, porquanto persiste falando (mesmo que numa linguagem deformada) algo que deveria estar calado, articulado aos sentidos sociais.

Com Freud, foi acrescida a noção do inconsciente. Podemos notar, como já nos alertava Foucault, que as ciências humanas se tornaram, de um modo ou de outro, ciências da *psyché*. Mais uma vez, arma-se a homogeneização do sujeito, uma repetição das formações de um objeto do conhecimento. Essa homogeneização que se centra no discurso da *psyché* é observada por Foucault:

O que faz com que a simples descoberta do inconsciente não seja uma adição de domínios, não seja uma extensão da psicologia, é realmente o confisco, pela psicologia, da maioria dos domínios que cobriam

as ciências humanas, de tal forma que se pode dizer que, a partir de Freud, todas as ciências humanas se tornaram, de um modo ou de outro, ciências da psyché. E o velho realismo à maneira de Durkheim, pensando a sociedade como uma substância que se opõe ao indivíduo que, por sua vez, é também uma substância integrada no interior da sociedade, esse velho realismo parece-me, agora, impensável. Do mesmo modo, a velha distinção entre a alma e o corpo, que valia mesmo então para a psicofisiologia do século XIX, esta velha oposição não existe mais, agora sabemos que nosso corpo faz parte de nossa psyché, ou faz parte dessa experiência ao mesmo tempo consciente e inconsciente à qual a psicologia se endereça, de tal forma que, atualmente, no fundo, só há psicologia. (FOUCAULT, 2002b, p. 223).

Foucault não vai se interessar pelo sujeito antropológico como tal; também não dá ao sujeito um status de senhor de enunciados ou de um ente: natural, psicológico, explicado, destrinchado, a ser revelado; não confere a ele características como identidade, saber ou autoria. Assim,

[...] o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser preenchida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. (FOUCAULT, 2002a, p. 107).

A clara distinção que Foucault faz é esta: o sujeito que lhe interessa é o sujeito do enunciado, aquele que está ocupando um lugar vazio que poderia ser ocupado por outro indivíduo, mas, naquele momento, naquela enunciação o indivíduo ocupa uma determinada função e enuncia algo. Quando nos referimos ao conceito de indivíduo, estamos utilizando uma noção que é também uma construção social e não um dado natural. O conceito de indivíduo é uma construção social atrelada aos dispositivos de poder da disciplina-ridade e, como tal, conceito forjado, construído socialmente na necessidade de se legitimar um certo poder identificado a um edifício social que legitima práticas que responsabilizam lugares demarcados, identificados como lugares de autoridade e resistência.

Esta mudança de regimento social foi analisada por Foucault em várias obras, dentre elas, *Vigiar e Punir* (1987), na qual assinala a mudança das formas de punição: do suplício público como punição ao crime até a punição do criminoso em cárcere privado. E esclarece que, ao identificar a falta cometida como uma afronta ao rei ou a outra autoridade, o crime é que era punido e não o criminoso, porque o suplício público envolvia toda a comunidade na punição ao crime e todos os presentes participavam da punição: o carrasco, os representantes da lei, do rei e o povo. Nesse dispositivo, o crime era tomado como ameaça direta contra o rei, contra o regime e, dessa forma, contra a sociedade como um todo, ou seja, contra o poder legitimado que organizava e hierarquizava as relações.

A prisão individual se constitui como dispositivo que opera na esfera disciplinar e age, portanto, sobre o indivíduo e não mais sobre a sociedade. Já não interessa mais punir exemplarmente o crime e, sim, disciplinar o criminoso. Essa mudança se opera porque, anteriormente, além de quebrar a hierarquia social, o crime era legitimado como uma vantagem individual, um ato que privilegiava o criminoso e prejudicava os outros ou a sociedade. Numa sociedade que não mais funciona como um todo, porém tem, de um lado, indivíduos privados e, de outro, o Estado, as relações passaram a ser reguladas de forma inversa ao espetáculo, ou seja, instituindo-se a vigilância individual e investindo disciplinarmente nos corpos.

Para que, de fato, o poder fosse exercido sobre os comportamentos individuais, era necessário que houvesse mudanças nas táticas de poder. O panoptismo estabeleceu-se, então, como alternativa de ordenação das multiplicidades humanas, seguindo os critérios de ser econômico, pois um só agente poderia vigiar um grupo de forma discreta e, por isso mesmo, despertando pouca resistência; eficiente, na medida em que levava os efeitos desse poder à sua máxima intensidade, sem fracasso, sem lacuna; e, por fim, ligava o crescimento “econômico” do poder aos aparelhos nos quais ele era exercido, (fossem os aparelhos pedagógicos, militares, industriais etc.), fazendo crescer a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema (FOUCAULT, 1987, p. 179-180). As técnicas de exame (FOUCAULT, 1999) também foram instituídas aí como dispositivos individualizados. Essa mudança nos dá a mostra dos dispositivos que construíram o indivíduo como ator social e responsabilizaram-no por suas práticas.

Em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault (1999a, p. 27 et seq.) pretende mostrar que a economia, a política e as condições dadas a uma sociedade é que formam o sujeito ou os sujeitos de conhecimento e as relações de verdade. O uso do termo “ideologia” poderia ser utilizado aqui como esta forma de imposição de verdades a partir do exterior do sujeito, mas seria arriscado, uma vez que estaríamos identificando a esta palavra o conceito marxista que traz, atrelado a seu corpo, outros conceitos, como luta de classes e todas as marcas da manipulação, do fetiche, das obscuras formas de manutenção do poder sobre aqueles que não teriam consciência de serem sujeitos sujeitados pelo poder.

Na visão que propõe,

[...] só pode haver certos tipos de sujeitos de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade. Só se desembaraçando destes grandes temas do sujeito de conhecimento, ao mesmo tempo originário e absoluto, utilizando eventualmente o modelo nietzscheano, poderemos fazer uma história da verdade. (Ibid., p. 27).

A disciplina é caracterizada pela forma individualizada do sujeito, esquadrinhado em seus gestos mínimos; para tanto, o controle celular e capilar, ao longo dos séculos XVIII e XIX, vai naturalizando o indivíduo como sujeito desejável, pelas formas de controle, educação, responsabilização e produção social capitalista. A crítica que se faz a Foucault é que ele opera uma morte do sujeito. Em sua obra *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2002a), ele argumenta que os princípios do discurso não são tratados através da subjetividade, do sujeito falante ou do sujeito antropológico. Pelo contrário, mostra a possibilidade de que, nas mesmas práticas discursivas, ocorram diferenças, contradições e diversidades que não permitem um único discurso para uma dada época. As funções que o sujeito procura ocupar ou as posições discursivas tomadas não são sequenciais e lógicas, mas são diversificadas, carregadas de descontinuidades, exclusões, controles e derivações.

Grigoletto (2005, p. 99-102) articula os conceitos de função vazia e de posição de sujeito a partir de Foucault e Pêcheux. Para esta autora, es-

ses conceitos aproximam-se das formulações forma-sujeito e posição-sujeito de Pêcheux. A diferença consiste no assujeitamento ideológico do sujeito pecheutiano. No entanto, o sujeito do enunciado é uma função vazia que pode ser preenchida por indivíduos diferentes, preenchida conforme o lugar institucional, o papel assumido e a posição de onde fala:

Por isso, as diversas modalidades de enunciação remetem à dispersão e não à unidade do sujeito. E as posições de sujeito se definem pela situação que é possível ao sujeito ocupar em relação aos domínios ou grupos de objetos das práticas discursivas. Logo, “um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 1979: 107), desde que ele esteja autorizado a ocupar a posição (que pode e deve) de sujeito. (GRIGOLETTO, 2005, p. 82).

O lugar vazio é ocupado pelo sujeito falante. Não há uma positividade na linguagem, o lugar ocupado não é regular e, tampouco, consciente, livre do imaginário, das transformações, da ideologia e do equívoco. Isso porque se tem a ilusão do controle dos dizeres, mas há um dialogismo¹⁶ e o outro vai compreender o dito segundo as formações discursivas em que se insere. Há, em todo discurso, uma porosidade na qual vazam sentidos indesejados.

A contribuição de Foucault, em última análise, se assim se pode dizer, é a de produzir, de forma abrangente, uma história do presente. Ou ainda, produzir uma história que permita analisar os diferentes modos de subjetivação que transformaram o ser humano em sujeito.

As palavras carregam em si sentidos outros, advindos da memória linguística, das interdiscursividades, ou seja, das próprias formações interdiscursivas heterogêneas que acumulam sentidos. Portanto, não se trata de demarcar um limite ao sujeito ou sua forma, o que o homogeneizaria. Pelo contrário, assinalamos a heterogeneidade e a dispersão, não para privilegiar o esquecimento, mas para sinalizar, através das análises, as regularidades ou-

16 Expressão tomada no sentido empregado por Bakhtin. No dialogismo “qualquer enunciação, mesmo que sob a forma de escrita imobilizada, é uma resposta a qualquer coisa e é construída como tal. Ela é apenas uma malha de cadeia dos atos de fala. Qualquer inscrição prolonga as que a precederam, entra em polêmica com elas, espera por reações ativas de compreensão, antecipa-lhes, etc.” (MAINGUENEAU, 1997).

tras, o “novo” dito que traz em si o antigo e o sentido outro, a formação e as implicações dos conceitos numa teoria de práticas discursivas, dos contágios e dos entrecruzamentos impreterivelmente presentes.

O sentido que a psicanálise atribui ao vazio tem uma relação com o sujeito vazio, como já foi colocado. Mas não é o lugar vazio de Foucault ou o sujeito vazio de Lipovetsky. O vazio na psicanálise é apontado na relação do sujeito com seu desejo, muitas vezes denominado de patologia do vazio, uma nova forma de patologia que se traduz em desafio para a psicanálise. Como é possível observar em Kehl (1998), a psicanálise teve, num primeiro momento, a repressão e o interdito como condição de produção da histeria na mulher do século XIX, mas, nos últimos anos, com mudanças das condições sociais, as patologias do vazio são emergentes, nessa sociedade chamada de pós-moderna ou hipermoderna. Esta ainda recebe o nome de sociedade do espetáculo, na qual o sujeito busca continuamente um brilho narcísico (DEBORD, 1967), dentre tantas outras denominações que podem ajudar-nos a compreender a sociedade contemporânea.

As patologias do vazio, segundo Brum (2004), incluem o diagnóstico dos transtornos *borderline* e narcisista de personalidade, além dos conceitos do falso *self* e autismo, nos quais o principal desejo do sujeito é não desejar. Há outros autores como Melman (1992) e Birman (1998) que classificam como patologias do vazio as depressões, as toxicodependências e o pânico. Vamos tentar esclarecer a relação entre as patologias do vazio e a sociedade do espetáculo, a cultura do narcisismo e os desafios que a psicanálise enfrenta na pós-modernidade relativamente às novas formas de subjetivação.

A modernidade, na medida em que esquadrinha o homem, esquadrinha também todo o conhecimento. A forma de conhecer é esquadrinhada, a composição é feita pela junção de partes. O diagnóstico obedece, hoje, a dois modelos teóricos: a psicanálise ou o psiquiátrico sindrômico (FIGUEIREDO; TENÓRIO, 2002). A psicanálise aborda o mal-estar ou a patologia pelo vértice etiológico, quer dizer, busca uma história na relação sujeito-discurso, enquanto a psiquiatria, seguindo o modelo científico moderno, agrupa os sintomas nas chamadas síndromes psiquiátricas: é um modelo médico. Há uma tensão discursiva entre os dois modelos. A medicina psiquiátrica atual se fundamenta na ação terapêutica medicamentosa. Birman (1998) discute a possibilidade de a conjugação do diagnóstico psiquiátrico ser uma

nova forma de inscrição do sujeito no mal-estar pela sua exterioridade. Coerente com o esvaziamento do sujeito, neste contexto, as modalidades da subjetividade tendem ao silêncio. Vale, no diagnóstico, a imagem no espetáculo da cena social. Birman (1998) afirma que

[...] com isso, o que o sujeito perde em interioridade ganha em exterioridade, de maneira que aquele é marcadamente autocentrado. É neste sentido que o sujeito se transforma em uma máscara, para a exterioridade, para a exibição fascinante e para a captura do outro. O sujeito psicanalítico é o sujeito do inconsciente.

Há nessa constituição um desejo que sempre é irrealizável, uma satisfação inatingível. Quer dizer, uma vez que o desejo é constituído por um objeto idealizado, sua realização é impossível: a falta compõe a demanda. Assim, o sujeito pode saltar de objeto para objeto, à procura de algo não satisfeito. Isso ocorre tanto nas categorias objetais externas, que podem levar a um consumismo desenfreado, quanto na satisfação interna de um corpo que sempre procura um prazer jamais encontrado (sujeito do desejo e sujeito da pulsão¹⁷) (MELMAN, 2003).

O interno e o externo, o objeto interno ou externo, o dentro e o fora do sujeito e a subjetivação são expressões que, entre tantas outras, referem-se a essa possibilidade de constituição a partir do exterior. Mas nenhuma abarca tantas marcas, seja dos pontos de vista linguístico ou psicopatológico, por refletir tão bem o momento atual, quanto à personalidade *borderline*¹⁸ ou em estado limite. Tal qual a histeria na época de Freud, o transtorno *borderline* manifesta-se mais em mulheres do que em homens e, desde os anos 70, vem aumentando sua frequência.

A palavra *borderline* vem sempre associada à língua do outro ou diz da língua do outro. Assim, *borderline* em inglês vem de *bordure*, palavra francesa, da mesma forma que seu sinônimo *frontière* é derivada do espanhol

17 Estes conceitos podem ser encontrados nos verbetes “Desejo” (p. 146-148) e “Pulsão” (p. 628-633) do *Dicionário de Psicanálise*, de Roudinesco e Plon.

18 Aqui vamos manter o nome em inglês tal qual é nomeado na categoria de Transtorno de Personalidade no Manual de Diagnóstico de Saúde Mental – *DSM IV – TR*.

*front*¹⁹. Essas palavras podem ser associadas ao que se habituou chamar atualmente de limites e, mais precisamente, de falta de limites ou, ainda, na expressão comum dos pais de hoje para seus filhos rebeldes: Você não tem limites – será que falamos a mesma língua? (SATHLER, 2001). Um efeito de sentido possível poderia ser o falar a língua do vizinho ou, ainda, pode ser o sujeito fora-de-si em oposição ao sujeito dentro-de-si, tão bem assinalado por Birman (1998), ao circunscrever a psicopatologia à especificidade pós-moderna. O sujeito dentro-de-si e o sujeito fora-de-si revelam os conflitos espaciais e subjetivos no mundo em que as distâncias se encurtam e se tornam relativas, bem como os conflitos temporais de um homem, que já não se percebe senão como descartável, que se torna objeto como tantos outros objetos num mundo onde o que vale é a imagem e o momento presente.

O problema do interno e externo vem, porém, de longe, e Freud os coloca como engendramento do que chama de realidade psíquica. A fantasia se encarrega do caráter de resposta ao inassimilável, irrepresentável e inominável, noção fundamental para a estruturação do sujeito psicanalítico em sua origem trans-individual. O sujeito em sua estruturação depende irremediavelmente do Outro e uma dívida simbólica o joga frente ao destino de gerar sentido para sua própria origem.

O mito da horda primeva, exposto em *Totem e Tabu* (FREUD, 1980i) contém os ingredientes teóricos da dependência, primeiro de um pai vivo, poderoso, capaz de todo gozo e possuidor de uma força brutal que submete as mulheres e os filhos que o admiram, o invejam e o odeiam. No segundo tempo, após a morte do pai, assassinado pelos filhos, como nenhum, individualmente, assume o lugar do pai, frente à ameaça de que um deles se torne tirano e submeta os demais, o pai ressurge na forma da lei, na forma da lembrança. O culto à memória reorganiza as relações sociais. O Outro presente em cada membro da sociedade mantém as normas da cultura (ROZITCHNER, 1989).

Outra passagem em que o dentro e o fora estão presentes: Freud (1980e) narra, como já vimos numa página anterior, o jogo de uma criança

19 GOLDEMBERG, R. A fronteira se diz na língua do outro. *Psi – Jornal de Psicologia*, CRP/SP, ano 18, n. 123, jul/ago. 2000. (resenha de KOLTAI, C. **Política e psicanálise**: o estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000).

com um carretel, o *fort-da*. Retornamos a esse texto para clarificar, primeiramente, que o jogo é uma representação da conquista do símbolo. Pela palavra temos a coisa na sua ausência e mais, a coisa tem que estar ausente para que possa ser representada. O outro aspecto é que, na ausência da coisa, o pensamento deve se relacionar com a linguagem, um processo criativo, ao invés de relacionar-se com a coisa em si, ou como se a palavra fosse a presença da coisa, o que caracterizaria um processo psicótico. Na ausência do objeto, a criança não se relaciona pelo princípio do prazer, mas alivia sua angústia ao buscar significados simbólicos em suas atividades. Assim, um objeto (objeto transicional²⁰) pode representar a mãe em sua ausência, mas produz uma diferenciação entre os objetos e o sujeito.

Uma dialética sem fim se estabelece, pois há algo que não deixa de não se inscrever. O real não é inscrito em sua totalidade. Mais uma vez, a falta constitui o sujeito. Agora, podemos dizer que o sujeito da psicanálise é o sujeito da linguagem. O furo que constitui o sujeito é o furo da linguagem (CASTRO, 1992). As leis que regem a linguagem são as mesmas leis que regem o inconsciente. Para o inconsciente não há negação, não há tempo e os mecanismos de condensação e deslocamento são sua base; havendo desprazer, haverá um recalque. Porém, nenhum recalque é total: pode-se recalcar a ideia, mas o afeto permanece. Os investimentos em outras ideias trazem o afeto de volta por meio de associações às ideias recalçadas ou parte delas. Assim, Freud (1980j, 1980k), ao explicar os atos falhos e os lapsos de língua, mostra que o falante não tem controle de sua fala nem de seus processos de pensamento e que os mecanismos que regem a linguagem são as associações, o recalque e a repressão, mecanismos inconscientes que constituem o pensamento. Freud (1977), primeiramente, nomeia aparelho de memória, depois, aparelho de linguagem, o qual, mais tarde, chamará também de aparelho do pensar.

20 Objeto transicional – Conceito Winnicottiano que indica um objeto que está representando uma transição entre o mundo do imaginário e o da realidade, comumente consiste num bico, traveseiro, ursinho de pano, algum brinquedo e ocupa um lugar e uma função no espaço transicional (ou espaço de ilusão). In: ZIMMERMAN, D. E. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Em entrevista à *Revista Percurso*, Rassial (2003/2004) focaliza o aspecto da aceitação, ou melhor, da denegação implícita à linguagem. Aceitação, porque o sujeito, ao aceitar a palavra como substituta do objeto, reconhece que perdeu o objeto; mas é também denegação, porque o objeto é substituído e há sempre um esforço para que a palavra seja suficiente para aplacar a angústia da falta. Chega mesmo a dizer que o autista é aquele que não aceita a palavra como possibilidade de vinculação; não aceita a palavra como substituta do objeto e se nega a sofrer em consequência dela.

Mas, talvez o autismo seja uma cura para o sofrimento humano, quer dizer, o autista se nega a aceitar a linguagem porque sabe que o real é inalcançável e, por negar-se a aceitar a linguagem, nega sua condição de sujeito que só se constitui pela negatividade. Negação e denegação são expressões muito repetidas ao se falar da linguagem na psicanálise; isso se dá pelo fato de a linguagem conter em si a negatividade no sentido de Hegel. Um efeito dessa negação é o Estranho (*unheimlich*) (FREUD, 1980f), algo recalcado, portanto, não mais reconhecido: ao ser retomado na consciência, torna-se algo estranhamente familiar. Dentro da própria palavra (*unheimlich*), isso já ocorre, uma vez que o prefixo *un* é partícula de negação que, como sabemos, carrega em si uma afirmação.

Sujeito do desejo e sujeito da pulsão

Retomo os conceitos de Sujeito do Desejo e Sujeito da Pulsão, mas, agora, com ênfase no “e”, na intersecção, para trazer à baila uma possibilidade de funcionamento subjetivo na atualidade. Seguramente, essa reflexão tem como fundamento o pensar clínico-psicanalítico voltado à elaboração dos efeitos da pós-modernidade na constituição subjetiva. Essa posição precisa ser explicitada, devido ao provável estranhamento de linguagem que causará aos leitores, principalmente àqueles mais habituados a trabalhar não com a psicanálise enquanto conjunto de conhecimentos, práticas e regras interpretativas, mas com uma ou outra escola psicanalítica, sobretudo, os filiados à escola lacaniana, mais presente nos meios acadêmicos ligados à Linguística Aplicada.

A formação do sujeito, segundo Freud (1980k), se dá a partir de registros primários na mente do sujeito, chamados traços mnêmicos. Esses regis-

tros primários não coincidem com as percepções ou com os objetos reais; são marcas fragmentadas, marcas de naturezas diversas, traços que se organizam por associações em conjuntos que permitem, *a posteriori*, as percepções e a consciência.

Como esses traços mnêmicos não fazem sentido isoladamente, mas por meio das suas associações, cada traço unitário é um elemento inconsciente, o que não significa que esses traços sejam elementos inativos. Freud chamou de reminiscências esses elementos inconscientes ativos que, de alguma forma, se associam e despertam desejos, memórias e motivações; esses traços também estão presentes nas formações do inconsciente, como nos sonhos, lapsos, atos falhos, esquecimentos, sintomas, etc. (DIAS; ZIMERMANN; REZENDE, 1998; LACAN, 1999).

A constituição do sujeito psicanalítico se dá, então, de forma clivada, desde o início do funcionamento do aparelho do pensamento. Os traços mnêmicos são elementos inconscientes, mas não só; há, também, memórias e pensamentos aos quais não se tem acesso consciente, seja porque não constroem, quando da sua reunião, um elemento pensável, pois, de alguma forma, torná-los pensáveis é ameaçador à própria identidade do sujeito, exigindo mudanças substanciais na narrativização de si, na própria identidade, seja porque, em outra instância, sua autoimagem identitária torna-se insuportável frente à moral social que, introjetada, constitui a si mesmo.

Um sistema consciente se constitui ao separar-se do sistema inconsciente e, então, divide o sujeito. Esses sistemas não são estáticos, são dinâmicos; não são independentes, muito pelo contrário, são relacionados e interinfluenciáveis; não obedecem às mesmas regras e princípios, pois a lógica do inconsciente é atemporal; não compreende o “não” como uma lei e seu princípio de funcionamento é voltado ao prazer imediato, enquanto o consciente é regido pelo princípio da realidade, o que implica na aceitação do tempo, do espaço, dos limites do corpo e das circunstâncias.

Uma consequência indelével desse funcionamento é o fato de os objetos externos jamais coincidirem com os objetos representados pelo sujeito. É esse mecanismo de formação de registros, chamado, inicialmente, de aparelho de linguagem (FREUD, 1977), que será também chamado de aparelho de memória e de aparelho do pensar. Esses registros são substitutos dos

objetos, representam os objetos; no entanto, enquanto aparelho constitutivo do sujeito, esses registros impõem a condição de aceitação da incompletude da linguagem.

Uma certa relação ou associação entre os traços que se constituem mutuamente torna-se elemento de linguagem. Essa relação é geradora de algum sentido; além disso, pode-se chamar de significante a (re)organização desses traços ou mesmo pode-se dizer que uma alteração de traços provoca, diretamente, uma reorganização da ordem simbólica, ou seja, da ordem dos sentidos. É certo que esses elementos isolados nada significam, são impen-sáveis, funcionam apenas como descargas de tensões mentais ou registros vazios, pois um significante só tem sentido frente a outro significante. O sentido está, portanto, na cadeia de significantes.

É a diferença entre coisa e palavra a mola geradora da falta, a causa da incompletude do simbólico, do equívoco na linguagem. E, também, é raiz do desejo, do desejo de completude, da demanda de encontro do objeto que se tornou idealizado devido ao superinvestimento do sujeito, do objeto representado que jamais será encontrado (BENTO, 2004).

Quando falamos que o objeto foi perdido, estamos afirmando que há uma morte do objeto. Morte que, em termos psicanalíticos, significa perda real ou imaginária de um objeto (FREUD, 1980g). Frente à morte de um objeto investido, o sujeito perde não somente um objeto externo, mas perde também o objeto representado no qual investe seu afeto e, dessa forma, precisa se reorganizar, encontrar outro objeto que mereça seu investimento, ou seja, é preciso fazer o processo de luto. Caso contrário, o sujeito poderá vir a investir na sua própria morte para não se ressentir da perda do objeto, o que caracterizaria o processo melancólico.

Um luto se impõe ao sujeito para que a linguagem se estabeleça enquanto mecanismo fundador de funcionamento psíquico. Isso significa que é preciso aceitar a perda de um objeto, permitir que haja o registro da ausência do objeto e promover a aceitação de outros objetos. Além disso, permitir-se a novas relações indica a aceitação da falta e a promoção de uma constante alteração de si mesmo por parte do sujeito, para que ele próprio não se mantenha melancolicamente perdido e em busca de seus objetos que já não existem mais. Esses mecanismos de funcionamento referem-se ao sujeito da falta ou ao sujeito do desejo (CORACINI, p. 2010).

Recorrendo novamente a Freud²¹ (1980a), para clarear a relação sujeito-objeto, vimos o surgimento de uma sociedade centrada na escrita e na lei, opondo-se a uma sociedade centrada na imagem. No êxodo e na fundação do Estado Judaico, o recalçamento da imagem (bezerro de ouro) foi essencial para o estabelecimento da lei escrita e da interdição de se falar o nome de Deus-pai. Nesse caso, Freud pretende evidenciar o funcionamento da ordem simbólica: a perda de um objeto se fez pelo recalçamento da imagem, criando vias para o nascimento de uma nova ordem, uma ordem superior na qual o pensamento predomina sobre o sensorial (DIAS, 2003a).

Até aqui falamos do sujeito do desejo e sua constituição, seja pela perda do objeto que exige o luto, seja pelo recalçamento da imagem que permite o nascimento do simbólico. No entanto, objetamos e contrapomos a esse funcionamento na presença do objeto e no predomínio da imagem, o que favorece um funcionamento da ordem do imaginário, ou seja, da ordem do sensorial e da experiência concreta do sujeito com os objetos. Há um forte apelo na sociedade de consumo e na sociedade das imagens: viver envolto às experiências sensoriais, o que facilmente se identifica em nosso mundo.

O sujeito do desejo está presente, o que não quer dizer que as experiências sensoriais sejam abandonadas. Há um mecanismo associativo que confunde o sujeito, fazendo deslizar um desejo, que é da ordem do simbólico, para a ação imediata, induzindo-o ao tamponamento da falta pela via do imaginário, pelo sensorial e pela reinterpretação de sua condição de sujeito da falta. Não há porque negar, vivemos, hoje, um mundo ceifado de imagens e, não raro, ouvimos que uma imagem vale mais que mil palavras; também estamos cercados pelas ofertas que estimulam o esvaziamento do sujeito falante e o põem em ação (*acting out*). A mídia e seus tentáculos estimulam o consumo e as ofertas favorecem o funcionamento do sujeito pulsional (BRAGLIA, s/d; JAMESON, 2006, p. 219 et seq.).

21 Embora saibamos que Freud não utiliza as palavras sujeito e objeto, introduzidas por Jacques Lacan e por Melanie Klein, mostramos como aparecem, desde os textos chamados pré-psicanalíticos, termos como representação-coisa e representação-palavra, termos que versam sobre o objeto daí até o final da obra, que fala da fundação do estado judaico e da escrita.

Há, conseqüentemente, outra forma de se relacionar com essa falta. Trata-se de uma forma que nega a perda do objeto, que substitui o objeto por outros que aliviam o sujeito, tamponando sua falta e provocando descargas rápidas de tensão psíquica. Assim, podemos caracterizar um sujeito pulsional, voltado à descarga de suas tensões, regido pelo princípio do prazer e pelo narcisismo. Note-se que as constantes trocas de objeto não significam alterações subjetivas; não há, nesse caso, uma mudança metafórica: o objeto não passa a ser representado de outra forma; é somente um objeto de consumo e consumo para prazer imediato.

Como não há alteração do objeto, visto que esse é consumido sem resistência, não há amadurecimento do desejo; ao contrário, há uma tentativa de exclusão do sujeito do campo do desejo e, conseqüentemente, o homem pós-moderno não está interessado em construir um saber sobre si, um saber sobre seu desejo, logo, há somente repetição, não há repressão nem gozo (fálico); há uma recusa à castração, ou seja, o mundo e seus objetos devem funcionar como um corpo materno, pronto para satisfazer os desejos imediatos do rebento, sem uma reorganização do próprio sujeito (OCARIZ, 2002; MARTINHO, 1992).

Essa maneira de defender-se da perda do objeto, substituindo, repetidamente, o objeto desejado por quaisquer outros que mantenham a função de prazer ou simplesmente descarga de tensão pulsional, não altera os sentidos nem alcança a função simbólica que altera o próprio sujeito, sendo essa substituição chamada de metonímia (FREUD, 1980h; BLEICHMAR, 1992).

Na relação metonímica não há luto do objeto, mas substituição, em relações intermináveis de analogia; não há “defesa depressiva” sobre a perda do objeto, nem contato do sujeito consigo mesmo ou elaboração do objeto do desejo. Há somente defesa repositória, que não admite a morte do objeto da falta ou do objeto real (idem). Não podemos depositar todas as características desse sujeito pulsional em uma formação subjetiva própria da sociedade do consumo, na qual o sujeito atua como espectador passivo, ou em uma formação da sociedade da imagem e do espetáculo que, segundo Debord (1967) e Melman (2003), destroem os processos do pensar e arruinam qualquer privacidade. Como nas bases do pensamento psicanalítico sempre houve um sujeito relacionado a um corpo, a um Outro e a um gozo, supomos que sem-

pre houve um homem entre uma linguagem e um sintoma, ou seja, entre a elaboração da falta e a recusa à castração, entre o desejo e o consumo. Então, podemos, isso sim, verificar como esses processos ocorrem na atualidade e apontar alguns eventuais mecanismos que se repetem (VILUTIS, 2002).

Vejamos, para exemplificar esse funcionamento subjetivo, como a introdução do dinheiro na economia faz um efeito intenso na economia psíquica do sujeito, provocando uma alteração no processo de luto. Antes da invenção desse papel, que se convencionou chamar moeda (metáfora que associa o papel a um metal precioso), um sujeito qualquer, para comercializar seus produtos, necessitava valorizar, comparar e oferecer um produto que fazia parte de sua própria história, da história de suas habilidades ou capacidade de produção, em troca de outro produto, resultado do tempo e dos insumos de um outro, que também valorizaria seu produto como parte de si mesmo.

O que vou oferecer em troca pelo casamento de minha filha? Quantos camelos eu oferecerei em troca para alimentar minha família? Essas perguntas, como ilustra Dias (2003b), faziam parte de um luto imperativo: identificar-se, valorizar-se e representar-se com e sem o objeto para substituir seu objeto por outro que será, também, importante constituinte do próprio sujeito. O valor, antes da implantação do dinheiro, não estava só no objeto em si, mas estava no valor do trabalho e nas condições de trabalho para se produzir cada objeto. Logo, o valor de cada objeto recaía sobre o próprio sujeito; trocar qualquer objeto requeria uma reconstituição de si mesmo. Com o dinheiro, as trocas perdem o valor vivencial, o dinheiro se sustenta pelo seu valor mágico, valor simbolicamente válido para compra de qualquer objeto, em qualquer lugar e qualquer tempo, sem exigir em troca o luto por um objeto histórico.

Assim, com o dinheiro ou com o salário²² (outra metáfora, agora referente ao sal), uma tarefa ou produção não identitária assume, de forma

22 Salário: “ração de sal; soldo para comprar sal; soldo; emolumentos, tratamento, penhor, salário; por via culta”. (*Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Machado, J.P., Lisboa, 1939 – Editorial Confluência). É uma referência clara ao sal como soldo do exército romano. Com o pagamento feito em sal o soldado mais bem remunerado tinha maior possibilidade de conservar alimentos e temperá-los, mas o salário se paga não pela atividade realizada, mas pela posição ocupada pelo sujeito que trabalha.

fragmentária, o valor de objeto, mas os objetos estão mortos, já não são constitutivos, são objetos voláteis, objetos de consumo substituíveis, pois são facilmente construídos e consumidos, apropriados para rápida circulação e fácil reposição.

Não supomos, portanto, a morte do desejo, mas outra forma de se lidar com o desejo, decorrente de um não amadurecimento da falta ou de uma negação do objeto do desejo, enquanto constitutivo. Desse modo, qualquer outro objeto, cujo consumo proporcione prazer, pode substituir o objeto da falta. Coexistem, prontamente, um sujeito do desejo e um sujeito pulsional. Embora o desejo esteja empobrecido devido à cultura do consumo, como nos afirma Bauman (2004), não se pode negá-lo.

O deslocamento não se faz somente pelo esvaziamento do desejo, há um novo mecanismo de funcionamento do gozo. O problema não se reduz ao gozar a qualquer preço, como sugere Melman (2003), embora esse seja o mote da sociedade do consumo. O gozo também sofre alterações, talvez não em sua economia, mas na sua dinâmica. O que propomos é pensar que o sujeito, cansado do desamparo e da falta, já não busque no gozo sua recompensa, mas sim na potência para o gozo o seu acalanto. Enquanto consome, diz o sujeito a si mesmo: eu posso.

O sujeito, então, goza porque pode gozar enquanto potência e não porque efetivamente goza. Aí está uma face da confusão: com o dinheiro pode-se gozar, o dinheiro pode comprar um certo tipo de gozo sensorial, mas esse gozo sensorial que se confunde com o prazer sensorial não supre em nada o sujeito; só existe durante o ato de consumo; não há um gozo, mas um prazer associado à representação imaginária do gozo que, de qualquer forma, opera algo na esfera do imaginário e, talvez, na imagem propriamente dita.

Estamos falando de uma certa confusão entre a imagem sensorial e a vida do sujeito, o que não chega a ser uma novidade. Além do que já foi exposto por Baudrillard (2002), quando expõe a confusão entre as imagens da televisão, tomadas como realidade, e a realidade não representada pelo sujeito por não ser televisionada, podemos mencionar, para reforçar o argumento, a paráfrase “apareço, logo existo”.

Esquemáticamente, estamos falando do funcionamento articulado entre o sujeito do desejo e o sujeito da pulsão a partir de cisões e partes (de) negadas. Vejamos, a seguir, três mecanismos característicos dessa intersec-

ção. Primeiramente, uma parte do desejo pode ser substituída, deslizando o objeto do simbólico para o imaginário e gozando pela potência – uma imagem faz gozar; note-se aqui que o desejo é o foco; então, para exemplificar, podemos supor assim gozar um homem rico e poderoso, mas de idade já avançada, que desfila, a cada semana, com uma diferente jovem modelo de passarela a quem trata como namorada. Há, aqui, um recalque sobre parte da realidade. Não é aceito, nesse caso, o passar do tempo e a idade, e a dinâmica se mantém pelo investimento em objetos substitutivos que mantêm a ilusão do gozo pela associação da potência com o gozo.

Esse é um dispositivo utilizado pela publicidade para alcançar consumidores, ou seja, associar o gozo a uma imagem de prazer ligada a uma potência imaginária. Podemos aventar mecanismos equivalentes no que tange à leitura e a escrita. Um indivíduo que não pode viajar por motivos de trabalho ou de finanças, pode assinar e ler revistas sobre turismo e também ser correspondente do editor, frequentando as sessões destinadas ao leitor. Ou, ainda, um perito que, com todo o requinte da linguagem psicanalítica, escreve laudos que dizem as mesmas coisas sobre quesitos e casos diferentes, mas que lhe conferem, pela imagem, um estatuto de especialista.

O deslizamento do desejo do simbólico ao imaginário é um primeiro mecanismo e, como segundo mecanismo, a denegação do objeto será o foco. O sujeito nega que perdeu o objeto de desejo, conseqüentemente, não registra sua perda, não faz o luto; então, desliza do simbólico para o imaginário em objetos substitutivos. Para exemplificar, pensemos em um homem que perde a fortuna, mas, mesmo empobrecido, mantém seus hábitos que já não correspondem à sua realidade. Facilmente, podemos imaginar alguém já empobrecido, frequentando festas elegantes com roupas esgarçadas e falando do passado, como se ainda fosse o seu presente. O desejo persiste, mas há denegação da perda do objeto do desejo e se mantém, na dinâmica, o comportamento relativo aos objetos já consumidos como se ainda fossem componentes de seu estilo ou de sua estética.

Em termos de escrita, essa denegação nos remete àqueles sujeitos que não registram a perda de um objeto que foi experimentado e investido por si. Logo, em seu imaginário, seu texto perdido se mantém inalterado por mais que lhe afirmem que seu texto esteja sem nexos, incompleto ou perdido. O escritor em questão escreve a mesma coisa sempre, usa argumentos diferen-

tes, mas tenta conservar sempre a mesma tese, sequer percebe ou registra as mudanças, visto que isso implicaria no registro da perda do objeto amado.

Vejam, enfim, o terceiro e último mecanismo característico dos chamados estados-limite ou transtorno *borderline*, no qual a parte denegada não é a parte do desejo, nem do objeto, mas uma parte do próprio sujeito. O que se nega é uma parte de si mesmo. O sujeito vive, então, em busca de uma vinculação ou de uma identidade que faça sentido, que integre essa parte perdida, alguém que organize sua vida, alguém que realmente seja respeitável ou uma atividade ou sensação que diga, finalmente, “você está aqui e inteiro”. Daí, tantas vezes, o consumo de emoções e relações perigosas, a necessidade de um vínculo forte, mas que exija cuidados enormes para não se desfazer. O desejo não se relaciona com um objeto de desejo, mas com uma ansiedade ou angústia de tamponar algo que não faz sentido em si mesmo (DIAS, 2004).

Nesse caso, não falamos em recalque, mas em repressão, um forte mecanismo que, além de dividir o sujeito, apaga-lhe parte de si mesmo e o impele a buscar em objetos externos essas partes perdidas de si, num mecanismo de identificação-projetiva. Assim, o consumo se apresenta como sintoma de ansiedade e a pulsão como resposta a essa ansiedade. Ansiosamente se consomem os outros, as drogas, as emoções e a si mesmo em busca de sentido. Na ausência de um desejo simbólico, há a busca de algo que o faça desejante.

Um escritor de laudos, nesse caso, não faria seu trabalho buscando uma construção ou desconstrução de um texto, pelo contrário, buscaria um vínculo que o fizesse sentir-se presente. Logo, ao tratar de perícias criminais, por exemplo, agiria com rigor teórico, mas o verdadeiro interesse não seria o técnico, o teórico ou, ainda, o da responsabilidade social sobre seu gesto de escrita, mas seu interesse seria aquele lançado sobre o vínculo com o sistema prisional, sobre a relação direta com os criminosos, sobre a emoção e o perigo, sobre o risco que envolve a atividade profissional.

Do ponto de vista da economia psíquica, acreditamos que, enquanto, no primeiro caso, faz-se uma tradução indevida da letra ou, dito de outra forma, do traço mnêmico, no segundo, faz-se um recalque da letra, ou se denega a vigência de uma nova letra que substituiria a primeira; no terceiro, reprime-se o afeto que liga o sujeito ao objeto, visto que o objeto se confunde com uma parte do próprio sujeito.

O “eu” construído e a sociedade de controle

Os processos de subjetivação constroem os sujeitos e os põem em relação com a sociedade. Esse pressuposto tem implicações que atingem diretamente nossos objetos e objetivos de investigação, seja em Psicologia, seja na linguística. Não se trata, a partir das constatações feitas nas obras de Foucault e daqueles que seguiram suas trilhas, de delinear o sujeito, sua identidade, as consequências sociais, éticas ou da saúde desse sujeito, mas de verificar os mecanismos que o constrói, mecanismos que permitem que ele se compreenda enquanto indivíduo construtor de si; e também se perceba sujeito de uma narrativa contínua e faça a tentativa de unificação e totalização que tornem possível a impressão de que existe uma substancialidade, uma vida anímica, ou um corpo como um lugar onde se inscreve uma história, uma biografia, ou onde há um fundo psicológico. Dessa forma, perceba-se como responsável por uma organização individual que apague a exterioridade e valorize a interioridade, permitindo enunciar-se de forma compreensível e aceitável (POLITZER, 1998).

A perspectiva teórica que se assume neste texto é referente ao pós-estruturalismo e nele discutiremos os estudos de Ramos do Ó (2001, 2003, 2005), Peters (2000), Rose (1996a, 1996b, 2001a, 2001b) e Hacking (2001/2002), tendo como pano de fundo as concepções de Deleuze e Foucault que, mesmo com suas diferenças, permitem avançar na compreensão da sociedade de controle e na elaboração do que vem a ser esse sujeito inventado.

Antes, porém, de abordarmos as questões referentes à sociedade de controle e do sujeito construído pelas tecnologias de si, pelos dispositivos de poder e práticas sociais, vamos explicitar o ponto de vista no qual nos apoiaremos: o pós-estruturalismo que será tomado como uma forma de abordagem na qual as noções de escrita, língua, texto e diferença vão pôr em dúvida a concepção de negatividade, derivada de Hegel, anteriormente posta.

Peters (2000, p. 28) afirma que:

O pós-estruturalismo pode ser caracterizado como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer ideia de homogeneidade, singularidade ou unidade, mas, acrescenta ainda esse autor que o

estruturalismo e o pós-estruturalismo são inseparáveis. Com isso, quer apontar que o pós-estruturalismo volta seus argumentos contra o estruturalismo, apontando certas inconsistências em seu método que são ignoradas pelos próprios estruturalistas. (Ibid., p. 28).

Fica bem posto que o objeto de estudo do pós-estruturalismo é o próprio estruturalismo e que o primeiro é uma continuidade que tenta por o segundo na direção certa; ou seja, centrado nos pensamentos de Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger, principalmente, o pós-estruturalismo busca descentrar as estruturas, tendência geral nas obras advindas do pensamento formalista e metafísico do final do séc. XIX (PETERS, 2000, p. 9-11).

São alguns pontos que essa crítica destaca: a ideia de “centro” que limitava o jogo da estrutura, sendo o homem o centro da análise, fonte ou origem do pensamento e da ação como em Lévi-Strauss ou uma estrutura como centro, sendo o homem apenas portador dessas estruturas, como em Althusser; o pensamento binário que traz em si uma economia de valor e uma hierarquia que deverá ser denunciada. Aqui, fixa-se o conceito de diferença como elemento característico que permite substituir Hegel por Nietzsche, privilegiando os “jogos de vontade de potência” contra o “trabalho da dialética”; e, por fim, caracteriza o pós-estruturalismo como um movimento que enfatiza a pluralidade da interpretação e a interdisciplinaridade (PETERS, 2000, p. 30 et seq.).

Esse deslocamento, que opera o pós-estruturalismo, permite pensar o sujeito não mais como lugar suficiente para uma compreensão dos movimentos de poder ou resistência, identidade coletiva ou posições nas lutas de classes, mas, admiti-lo como efeito de um jogo de políticas e práticas de formação de sentidos. Um sujeito que se instala a partir de estruturas sempre em um devir, visto que as estruturas são, também, inacabadas, descontínuas, descentradas e insuficientes na determinação dos sentidos. No entanto, nelas se inscrevem regras de produção de sentidos e também se limitam as fronteiras linguísticas do sujeito. Essas regras de produção de sentidos contêm as tecnologias de dominação, um jogo sobre um saber-poder que instala identificações e que instaura sentidos na medida em que os discursos, no sentido das práticas discursivas, limitam ou validam o exercício do poder a serviço do controle do próprio corpo.

Veremos como o desenvolvimento das sociedades disciplinares promoveu essa forma de dispersão dos sentidos e a instauração de um saber sobre o sujeito.

As sociedades disciplinares possibilitam a construção do conceito de indivíduo, bem como a operação sobre esses indivíduos por meio das instituições disciplinares como forma de governo e controle dos saberes, esses também divididos em disciplinas. Disciplinas, aqui identificadas não aos saberes, mas às regras de escrita sobre esses saberes.

As sociedades disciplinares, além da característica de constituição por instituições fechadas, instituíram em sua arquitetura o panóptico que, ao mesmo tempo, massificava e individualizava os sujeitos. O poder hierarquizado e o assujeitamento a esse poder modulavam comportamentos; no entanto, o panóptico consistia numa espécie de transparência do sujeito e opacidade do poder. “Quem nos observa?” – poderia perguntar o prisioneiro, o aluno, o paciente hospitalizado, etc. Os muros faziam parte da economia social, das regras de inclusão e exclusão, mas não só esses muros, outras fronteiras físicas também compunham os cenários. Os países se definiam por suas fronteiras e o estado comandava e administrava a partir de uma capital. As identidades se reportavam aos lugares, além, é claro, de se reportarem às regras e às leis.

Entretanto, essas características sociais vigentes na sociedade ocidental vêm sendo rapidamente modificadas. Os muros institucionais vêm sendo sistematicamente rejeitados como símbolos de uma repressão que cria marcas sem atingir o controle desejado e percebe-se uma simetria do funcionamento social dentro e fora das fronteiras. Não que a disciplinaridade tenha se perdido no tempo, apenas constatamos que, na sociedade contemporânea, há meios mais sutis e eficazes de controle dos comportamentos, com aparência mais dócil e aceitável. Supostamente mais aceitável em função do próprio discurso da individualidade e da liberdade individual que são alguns dos pilares do discurso da modernidade. Os movimentos em torno dos hospitais-dia, das escolas abertas ou do ensino à distância, as penas cumpridas em regimes abertos, tais como os serviços comunitários, a liberdade assistida ou a condicional, ganham força e representam essa resistência aos regimes institucionais fechados.

Também se ressalta, em oposição às instituições fechadas, o lugar não antropológico mais conhecido por “não lugares”. Esse nome foi cunhado por Augé (1994), para definir os “lugares” nos quais as pessoas não se relacionam entre si, mas, em vez disso, relacionam-se com as máquinas, com os letreiros,

com placas de indicação e, também, onde não se identificam, quer dizer, suas identidades não importam, não criam identificações. Esses “não-lugares” podem ser encontrados no interior de lugares anteriormente identitários, mas é claro que os não-lugares são uma construção que provoca essa qualidade de vivência aos sujeitos e não uma possibilidade total; sempre há uma memória, um rito ou até mesmo uma descoberta de si, pois, mesmo numa situação passageira, o sujeito se põe em relação com alguém ou algo.

Um último comentário sobre a sociedade disciplinar e seus muros diz respeito à flexibilidade desses muros e pretendemos fazê-lo em duas etapas: a primeira, referente às instituições totais mencionadas e analisadas por Goffman (2001) e a segunda, à flexibilidade das fronteiras das instituições atuais, como, por exemplo, o hospital em casa (*home care*) ou a escola em casa (cursos à distância ou semipresenciais).

Em relação às instituições totais, temos dois comentários: a identidade institucionalizada com seus traços diferenciados da sociedade extramuros como: o uso de uniformes, a rotina pobre, os horários rígidos, o comportamento rude dos auxiliares que provocam uma adaptação individual e coletiva dos internos aos comportamentos chamados regressivos, alienados e colonizados, funcionando como um lugar estrangeiro dentro de uma comunidade; e o assujeitamento do interno que, até mesmo para sair da instituição, deverá mostrar-se dócil na relação com a autoridade que pode liberá-lo das fronteiras dos muros; no entanto, na vida além dos muros, suas atitudes de assujeitamento devem permanecer as mesmas, sob pena de retorno – ou seja, se não se comportar docilmente volta aos muros institucionais, ou ainda, se não se perceber como sujeito, quando não estiver posto nas relações sociais hierárquicas, tal qual nas institucionalizadas, também corre o risco de perder os parâmetros das relações e se despersonalizar ou se revoltar e, conseqüentemente, retornar aos muros onde estava mais adaptado. Com isso, tem-se o efeito de manter o mesmo comportamento dentro ou fora dos muros.

Lipovetsky (2004b), analisando as metamorfoses das culturas na paisagem daquilo que nomeia de pós-modernidade para a hipermodernidade²³,

23 Lipovetsky (2004a) aponta que a lógica da hipermodernidade está focada nos contrastes entre o excesso e a moderação. Lógica essa regulada pelo mercado de capitais e globalização, por um lado, e pelo hiperindividualismo, por outro.

aponta o hipernarcisismo e os fenômenos ligados à hiperindividualização (excesso de individualização) atual como marcas dessa nova fase que se inicia. Por exemplo, as tendências ao lazer doméstico e às atividades que exigem menor esforço pessoal, e, acrescente-se a isso a diluição das fronteiras institucionais ligadas às novas possibilidades da mídia, como o caso das escolas de idiomas, que favorecem o comportamento individual e, ao mesmo tempo, se promovem ao se autodenominarem possuidoras de métodos mais dinâmicos, interessantes e atuais por estarem na *web* ou, noutro exemplo, o *home care*, com conforto e diminuição de riscos de infecções hospitalares.

Porém, como percebemos, a diluição das fronteiras na linguagem não se processam da mesma forma que a diluição das fronteiras físicas – os muros. Também não se constroem as fronteiras da mesma forma. Podemos acompanhar, seguindo as análises de Foucault (1988), como as fronteiras relativas à sexualidade vêm se transformando, desde a idade moderna até bem próximo aos nossos dias, por meio da linguagem. O que o autor assinalou foi uma lenta e progressiva transformação de um discurso sobre o qual, inicialmente, não se acumulava um saber sistematizado, para um saber organizado e fixado no qual se poderia estabelecer um governo, uma administração, um policiamento. Dessa forma, não houve um silenciamento do sexo, mas uma normalização e um controle dos dizeres.

Assim, o que era um dizer mais ou menos livre de regras de controle passa a ter uma regularidade com a confissão católica. Os fiéis, na modernidade, narravam em detalhes suas práticas sexuais, mas dentro de uma certa discrição e de um certo vocabulário, o que propiciou um conhecimento da sexualidade e das suas práticas vigentes a partir do discurso.

Aos poucos, os discursos transformaram a sexualidade em práticas naturais ou perversas, na medida em que se compatibilizavam ou não com os interesses do poder eclesiástico. Porém, daí em diante, os discursos transformaram-se também em discurso pedagógico, que conduzia as crianças às regras ditas de autocontrole por meio de uma moralidade. Esse autocontrole e essa moralidade criaram uma fronteira entre as práticas normais e perversas, sendo as normais ligadas à reprodução e as anormais, aos prazeres não reprodutivos.

Logo, as práticas normais transformaram-se também em práticas naturais e as outras, as classificadas como amorais ou anormais, também

chamadas pelos religiosos e médicos de não naturais, constituíram outra fronteira. Essa prática de criar fronteiras na linguagem, de normalizar e de normatizar acabou por gerar novas espécies de sujeitos, ou seja, os sujeitos não naturais, como os homossexuais, que passaram a ser vistos e classificados não mais como reincidentes em uma prática, mas classificados em uma nova categoria de praticantes ou nova espécie portadora de sexualidade anormal, indesejável e patológica (FOUCAULT, 2001).

A produção de saberes, que é minuciosamente construída, põe essas práticas sexuais em outros discursos relativos aos campos de saber, ou melhor, em disciplinas que dela se ocupam. Dessa forma, o sexo passa de um discurso não normatizado para um discurso religioso, enquanto percebido como moral ou imoral, uma vez que, na confissão, o enunciador, que é o mesmo sujeito do enunciado, constitui-se frente à autoridade que o libera, consola, inocenta, etc.; e passa de um discurso religioso para um discurso médico, enquanto objeto de um conhecimento do funcionamento do corpo normal ou anormal; além disso, torna-se um discurso pedagógico, ao ser regulado para as crianças; e assim por diante.

É dessa forma que, com o passar do tempo, vêm sendo estabelecidos os padrões e as fronteiras até a perpetração de penalização jurídica das práticas que, em dado momento histórico, foram tidas como contrárias à moralidade social ou prejudicial ao desenvolvimento infantil, ou desviantes da normalidade social, improdutivas, geradoras de doenças, enfim, merecedoras de exclusão social por meio de internamento, prisão ou, de forma mais sutil, de uma discriminação que deixa o sujeito no convívio social, mas impõe a esse sujeito variadas e sutis restrições de circulação, de horários, de condutas e, principalmente, de silêncio.

Assinalaremos aqui uma certa semelhança entre aquilo que Goffman postulou e o que Hacking (2001/2002) vem apontando em seu texto “Façonner les gens”, no qual relata os efeitos da classificação das pessoas em seu caráter interativo, o que pode alterar as características do indivíduo classificado.

O que esse autor relata é, em última análise, que todas as classificações humanas são construções sociais que afetam o próprio indivíduo classificado de forma direta. As classificações tratam de descrever as características humanas e, uma vez medidas, as qualidades são transformadas em quantidades.

O mesmo acontece com os princípios ligados à biologização que procuram uma explicação de ordem biológica aos comportamentos ou aos problemas humanos. Trata-se de perceber que, mesmo o conceito de Etnia, considerado um conceito natural, é uma construção política e administrativa, advinda da colonização, definindo os sujeitos em função do domínio de um povo sobre outro; ou mesmo a trissomia, por exemplo, que caracterizava os portadores da síndrome de Down; em função desse padrão teórico de leitura genética, os identificados com essa trissomia eram vistos como portadores de uma personalidade limitada. Entretanto, de 1960 para cá, os tratamentos especializados mudaram substancialmente: as características de desenvolvimento desses indivíduos já não são mais descritas como na época da descoberta da trissomia pelo Dr. Down.

A essa interação entre a classificação e o comportamento do sujeito, Hacking chama de *l'effet de boucle*. Esse efeito pode ser descrito até mesmo nos doentes que pensávamos serem portadores daquele transtorno caracterizado pela ausência total de interação social – o autismo. Hacking afirma que as crianças autistas sabem que nós pensamos que elas são autistas e que a tendência dessas crianças é a manipulação social.

Invariavelmente, víamos seus pais sentindo-se culpados e vivendo em função de seus tratamentos. Hacking também relata que a descrição do autismo por aqueles que convivem com os autistas é muito variada e, segundo cada teoria diferente que trata a problemática autista, há uma descrição peculiar de comportamento autista. Embora o texto de Hacking nos estimule a muitas considerações, vamos tentar reduzi-lo ao que nos é essencial: as interações entre as classificações e os sujeitos. As classificações atribuídas aos sujeitos, sejam elas administrativas, biologizantes, econômicas, normalizadoras ou qualquer outra, quando inseridas no universo das ciências sociais, provocam uma alteração do comportamento dos sujeitos classificados e dos classificadores em relação aos próprios classificados. Sendo a psicologia uma ciência que busca a nomeação, a descrição e a classificação dos comportamentos, esse pressuposto de Hacking torna-se relevante. A ciência psicológica, então, em sua finalidade última, acaba por gerar novos sujeitos na medida que altera as descrições continuamente.

O que aproxima Goffman de Hacking, em nosso ponto de vista, é essa reflexividade. As verdades contidas nas classificações científicas, que são

transformadas em estatísticas, criam as fronteiras da linguagem e os muros institucionais. Ambos se servem das classificações e dos vocabulários reflexivos, que são autodescritivos das populações, tanto nas instituições totais, quanto nas classificações diagnósticas. São essas fronteiras, com seus maquinários e suas práticas, que criam os sujeitos. Estamos falando tanto em governamentalidade quanto em uma matriz gramatical que permite refletir tanto os comportamentos individuais, quanto os modelos científicos. O que era visível para Goffman nas instituições totais agora é também visível pelas classificações diagnósticas, na visão de Hacking.

A reflexividade dessa matriz gramatical é assim vista por Izquierdo (1999, p. 2-3) enquanto efeitos econômicos na sociedade.

[...] el argumento de la Reflexividad estadística para tratar de especificar en mayor detalle los procesos de interacción perversa entre estos dos niveles de realidad: las estructuras macro sociales y sus auto-descripciones numéricas. En aquellos dominios sociales, como los mercados de capital y la política monetaria, donde la complejidad de las interacciones entre modelos teóricos, dispositivos de observación y estrategias de acción efectivas alcanza su nivel máximo, los usos micro sociales estratégicos que hacen los sujetos, las empresas y los gobiernos de las auto-descripciones estadísticas de la realidad macro social tienen consecuencias perversas visibles a ambos niveles.

Nós podemos imputar a essa estatística, que permite as ações efetivas dos governos, uma progressiva racionalização das técnicas e dos meios de governo que vêm acompanhadas de uma governamentalização dos vínculos sociais e do agenciamento das personalidades individuais. Dessa forma, os padrões normalizados de conduta estão postos, por exemplo, na curva de Gauss ou na proporcionalidade da distribuição das normalidades e a essa distribuição social se agregam tanto os atributos individuais quanto os valores sociais. Assim, faz-se estatística sobre tudo: ensino, administração, responsabilidades individuais, gestões, saúde, etc.

A lógica que processa as diferenças individuais vai merecer a atenção dos psicólogos, e as populações, como a população de escolares, por exemplo, passam a ser estudadas em relação aos sentimentos, sensações, força, vontade, atenção e criatividade entre tantos outros atributos que vão unir a

ciência à subjetividade, dando valor de verdade a um estado “real” da alma humana (ROSE, 1996a; RAMOS DO Ó, 2003, 2005). Rose (2001b, p. 33) afirma que:

O ser humano não é uma base eterna da história e da cultura humanas, mas um artefato histórico e cultural. Essa é a mensagem que vem de uma variedade de disciplinas, as quais têm salientado, sob diferentes formas, a especificidade de nossa concepção, moderna e ocidental, de pessoa. Sugere-se que, nessas sociedades, a pessoa é construída como um eu, como uma entidade naturalmente singular e distinta. De acordo com essa construção, as fronteiras do corpo delimitariam, como se por definição, uma vida interior da psique, na qual estão inscritas as experiências de uma biografia individual.

Essa construção torna-se a base para se fundar e regulamentar a conduta. Quer dizer, esse “eu”, no qual se inscreve uma biografia carregada de emotividade, é tomado como um *locus* natural de crenças e desejos, algo evidente e naturalmente dotado de capacidade de decisão. A esse “eu” também se atribui o motivo e a origem das ações, valorizando seus aspectos de autenticidade e autonomia. Nele, baseiam-se nossos sistemas penais, com suas ideias de responsabilidade individual e intenção. Aí se encontram moldadas, também, outras

[...] formas de compreender e viver nossa experiência como seres humanos em nome de certos objetivos – masculinidade, feminilidade, honra, reserva, boa conduta, civilidade, disciplina, distinção, eficiência, harmonia, sucesso, virtude, prazer; a lista é tão diversa quanto heterogênea. (Ibid., p. 35).

Em seu livro *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault (1988) desenvolve uma genealogia da subjetividade partindo da história da sexualidade no mundo ocidental cristão. Nele relaciona, na evolução da prática da confissão católica, como uma prática de falar de si frente a uma autoridade permitiu o surgimento de discursos normalizadores da sexualidade até o nascimento da psicanálise, que, como disciplina em torno desse saber, constrói uma ciência. Ou seja, a psicanálise dispõe desse dizer de si numa linguagem científica e dele se apropria, de forma a tornar possível a circulação de uma verdade, um regime de práticas e saberes sobre essas práticas que des-

locam, afirmam, classificam e permitem, sobretudo, um discurso autodescritivo, validado como verdadeiro e correto. Nesse ponto, temos uma tensão entre Deleuze e Foucault, visto que Deleuze aponta para a psicanálise como mais um discurso normalizador e instituinte de verdades, uma tecnociência que permite articular novas formas de controle do sujeito contemporâneo (FERREIRA, 2004; SAFATLE, 2004).

Dessa forma, considerando o sujeito uma construção de uma narrativa que segue uma norma de escrita ou uma interpretação que se pratica numa ordem própria e com referencial preexistente, instaura-se uma prática e um saber no qual os conceitos são legitimados. A preocupação dos genealogistas ou mesmo dos arqueologistas²⁴ que vão pesquisar essas construções de sujeito

[...] não está centrada na ideia de pessoa, mas nas práticas pelas quais as pessoas são compreendidas e pelas quais se age sobre elas – em relação à sua criminalidade, à sua saúde e sua falta de saúde, às suas relações familiares, à sua produtividade, ao seu papel militar, e assim por diante. (ROSE, 2001b, p. 34).

A construção do eu ou os processos de subjetivação são processos formados por dispositivos que instauram verdades, permitem saberes, atribuem sentido à experiência humana e constituem sua própria história. Quer dizer, os dispositivos de “produção de sentido” – tabelas de visualização, vocabulários, normas e regimes de penalização – não são produzidos pelas experiências, mas são, eles mesmos, produtores das experiências. É a partir dos dispositivos que se direcionam e se refinam as regras, de forma requintada, que, com a estabilização e refinamento, passam a ser disseminadas e implantadas sob diferentes formas e nas diversas práticas sociais. Rose (Ibid., p. 26) afirma que “a história da subjetivação é mais prática, mais técnica e menos unificada do que supõem as análises sociológicas”.

Se considerarmos a construção dos “eus” por meio das práticas sociais e também dos agenciamentos, precisaremos rever e problematizar o papel da linguagem nas ciências sociais. Linguagem que, muitas vezes, tem sido posta

24 Utilizamos os termos arqueologistas e genealogistas para caracterizar a filiação das práticas de pesquisa próprias da teoria foucaultiana, diferindo da genealogia e arqueologia ligadas à história tradicional.

como um condicionador ou limitador do pensamento que permite ou não os significados compreensíveis e legitimados através do mundo dos símbolos nos quais estamos mergulhados, a cultura. Se há símbolos preexistentes e se os seres humanos são dependentes de uma linguagem para se pensarem como entes, há também uma tirania da linguagem que nos condiciona a pensar dentro de um texto pré-construído e limitado. Isto é, não se trata de saber o que se interpreta, não há nada anterior ao signo para ser interpretado, tudo já é interpretação, como afirma Foucault (2005, p. 50):

A Morte da interpretação é o crer que há símbolos que existem primariamente, realmente como marcas coerentes, pertinentes e sistemáticas. A vida da interpretação, pelo contrário, é crer que não há mais do que interpretações.

Antes, então, de se procurar saber o que algo “significa” ou o que “quer dizer”, devemos verificar como funciona:

Num livro, como em qualquer coisa, há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. As velocidades comparadas de escoamento, conforme estas linhas, acarretam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de ruptura. Tudo isso, as linhas e as velocidades mensuráveis, constitui um agenciamento. Um livro é um tal agenciamento e, como tal, inatribuível. É uma multiplicidade [...]. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 11-12).

Com isso, não queremos sugerir que se despreze o discurso construído com suas regularidades, variações enunciativas e todas as suas análises, mas que se pense de outra forma, não focalizada no que o discurso contém em si, mas naquilo que a linguagem faz. Que ligações o discurso permite, que conexões são privilegiadas e quais são desqualificadas? Que práticas, que agenciamentos permitem pensar, diagramar, fantasiar, desejar e perceber uma existência de forma regular? Que agrupamentos, restrições, modelos e perspectivas nos capacitam a identificar os sexos, as famílias, as vestimentas, as brincadeiras das crianças, a maternidade e a paternidade, as ilusões e as desilusões? Que cortes e recortes criam os médicos, as máquinas de curar, os

terapeutas e seus clientes, as arquiteturas institucionais e os critérios diagnósticos? (ROSE, 2001a, p. 159).

Uma leitura opera um corte em um texto e, como já nos apontou Birman (1991), a psicanálise também é um corte que apaga outros cortes. Mas, para além disso, temos que considerar a construção de um texto qualquer como um recorte, também. A escrita é um recorte, tal qual uma luneta que, quando direcionada para um objeto, ressalta suas características e despreza o que não está em seu campo de visão ou aquilo que seu foco não privilegia. Isto é, a escrita sobre um tema qualquer é um recorte de uma realidade inalcançável em sua totalidade; é apenas um toque em sua superfície que arranca desta algo possível de ser representado em um imaginário social.

As regras da escrita são construções que permitem a criação de corpos. Se tomarmos os mapas como referência de escrita, poderemos reconstruir seus componentes como órgãos de um corpo. Os rios e as cadeias de montanhas, ao receberem um nome, ao serem desenhados como fronteiras nacionais ou, simplesmente, ao serem destacados por uma linha ou uma coloração, deixam de ser um elemento qualquer do planeta e passam a ser um fenômeno geográfico, um objeto político com funções específicas cujo nome, associado à localização, à fronteira que representa, põe em funcionamento um maquinário, um conjunto de representações, identificações e posicionam os sujeitos com características antes impensáveis.

Esse maquinário é o que permite, por exemplo, um corpo celeste “esférico” como a Terra, que não tem em sua geometria um centro, nomear e estipular um ponto que seja considerado o seu meio. Mediterrâneo, o nome de um mar, vira exatamente isso: o meio da terra, um veio central de escoamento, muitas vezes escoamento de sangue, ou um órgão vital, local de disputas de canais, de ilhas etc.

A criação de fronteiras permite não só a nomeação, a instauração de funções, a classificação de saberes em múltiplas categorias e sua consequente noção de pertencimento e identidade, mas sobretudo a noção de dentro-fora. Assim, pode-se dizer que um país atua dentro ou fora de suas fronteiras ou que um governo atua dentro de seu programa ou que um conhecimento esteja dentro de uma ciência ou disciplina e, também, que um sujeito esteja dentro ou fora-de-si.

Mais uma vez, retorna nosso objetivo. Não é o caso de se dizer que a arqueologia e a genealogia possam encerrar, em seus limites, uma verdadeira história de um verdadeiro ser humano, com sua história, sua liberdade e sua subjetividade (ARAÚJO, 2001). O que temos é a história de um alvo de trabalhos múltiplos no qual os cortes, as intensidades e os diferentes vetores instauram uma superfície descontínua de uma espécie de dobramento e desdobramento (ROSE, 2001b).

Deleuze e Guattari (1995, p. 15) propõem que:

Os agenciamentos coletivos da enunciação funcionam, com efeito, diretamente nos agenciamentos maquínicos, e não se pode estabelecer um corte radical entre os regimes de signos e seus objetos.

E essa leitura ampla permite múltiplas visões, indeterminadas em suas consequências práticas. Os conceitos psicológicos, pedagógicos, administrativos, entre tantos, exigem novos instrumentos de linguagem em um deserto, a princípio, despovoado; nessas condições, a linguagem, em seus agenciamentos, encontra espaços para se criarem novas realidades.

Os conceitos dispõem em funcionamento operações binárias, nas quais o verbo “ser” gera as essências que vão se concretizar em linguagem. Isto é, o verbo “ser” se movimenta com seu oposto. Essa constância, fundada em princípios lógicos, determina a contingência dos objetos: isto é uma cadeira, aquilo é uma mesa e não, uma cadeira. Essas essencializações ignoram os processos segmentares e tudo o que é percebido se resume na abstração negativa da determinação. Como declaram Deleuze e Guattari (1997, p. 42),

Sempre houve uma luta entre o verbo “ser” e a conjunção “e”, entre “é” e “e”. Esses dois termos só se entendem e só se combinam aparentemente, porque um age na linguagem como uma constante e forma a escala diatônica da língua, ao passo que o outro coloca tudo em variação, constituindo linhas de um cromatismo generalizado.

Ao substituir a lógica do “é” pela lógica do “e”, substitui também a identidade pela multiplicidade. Domènech, Tirado e Gómez (2001, p. 122) explicam como essa conjunção se aplica à noção de dobra, ao se tratar de subjetividades e afirmam que:

[...] a geração de subjetividades não consiste na demarcação dos limites de um eu, enclausurado e interior, mas na ideia de que ele é o efeito de uma função ou operação que sempre se produz na exterioridade desse eu. O sujeito já não é uma unidade-identidade, mas envoltura, pela fronteira: sua interioridade transborda em contato com o exterior.

Essa figura de sujeito o mostra como uma dobra, uma conexão ou uma montagem do exterior, um dobramento que permite a noção de interior, mas o trabalho de desdobramento deixa claro que o interior é uma exterioridade apropriada, um espaço montado, havendo, assim, uma contínua pré-posição.

Esses dobramentos são, na ótica de Deleuze, uma forma de tornar o ser humano inteligível e colocado em conexões entre rotinas, hábitos e técnicas que permitem a criação de repertórios de condutas. Os agenciamentos são as localizações e estabelecimentos dessa multiplicidade de lugares, tecnologias, espaços, vocabulários e práticas.

Em seu último texto, Deleuze (1992) apontou para mudanças na sociedade disciplinar, calcada na concepção de Foucault. Para apresentar essas mudanças, discorre sobre os mecanismos das sociedades disciplinares como o confinamento e os princípios moduladores (como os salários por mérito) e vai também discorrer sobre a sociedade de controle como uma variação que rivaliza com os meios disciplinares mais duros.

A alteração que mais nos chama a atenção é a forma de identificação dos sujeitos. Se, nas sociedades disciplinares, a assinatura era uma forma componente da identidade que, com a massificação, torna-se um mecanismo numérico que indica a posição de um indivíduo numa globalidade, na sociedade de controle, o indivíduo, muito mais divisível, passa a ser controlado como indivíduo através de uma senha. A importância dos códigos se transforma em uma coleira eletrônica. Um cartão magnético abre e fecha portas sem que o portador saiba dos motivos que as abrem ou as fecham.

Como Costa (2004) aborda em seu artigo, as recentes tecnologias de controle são capazes de rastrear as pessoas pelo planeta e substituem as identidades pelos perfis. Esses perfis localizam o indivíduo nas massas, não como um número apenas, mas como códigos em relação a seus hábitos, horários, consumo, preferências, habitat, rotinas, enfim, esquadrinha a vida

enquanto interesse administrativo de qualquer instância que o capture em seus perfis eletrônicos.

A clausura em meio aberto e o controle sistemático vêm se naturalizando e a psicologia, com suas tecnologias de esquadramento, não cessa de se desenvolver. Basta verificar os códigos diagnósticos que se multiplicaram nas duas últimas décadas e as práticas das tecnologias e cuidados de si que hoje ultrapassam as formas profissionais atingindo a todos categoricamente, criando novos sujeitos e novas formas de administração das populações (RUSSO; VENÂNCIO, 2006; SILVA, 2006).

Podemos discutir as formas atuais desse processo de controle. Essa discussão pode também seguir o caminho mais desenvolvimentista e indicar que a tecnociência permite a compreensão e a explicação teórica dos fenômenos sociais ligados ao aumento da tecnologia; entretanto, em nosso ponto de vista, o aumento da produtividade – fruto da tecnologia –, o desempenho mercadológico dos produtos e a minimização dos riscos envolvem a compreensão da sociedade e seu controle para tornar os comportamentos mais previsíveis e manipuláveis por parte daqueles que detêm o conhecimento.

Quer dizer, há, sem dúvida, nesse processo, uma associação dos conhecimentos sobre o controle populacional e de formações subjetivas, ou, no dizer de Foucault, governamentalidade. Ressaltamos, aqui, visto que nosso objeto é o discurso da psicologia, a importância da naturalização de termos como: behaviorismo publicitário, biologia dos desejos, macrofísica das massas, menores em situação de risco, entre outros que são instrumentalizações que permitem controles e previsões de demandas sociais de consumo voltadas para o hiperindividualismo, hipernarcisismo, ou outros tipos de sujeitos construídos pelos maquinários do consumo atual.

Não é o caso de gerar uma denúncia de que se estaria desvirtuando o ser humano. Pelo contrário, nunca soubemos o que é o ser humano. Qualquer das teorias apontadas anteriormente, dos pré-socráticos até nossos tempos, versa sobre uma construção; é um longo caminho que acumula saberes e, com eles, verdades sobre o humano. Somos ainda, de alguma forma, tomados como essências ou, pelo menos, há, até aqui, reações adversas e dificuldades de compreensão à ideia de um ser humano como Corpo sem Órgãos.

O racionalismo, o empirismo, o idealismo, a busca da verdade no interior, entre tantas outras construções, coexistem e têm em suas propostas

uma essência ou, pelo menos, a tentativa de uma unidade, ou uma totalidade unificada, uma forma de ente contínuo e compreensível. Cabe a nós trabalharmos em apontamentos sobre como essas construções se atualizam e quais as posições ocupadas pelos escritos psicológicos nessas construções de conhecimento e, portanto, de ser humano.

Do sujeito virtual (ou da cibercultura) ao corpo digitalizado

No mundo das telecomunicações e da informática, elaboram-se novas maneiras de pensar e de conviver. As relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência dependem, efetivamente, da metamorfose incessante de dispositivos informáticos de toda ordem.

Pierre Lévy

Nesta pequena história dos processos de subordinação nos quais um poder se estabelece, mais ou menos efetivamente por um período variável de tempo, e se torna a referência que cria, modela, orienta, classifica, descreve, agencia, faz circular e torna compreensível toda forma de existência, cabe uma digressão sobre um novo paradigma que nos abarca e, já tão naturalizado como necessário, torna qualquer forma de resistência, por princípio, um trabalho (parcialmente) falido: estamos falando do discurso da cibercultura.

Esse discurso não apenas agencia o sujeito, pois toda e qualquer produção já deve ser construída tendo como perspectiva o enquadrar-se no dispositivo cultural da informática, como também o pressupõe onipresente. Então, podemos afirmar, ele é constituinte do sujeito – o que subentende uma linguagem contínua e adaptável aos bits. Como consequência imediata, essa cultura, igualmente, hierarquiza as produções de conhecimentos historicamente construídos.

Utilizaremos, para nos guiar no propósito de problematizar a cibercultura, o filósofo francês-canadense-brasileiro Pierre Lévy²⁵, que funcionará como um guia temático, e os demais autores que trabalhamos até agora serão tomados, na medida do possível, como contrapontos. O fato que objetiva

25 Francês-canadense-brasileiro é uma autodesignação do filósofo que espera, dessa forma, apontar porque muitos de seus conceitos são discutidos no Brasil, país de muita criatividade e flexibilidade, antes de serem lançados, por ele, para o restante do mundo.

esse turno é a observação de certa multiplicidade e a ausência de consenso no conceito de sujeito quando referido ao virtual e à informática, bem como à cognição, ao relacionamento social ou a outros polos vinculados à cibercultura na pesquisa atual em Linguística Aplicada, na Educação e na Psicologia.

Em *As Tecnologias da Inteligência*, Lévy (1990) nos apresenta os Três tempos do Espírito como sendo, metaforicamente, uma história categorizada em termos de complexidade, três tempos da cognição: oralidade, escrita e informática. Não podemos dizer que até aqui se trate de qualquer novidade.

Tantas vezes, na Linguística Aplicada, já vimos discussões sobre as questões referentes à cultura oral e à escrita: de Saussure (2002, p. 35)²⁶ até Derrida (1999, 1991). De forma alguma desejamos negar essa história, no entanto, não há espaço para discuti-la inteiramente, já que nosso foco é a entrada da informática nesta seara. Mas, entre Saussure e Derrida, gostaríamos de interpor Havelock (1995) que nos lembra que, minimamente, a história da humanidade foi dividida em pré-história e história devido ao surgimento da escrita grega, e Levy-Strauss (1989) que nos sugere *la pensée sauvage* com a sua cultura oral que se opõe à cultura civilizada e letrada, dicotomicamente. Gostaria de referir que ambos os temas, classificação da história com essa ruptura e culturas superior e inferior, foram problematizados por Derrida (1999). Isso reforça a importância dessa discussão.

Tentaremos nos centrar na questão do sujeito nestes registros. Talvez, desde *A Interpretação das Afasias* (1977), quando Freud graficamente constrói a ilustração de como operam separadamente representação-coisa e representação-palavra, depois retomada na *Carta 52* de Freud a Fliess (1980), graficamente também, quando distingue o Pré-Consciente do Inconsciente há profundas implicações psicanalíticas. Esses aspectos podem ser aprofundados com o texto de Lacan *A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud* (1998), bem como em *O Escrito e a Fala* (LACAN, 1998, p. 71-88). Mas vamos tentar nos centrar e tratar do sujeito virtual nos termos da cultura cibernética.

26 No capítulo intitulado “Representação da língua pela escrita”, Saussure afirma: “a imagem gráfica das palavras nos impressiona como objeto permanente e sólido, mais adequado do que o som para constituir a unidade da língua através dos tempos”.

Para além da potência que a informática traz enquanto velocidade e volume de informações há outros aspectos que podemos agregar ao sujeito virtual. Se pensarmos nos registros da oralidade e da escrita temos, de fato, uma virtualização ou uma potencialização do sujeito virtual com a informática e, conseqüentemente, temos a mudança da prática da leitura. Com o computador, podemos trabalhar com ícones, letras, sons e movimentos simultaneamente (GALLI, 2008). Isso não apaga o sujeito moderno que já conhecia e convivia com todos esses elementos. Com o sujeito virtual, no entanto, as convivências são amalgamadas na presença da antiga modalidade de leitura, mas também em uma nova e diferente possibilidade de relação com os textos – o hipertexto.

Inúmeros conceitos de hipertexto podem ser citados, entre eles o conceito de Lévy (1999) que o produz de forma bastante complexa e inclui: a atitude seletiva, o contexto, o suporte, a descentralidade, a exterioridade e a rede complexa e instável. Mas, mesmo assim, é necessário lembrar o conceito de hipertexto como o texto total digitalizado. Um texto que pode ser acessado por qualquer terminal, em qualquer lugar, por qualquer leitor. De tal modo, ao iniciar um processo de busca com qualquer palavra, pode-se acessar a um determinado número de textos, esses, por sua vez, se ligam a outros, que se ligam, por sua vez, a outros numa série infinita, pois todos os textos possuem fios em toda a rede textual. Não há qualquer texto que não tenha relação com os demais, que seja um texto isolado (DURÃO; ZUIN; VAZ, 2008).

Está, então, realizado o sonho da biblioteca de Alexandria, porém de forma virtual, o que implica em maiores e mais complexas operações. A biblioteca de Alexandria seria, no sonho de seu idealizador, uma enorme biblioteca, no centro do mundo (mediterrâneo) acessível a todos os sábios e estudiosos, com um fichário central e com palavras-chave e unitermos que relacionavam um texto a outros.

O hipertexto e a biblioteca virtual permitem muito mais que essas relações e acessos, permitem que alterações sejam realizadas nos textos e essas sejam registradas com entradas pontuais no texto de partida, no texto das alterações e nos textos de chegada; permitem também que se registrem associadamente outros textos, outras críticas, imagens e pesquisas. Tudo isso pode ser feito por qualquer elemento em qualquer ponto da rede, em simultaneidade ou não.

Isso quer dizer que dentro de um ponto qualquer de um nó dessa rede pode haver uma outra rede contida, maior que a inicial que conduziu o leitor até aquele ponto. Também podemos pensar que contamos com a construção coletiva: esses pontos são de tal modo descentrados, complexos e mutáveis, que, sempre que os abandonarmos por instantes e voltarmos a eles, os encontraremos modificados e carregados de marcas deixadas por nós e por outros produtores de outras marcas e transformações em nosso texto, tornando-o ainda mais complexo e sem autoria identificável. O sujeito virtual é coletivo e descentrado.

Não é fácil pensar como um sujeito pode ser tão descentrado, tão coletivo, tão produto de metamorfoses ininterruptas, tão maquínico e permanecer com algo que mantenha alguma permanência de sentido como a identidade, ainda mais nos termos de narrativa como atribuição de sentido negociado e urdido, como proposto por Ricoeur (1990, 1994), mas é preciso um esforço nesta direção para compreendermos do que estamos falando – um sujeito virtual: símbolo, ficção e produção de sentidos sem existir na base um sujeito antropológico como centro, como origem, como aglutinador ou receptáculo, mas sujeito como um conjunto de operações em um lugar múltiplemente atravessado que cria um autor e um leitor, num tempo demarcado, ao produzir sua narrativa.

Com esse deslocamento, é possível avançar um pouco mais para a articulação de um conceito para o sujeito virtual. Em termos de cibercultura, o sujeito virtual não está em frente, fora, interligado ou dentro da máquina, está, sim, em contato com a cultura que insere a máquina como objeto indispensável, mas a máquina é uma prótese e ao mesmo tempo um recurso naturalizado de memória auxiliar, um aparelho cognitivo potencializado e um dispositivo de percepção, operando sobre um lugar discursivo em conflito, em busca de um sentido e de uma narrativa.

Podemos ver as preocupações de Baudrillard (2002) aqui igualmente potencializadas: não só a seleção da informação vista na tela, na tela-total, tem valor de verdade, mas também o dado registrado como texto digital ou o resultado de uma simples calculadora. Rodeada por máquinas interligadas, a cibercultura deposita neste novo espaço, o ciberespaço, o sentido de verdade e de realidade ponderável. Esse novo discurso, paradigmático, é tremendamente excludente e afasta para o limbo quem não compartilha de seus princípios.

Embora a imagem tenha intensa força no discurso da cibercultura, não se pode afirmar o sujeito virtual como pré-condição para o sujeito pós-moderno. O sujeito virtual está presente na humanidade há muito tempo. Nossa memória é um aparelho virtual, o inconsciente freudiano é virtual, a intuição é virtual. Podemos verificar isso de forma mais aprofundada em Bergson (2006), retomado depois por Deleuze (1999), em *Bergsonismo*.

Talvez seja mais evidente, a partir da leitura das obras de Bergson e Deleuze, a não dicotomização entre o virtual e o atual. Mas, vale lembrar, essa é uma segunda dicotomia presente, invariavelmente, quando tratamos do tema do virtual, porque a primeira é a oposição entre o virtual e o real. E, como já nos dispõe Lévy (1999), o virtual não se opõe ao real, mas ao atual, visto ser o virtual uma potência. Assim, também, Deleuze corrige nossa lógica ao asseverar que o real está revestido pelo virtual, e vice-versa, o virtual está revestido de real (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 197 et seq.).

A questão central, neste ponto, é definir: onde está o real? Ora, o real está em um território e o virtual está desterritorializado. Como afirma Lévy:

Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam 'não-presentes', se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário. É verdade que não são totalmente independentes do espaço-tempo de referência, uma vez que devem sempre se inserir em suportes físicos e se atualizar aqui ou alhures, agora ou mais tarde. (LÉVY, 1999, p. 21).

Essa questão sugere novamente o desprendimento necessário ao exercício do pensamento sobre o sujeito virtual. Essa ausência de um corpo humano essencializado ou de pelo menos um imenso cérebro pensante conectado por eletrodos a uma máquina auxiliar assemelha-se à ideia de um texto sem papel. O virtual depende de um suporte, mas ele não necessariamente está lá. O virtual está potencialmente em qualquer lugar e pode se atualizar em uma criação, em uma ideia, em uma solução, em uma operação que gere um sentido.

O efeito de *Moëbius* está presente com frequência nestas operações. O exterior e o interior se alternam sem o sujeito dar-se conta de a operação ter ocorrido em uma parte interna ou externa ao seu organismo. Mas, como po-

demos pensar as ferramentas? São aparelhos externos ao corpo, ou extensões do corpo? Sem criarmos essas oposições, dentro ou fora, pertencentes e não pertencentes, podemos pensar em instrumentos que virtualizam o problema e instrumentos que atualizam ações em soluções manifestas.

O sujeito virtual, portanto, não está posto em uma nova relação com a máquina. Mas, o que virtualiza o sujeito é a linguagem. O signo e a representação são virtuais. O processo de subjetivação se faz na interação discursiva dos efeitos de verdade instituídos pelo poder/saber com os objetos que fazem falar, que fazem o sujeito se representar e se constituir como parte daquele momento histórico.

A máquina de virtualizar passa, hoje, por inúmeros movimentos de simulacro. Essa parte da cibercultura, aparentemente não pertencente a ela (devido à aparência de ataque de ETs vindos do espaço sideral), é uma das principais formas de agenciá-la. Os jogos eletrônicos, as telenovelas, o cinema, os aparelhos de imagens tridimensionais que proporcionam viagens e sensações estranhas e familiares naturalizam o virtual no cotidiano.

Tal efeito é tão presente que temos, hoje, um campeão de Fórmula 1 treinado e testado em equipamentos virtuais de corrida. Mas, além disso, as cirurgias por laparoscopia, os esportes radicais que não oferecem risco algum, as próteses cirúrgicas estéticas e reparadoras, o ciborgue e a pedagogia sem professor, entre tantos exemplos, povoam nosso mundo de virtualidades que se atualizam, não só como informações, mas, acima de tudo, como constituintes do universo social.

O chip no corpo do condenado a prisão, o anabolizante no corpo do atleta, o ponto eletrônico no ouvido do ator, o piloto automático no automóvel, o computador na sala de aula, a câmera de vigilância no comércio, o autoatendimento bancário, o pegue-pague, entre tantos outros recursos, são objetos que não podem ser descritos como controladores, somente, ou como objetos da sociedade disciplinar ou de controle. São, para além disso, elementos sociais constituintes do sujeito virtual; são, também, atualizações maquínicas ou dispositivos do Biopoder.

Esse poder/saber sobre a natalidade, mortalidade, produtividade e normalidade tornam acontecimento qualquer processo de atualização de uma rede virtual que é esperada ou antevista. Lá, onde as redes das imagens virtuais criam uma imagem nova e criam sentido para um objeto atual,

temos um real (R), que é incompreensível, é singular, ou, lá, onde a rede virtual se atualiza em um outro objeto atual, temos um novo revestido de virtualidades compartilhadas e remetidas ao universo das virtualidades.

O corpo humano começou a ser digitalizado ao final do milênio, com o Projeto Genoma Humano (pgh) e com a Enciclopédia de Elementos do DNA (Encode). Isto é, a partir do registro digitalizado dos genes, desse código genético que contém todas as informações sobre o corpo, ou ainda, a partir desse registro virtual computadorizado e posto no gráfico das espirais dos cromossomos, a saúde e as potencialidades do sujeito, nesse código digitalizado e transformado em imagem computadorizada, que com novas combinações produz novas formas de vida, embora, como toda fronteira discursiva, seja uma fonte de conflitos, traz imediatamente ao discurso virtual um reforço: o corpo virtual. Para um sujeito virtual, um corpo virtual. Desta forma, entra na linguagem via neurociências, via genética humana digital ou via análises laboratoriais de espectros de elementos do corpo, a virtualização da base material do sujeito virtual (cf. SIBILIA, 2006; JOAQUIM, 2010).

Essas alterações discursivas deslocam o problema da gramática maquínica para a ortografia digital. A recombinação das letras corretas modifica a vida e a põe, digitalizadamente, no eixo da normalidade virtual.

O écran: uma pequena cartografia da sociedade do espetáculo (ou) sociedade do espetáculo: subjetividades mutantes

A Sociedade do Espetáculo, já em marcha desde a década de sessenta (DEBORD, 1967), opera, como todo maquinário do desejo, uma alteração dos fluxos sobre o corpo e sobre o imaginário. Heterogêneos e múltiplos, esses novos fluxos criam novos territórios nos *CsO* (*Corpos sem órgãos*); assim, a corporeidade e a sua grade de avaliação, o narcisismo – mecanismo de subjetivação atual denominada a Era do Narcisismo – (LASCH, 1979; 1983; CARNEIRO, 2007) passam a ser percebidas em novo vértice, agora acrescido dos maquinários da virtualização que compreendem desde as imagens no ciberespaço até as aplicações da tecnologia sobre o corpo do sujeito pós-humano ou do cyborgue (parte homem, parte máquina) em forma de próteses e de cosméticos medicinais que alteram as aparências. Esse fluxo

autorreferencial vem se mostrando hegemônico nos últimos tempos e a bricolagem humana está na ordem das possibilidades das infinitas conexões que desfazem as margens do dentro-fora e também do natural-artificial.

Os mecanismos de subjetivação assumem as novas prerrogativas das tecnologias e das tecnologias-de-si, não somente nos aspectos identitários, mas, assumem também os *modus operandi* dessa nova condição da existência, ou das condições cada vez mais fragmentárias desta identidade: o corpo.

O corpo agora é tão flexível e passível de transformações e construções como a própria identidade. A narcisidade fundada na bricolagem, no fora-de-si e na imagem maqui(n)ada introduz uma potencialização (virtualização) da escritura do sujeito ou da escrita de si nos espaços cibernéticos, condição também para uma escrita do sujeito virtual e de sua imagem atual. Um novo território passa, então, a ser colonizado pelas políticas de identidade que investem fortemente em suas conexões, afiliações, associações e fronteiras alterando, conseqüentemente, as constituições que, invariavelmente, têm como lugar de partida a tela do virtual e a verdade construída pelas imagens, atualizando o esperado com preocupação, particularmente por Baudrillard (2005), que considerava a possibilidade de qualquer fato só ser considerado verdadeiro se veiculado pelo *écran*.

Levantamos a hipótese de que este *écran*, já internalizado e socialmente difundido, seja o referencial para a nova narcisidade. O sujeito se reconhece neste universo já sem fronteiras entre o atual e o virtual pela imagem criada na interação entre essas projeções, e com alterações, tanto no próprio corpo do sujeito, quanto em seu espelho virtual (*écran*), que são frutos do mesmo rizoma, a saber, o sujeito narcísico da era da Sociedade do Espetáculo.

Essa forma de existência, vivida em plena potência de construção e de reconstrução, alteração e permanência forjadas, simulacro na qual tanto faz – a arte imita a realidade tanto quanto a realidade imita a arte – permite uma nova concepção de rastro. As marcas que ficam na história apresentam-se tão voláteis quanto a própria história ou quanto as escritas da história. Aliás, podemos afirmar, marcas voláteis como sempre foram, mas, anteriormente, na modernidade, se fazia uma resistência para deixar algumas marcas ou para apagá-las segundo o desejo de identidade do sujeito.

A esse desejo de deixar as marcas no corpo, na escrita, na história, no Outro, enfim, esse desejo de imortalidade e de permanência cria uma forma

de rastro que, a partir da ideia de Derrida (1999), significa: “a presença -ausência de rastro”, que se relaciona “à alteridade de um passado que nunca foi e não pode nunca ser vivido na forma originária ou modificada, da presença.” (p. 86-87).

Considerando as possibilidades de construção, reconstrução, alteração, associações e transformações das imagens desta sociedade do espetáculo, remeter-nos-emos a um método capaz de apontar condições de produção destas linhas de identificação com seus fluxos e suas intensidades, sem, no entanto, demarcar as resultantes, mas indicar algumas de suas possibilidades postas na linguagem dentro do caos de possibilidades.

E, assim, a cartografia (ROLNIK, 1989), um estudo das condições enunciativas e dos acontecimentos de uma época, aparece como recurso metodológico possível para a leitura deste processo. Um desenho que acompanha e se faz, enquanto percorremos este caminho de escrever, o que equivale a dizer: territorializar sem impor uma forma. O método cartográfico consiste num caminho que se faz “[...] juntamente com as paisagens, cuja formação ele acompanha.” (ROLNIK, 1989, p. 66).

A cartografia permite certa liberdade de movimentos, de deixar-se ir de uma coisa a outra, sem a pré-ocupação de encontrar uma forma rígida porque é um método que visa acompanhar um processo e não representar um objeto (KASTRUP, 2007b). Uma cartografia que se movimenta em diferentes planos, que aqui variam desde a singularidade do(a) cartógrafo(a) até a formação das paisagens e das singularidades de cada um dos envolvidos na pesquisa, perpassados por suas histórias e pelos inesperados acontecimentos cotidianos.

E já estariam prontas as paisagens desses encontros? Ou ainda os transformaríamos em imagem na medida em que os escrevêssemos? O texto operaria como uma reinvenção do vivido? Seria possível agenciar alguns processos de produção de escrita, de produção de si e do mundo?

Era preciso escolher algumas linhas pelas quais passearíamos. Em Rolnik (s/d) encontramos uma ideia: a subjetividade perpassada por linhas de tempo.

Cada linha de tempo que se lança é uma dobra que se concretiza e se espacializa num território de existência, seu dentro. No entanto, nenhuma concretização, nenhuma espacialização tem o poder de es-

tancar a nascente; outras linhas de tempo vão se engendrando na pele deste dentro que acabarão por desfazê-lo. Cada figura e seu dentro dura tanto quanto a linha de tempo que a desenhou: diversos são os microuniversos possíveis, tantos quantas são as linhas de tempo. (p. 2-3).

Uma dessas linhas que tomamos para compor este processo é a da história e sobre ela fazemos uma geografia (cartografamos). Isto porque

[...] segundo Foucault, (a história) nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo de que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos. Em suma, a história é o que nos separa de nós mesmos, o que se opõe ao tempo assim como à eternidade, aquilo que Nietzsche chamava de o inatual ou o intempestivo, o que é *in actu*, a filosofia como ato do pensamento. (DELEUZE, 1992, p. 119).

Quanto aos movimentos que emergirão desses processos, poderei tomá-los como paisagens a serem cartografadas. As paisagens sobre as quais lançarei um olhar são as dos encontros das pessoas com os textos, os efeitos provocadores e desestabilizadores em quem escuta um texto e escreve um texto. Paisagens a serem cartografadas em texto para fazer imagem-movimento desses estares no mundo.

Tal trabalho, a partir de Kastrup (2007a), demanda novos focos de atenção que visam a construção de dados e não a “coleta” de dados, como a ciência tradicional propõe. A atenção do cartógrafo pode variar na busca de signos e forças circundantes e não focar na preparação da representação de formas. O cartógrafo, com seu olho vibrátil (ROLNIK, 1989), deseje encontrar, pois

Encontrar é o mesmo que achar, é capturar, é roubar, mas não há método para achar, só uma longa preparação. Roubar é o contrário de plagiar, copiar, imitar ou fazer como. A captura é sempre uma dupla-captura, o roubo um duplo roubo, e é isto o que faz não algo de mútuo, mas um bloco assimétrico, uma evolução a-paralela, núpcias entre “fora” e “entre” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 6)

Freud (1980), em *Escritores Criativos e Devaneio* oferece um elo entre o brincar da criança e o escrever criativo:

A ocupação favorita e mais intensa da criança é o brinquedo ou os jogos. Acaso não poderíamos dizer que ao brincar toda criança se comporta como um escritor criativo, pois cria um mundo próprio, ou melhor, reajusta os elementos de seu mundo de uma nova forma que lhe agrada? Seria errado supor que a criança não leva esse mundo a sério; ao contrário, leva muito a sério a sua brincadeira e despende na mesma muita emoção. (p. 149).

Em *Tempos Líquidos* (BAUMAN, 2001), o autor aborda da seguinte forma a questão da escrita do espetáculo: a quem interessa deixar um registro que permaneça? Uma jovem adolescente cujos amores fazem e se desfazem, bem como suas tentativas de se relacionar com a família, deseja registrar sua própria história, deseja uma marca que permaneça e se transforme em livro para que ela possa levar consigo e mostrar às pessoas.

Falamos aqui da subjetividade engendrada na escrita e pensamos no aspecto estético que aparece em sua experiência. Sabemos que o estético está no corpo da clínica, mas a escrita o torna muito mais visível, como afirma Rolnik (1993)

Escrever é esculpir com palavras a matéria-prima do tempo, onde não há separação entre a matéria-prima e a escultura, pois o tempo não existe senão esculpido em um corpo, que neste caso é o da escrita, e o que se escreve não existe senão como verdade do tempo. (p. 249).

Dentre as formas contemporâneas, apresento, ilustrativamente, duas faces dessa escrita espetacular, sabendo que há outras expressões que não serão tocadas: a imagem no lugar da escrita alfabética – um empobrecimento do sujeito simbólico -, e a escrita da tradição a partir do interesse atual.

A imagem se relaciona com o registro do imaginário enquanto a letra se ocupa do registro simbólico. Para uma criança aprender a escrever é necessário que ela passe minimamente pelo que a Psicanálise chama de Complexo de Édipo. Ao contrário do que acreditam a Pedagogia e a Psicologia tradicionais, que pensam ser apenas a prontidão motora a capacitar a criança à escrita, a Psicanálise defende que é preciso uma castração, uma inserção

no mundo da cultura e o abandono do narcisismo que se manifesta (neste ponto) como representação do desejo da própria mãe (falo materno), para desejar crescer e ser um adulto desejável, não pela mãe, mas pelos demais adultos do mundo (FERREIRA, 2000).

Isso diferencia as crianças aptas à escrita: o desejo de se tornarem adultas, fortes e desejáveis, o desejo de se tornarem autônomas e independentes dos pais e tão capazes quanto eles de realizarem escolhas e manterem relacionamentos amorosos adultos. Enquanto a criança não castrada luta por manter-se o centro narcísico da atenção dos pais, não dando valor ao mundo adulto e ao universo simbólico, a escrita não faz parte de seus interesses, pelo contrário, o desenho é seu investimento mais valorizado.

Essa criança narcísica desenha suas casinhas e seus bonecos, suas paisagens recheadas de bichinhos. Muito frequentemente, entre o sol e a lua, em seu desenho, estão as estrelinhas, como representantes do pai e da mãe, que juntos criam as estrelinhas (filhos) que brilham e refletem o brilho do casal. Estes elementos com conjuntos triangulares, duas nuvens com um sol sorridente ao meio ou duas montanhas laterais com um colorido lago, sempre com ênfase no terceiro elemento, são representações dessa constelação familiar com um sujeito narcísico central.

A tentativa de controlar o dentro-fora, ou seja, o colorir dentro das margens, ou o interesse em fazer o desenho da bolinha fechada já indicam um desejo de separação, de criação de limites. Não é sem motivo que as crianças treinam tanto o desenho das bolinhas fechadas e que isso lhes é tão significativo. Sendo o desenho infantil um sinal da constelação familiar anterior à castração, o ato de praticar o desenho das bolinhas e, junto com ele, o anseio de aprender a desenhar as letras são um sinal da entrada no mundo da cultura dos adultos e podemos ler, psicanaliticamente, o abandono do registro do imaginário como centro para a entrada no registro do simbólico.

O registro do simbólico implica nesta aceitação da falta, da incompletude e é efeito da castração simbólica. Ocorre, entretanto, que há um imperativo na educação atual: não castrar; suprir as crianças dando-lhes o máximo de prazeres. Além disso, a imagem infantil, associada à força da eterna juventude, tem sido difundida pelos meios de comunicação da cultura do espetáculo como a imagem referencialmente mais valorizada nos meios de comunicação. Possivelmente essa seja a razão para que tenhamos tantos

modelos andrógenos no mundo da moda, pois é somente na adolescência que se faz o luto pela perda do corpo infantil, pela identidade dependente e não comprometida sexualmente e pelos pais protetores da vida infantil (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p. 63-71).

O efeito disso é esta geração obesa, cultuando o corpo infantilmente e vivendo a sexualidade banhada de fetiches. Basta analisar os preservativos com sabores de chocolate e moranguinho, gostos infantis veiculados também nos iogurtes e bolachinhas para constatação desta vivência espetacular, ou as fantasias sexuais agora vividas como fantasias na acepção concreta do termo, roupas carnavalescas e não sinônimo de realização de algo de caráter imaginativo, de ilusão.

A cultura do espetáculo, imbricada à sociedade da imagem, foi se criando pelas imagens do écran, pela invasão do cinema e das mídias computadorizadas em geral, e naturalizou, institucionalizando dizeres do tipo: cuide de sua imagem, o político não precisa ser honesto, mas parecer honesto, imagem é tudo... Por fim, no auge da sociedade das imagens está o logotipo que vincula uma marca ao produto, agrega valor à mercadoria, por vezes maior que todo material, mão de obra, lucro, impostos, enfim, tudo o que pudesse ter qualquer custo físico.

Do mesmo modo, o mundo das leis fica prejudicado, pois a lei é simbólica, é a representação da ausência do pai. Se a letra é morta, como se diz da lei não cumprida, põe-se a população à mercê das câmeras filmadoras para controlar a agressividade e a incivildade social. – “Sorria, você está sendo filmado!” Uma ameaça constante, mas ironicamente estampada em pontos de circulação de muita mercadoria.

Não intento cartografar a sociedade das imagens, apenas aponto alguns de seus indícios como: diagnóstico por imagens, controle de qualidade por imagens, imagem profissional, imagem corporativa, imagem política e direito de imagem.

Da popularização da TV até a presente data, além da intensificação de suas cores e das luzes lançadas sobre todas as formas físicas dos objetos e corpos, dá-se a impressão de que todo este iluminismo visual torna, também, outros sujeitos mais racionais, compreensíveis ou viáveis. A imagem elege até presidentes da república e parece que a imagem *clean* igualmente é um sinal de ficha limpa, porém esta ligação perigosa revelou-se falsa.

O problema ético vinculado às imagens é que o sujeito ligado aos fetiches e as imagens infantis tenta, ao seu modo, mas a todo custo, negar as diferenças. Manter o mundo sem separações, sem a separação da mãe. É nesse mundo, ao evitar o desamparo, ao evitar a sensação de abandono da figura materna, que permanecem vivos aqueles ancorados nas formações perversas disponíveis nesta cultura. O mesmo mundo que oferece a ausência da castração, oferece também as armas ilusórias dessa possibilidade – rizomaticamente.

Entre essas armas, apontamos as drogas psicotrópicas. O sujeito dependente das drogas é também um dependente da família. Mas da mesma forma que o sujeito nega a castração, nega a perda do falo materno, nega a sua própria falência e desamparo, ancorando-se numa imagem e nas sensações fabricadas.

O avanço deste tema teria logo a objeção: qual problema teria alguém usar de próteses, drogas, mudanças de imagens e todos os recursos tecnológicos para sentir-se bem? Essa pergunta só poderia ser formulada na regência do narcisismo e do espetáculo, pois as relações são referências diretas às imagens e não às obras.

Agenciamentos e resistência na pós-modernidade: o sujeito do consumo, o híbrido, o maquínico e o virtual em questão

Esta transformação nunca é total. Nem todas as noções estão no mesmo estádio das suas transformações metafísicas. Meditando filosoficamente sobre cada noção, ver-se-ia também mais claramente o caráter polêmico da definição adotada, tudo o que esta definição distingue, delimita, recusa. As condições dialéticas de uma definição científica diferente da definição usual surgiriam então mais claramente e compreender-se-ia, no pormenor das noções, aquilo a que chamaremos a filosofia do não.

Gaston Bachelard

Este subcapítulo será construído para discutir, ainda, alguns aspectos controversos e polêmicos deste tipo de concepção de sujeito. O sujeito do consumo será retomado para auxiliar a conceituação do sujeito híbrido, a qual, com base na Psicanálise, será refutada. O maquínico e o virtual serão apresentados e brevemente analisados cartograficamente. Ou seja, tentare-

mos apontar condições de emergências dos modos de subjetivação e dos discursos que os circundam e constituem.

O conceito de sujeito está enunciado de muitas formas, isso porque o sujeito é um efeito teórico, é uma construção a partir de um ponto que o referencia e o delinea. Como já vimos anteriormente: “sem uma teoria não há um sujeito” (BADIOU, 1994, p. 44). O pensamento é a estrutura que nos dá um fato ou um sujeito, por isso a linguagem é a condição para qualquer informação. Somente na articulação entre dados percebidos é que uma realidade se compõe, e esta articulação é ofertada pelas operações do pensamento.

Essa premissa de que um dado não é positivo, mas, ao invés disso, é sempre uma construção da linguagem ou é sempre uma relação de operações entre significantes, nos remete a uma primeira questão: Quem opera a linguagem, ou, em quem a linguagem se opera?

Retomando o conceito de sujeito para encerrar nossa questão sobre a subjetividade, sobre o sujeito e sobre o que temos hoje a atravessar o sujeito, vamos diretamente aos conceitos que nos fundamentam: a Psicanálise e suas refutações do positivismo lógico e da intuição.

A ciência é uma forma de sistematização da experiência e essa sistematização é uma articulação conceitual. Considerar a ciência como articulação de conceitos é, também, aceitar que o sujeito da Psicanálise seja, ele mesmo, o sujeito da ciência (cf. FREUD, 1980c; BIRMAN, 2003)²⁷. Para sermos mais claros, vamos acrescentar mais um argumento – o sujeito psicanalítico é o sujeito da falta. Com isso expressamos que o objeto, seja ele um pensamento ou um elemento concreto, é representado sem qualidades na mente. São operações de pensamentos organizados e armazenados em forma de linguagem que permitem que os dados sejam reconhecidos, relacionados e valorizados. Essa representação não substitui o objeto na mente, ela própria é uma produção, um efeito do pensamento.

27 Freud afirma que a Psicanálise não seria capaz de criar uma Weltanschauung, ou seja, uma cosmovisão ou uma visão de mundo. Nem precisaria, reafirma, pois sua visão é a da Ciência. Este conceito é discutido em “Inibição, Sintoma e Angústia” (1926), em “O futuro de uma ilusão” (1927) e, mais claramente, em *Novas Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise* (1932).

Desta forma, podemos reiterar como o objeto mental nunca é a substituição do objeto da percepção, como é sempre uma representação e conseqüentemente é a representação de uma falta. Ou, pelo menos, constituinte de uma incompletude ou de uma diferença.

Essa ausência de positividade, ou seja, a ausência de domínio sobre o dado real, é chamada de ciência do negativo (cf. BACHELARD, 1978). A Psicanálise, e a partir dela, todo pensamento científico vem se identificando a este paradigma:

Chegaremos assim a uma determinação dos fenômenos no espaço pensado, no tempo pensado, em suma, em formas estritamente adaptadas às condições nas quais os fenômenos são representados. Chegamos assim a uma conclusão que já se nos havia imposto quando das nossas reflexões sobre o não-substancialismo: o plano da representação devidamente intelectualizado é o plano em que trabalha o pensamento científico contemporâneo; o mundo dos fenômenos científicos é a nossa representação intelectualizada. Vivemos no mundo da representação schopenhaueriana. Pensamos no mundo da representação intelectualizada. O mundo em que se pensa não é o mundo em que se vive. A filosofia do não constituir-se-ia em doutrina generalizada se conseguisse coordenar todos os exemplos em que o pensamento rompe com as obrigações da vida. (BACHELARD, 1978, p. 67).

O sujeito nesta perspectiva é, então, em primeiro lugar, um efeito da linguagem e, por isso mesmo, um sujeito do negativo. Na mesma linha, o sujeito é uma construção de práticas discursivas e não discursivas de um conjunto institucional de linhas conscientes e inconscientes. O sujeito é uma construção exterior a ele próprio e, no entanto, surge como sujeito no momento em que promove uma resistência.

A Psicanálise supõe um momento inaugural para a emergência de um sujeito. Podemos figurá-la na forma de um bebê manipulado por sua mãe e junto com os cuidados básicos recebendo um quantum de afeto. Para esse rebento o prazer da manipulação materna é algo agradável, mas não podemos supor sempre agradável ou agradável em qualquer intensidade. Em dado momento, ainda recebendo esse afago, o bebê se vira, desvia os olhos, mira noutra direção evitando o contato, para de sorrir, interrompe voluntariamente o contato sem o recurso da fala – é assim que ele manifesta seu desagrado. Aí emergiu o sujeito, ao resistir ao prazer proporcionado pela mãe

(má-terna). Esse é o protótipo escolhido para se pensar o sujeito. Estamos nos referindo à Teoria da Sedução Generalizada, apresentada por Laplanche (1988). Não é somente o surgimento do sujeito, mas o outro também é iniciado nesse gesto, não como uma alteridade completa e complexa, mas simplesmente como um outro em formação, um por vir, rastros de uma diferença nascente (FIGUEIREDO, 1994).

Ora, essa primeira emergência como está aqui descrita parece um tanto compatível com os pensamentos mais primordiais e ingênuos sobre o processo de formação de uma subjetividade. A Psicanálise preocupou-se, desde seus primeiros passos, com esta formação. E vamos relembra-la, não em uma ordem cronológica programada que resulta num processo de conhecimento do sujeito, mas em um processo interpretativo que, enfim, dá pistas para o aumento da compreensão de um sujeito moderno²⁸.

Os primeiros trabalhos significativos de Freud neste campo foram as “Considerações sobre a interpretação das afasias”, publicados em 1891. Em 1882, no trabalho clínico com Breuer, percebeu as manifestações transferenciais da paciente em atendimento (Anna O) e as resistências do colega (GAY, 1989, p. 77). No contato com Charcot, em 1885, pôde aproximar a hipnose à teoria da sedução, quando percebia algum erotismo entre o hipnotizador e a hipnotizada, bem como um relato de sedução precoce e, por vezes, relatos constrangedores e notadamente falsos de sedução precoce realizada por algum médico da plateia de Charcot. Depois, em franca autoanálise, relata numa carta a Fliess, datada de 1886, a hipótese do funcionamento mental relacionado à representação psíquica e à linguagem.

O funcionamento inconsciente estava cada vez mais vivo no pensamento de Freud até que, em 1899, em *A Interpretação dos Sonhos*, já era capaz de escrever sobre a sua teoria interpretativa de forma coerente e voltada à prática clínico-interpretativa.

Foi ao descobrir que eram falsas as narrativas de sedução de suas pacientes, falsas até certo ponto, que Freud se viu frente à necessidade de remodelação dos princípios da teoria da origem sexual das neuroses como sim-

28 Detalhes históricos podem ser melhor descritos nos capítulos 2 e 3 de GAY, Peter. **Uma vida para o nosso tempo**. Trad. Denise Gottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 719 p.

plesmente uma teoria acerca das memórias infantis recalcadas, dando espaço para um pensamento mais complexo. Esse pensamento tem a ver, agora, não mais com a hipnose e com as reminiscências, mas com a associação livre e com o sintoma. Freud percebeu algo de prazer nos sintomas.

Assim, estava mais palpável um outro sujeito, que pode ser chamado de o sujeito do sintoma. Não é referência ao sintoma de um órgão vulnerável ou de um órgão “correspondente-simbólico”, mas sintoma que se perfaz em um compromisso subjetivo. É o efeito de atravessamentos conscientes e inconscientes, reais e imaginários das relações próximas e das fantasias advindas das posições sociais que ocupam determinados sujeitos, como mostra Kehl (1998). É o efeito de uma negociação singular que faz escrever e tenta apagar e, acima de qualquer outra coisa, inscreve o sujeito em um lugar no qual ele pode estar, e ali habita, com suas dores e prazeres.

Com essa explicação não quero apontar para um hibridismo do sujeito, um ser sendo isso e aquilo ao mesmo tempo; ao contrário, reclamar um lugar complexo no qual isso e aquilo, o consciente e o inconsciente, dividem o sujeito e permitem algum deslocamento e posicionamento de forma singular, com suas múltiplas faces. Contudo o sujeito diz não a isso e a aquilo, e nessa dupla negação inaugura seu próprio lugar.

As teorias pós-estruturalistas quando tratam da cultura falam de um sujeito híbrido, efeito de uma cultura híbrida. Para a psicanálise, toda cultura, todo sujeito, todo lugar é híbrido em sua constituição, origem e natureza, no entanto o sujeito se forma numa negociação que diz – “basta! Não sou isso nem aquilo, sou outra coisa a tentar a ser, pois resisto a tudo isso para suportar (dar suporte e aguentar) a mim mesmo”.

Podemos utilizar os mesmos moldes da teoria da sedução para elucidar o sujeito do consumo: haverá uma hora na qual o sujeito fará uma seleção hierárquica de preferências, se posicionará frente a um excesso insuportável de ofertas ou, ainda, perceberá uma insatisfação em sua saciedade. Nesse acontecimento, então, dirá novamente basta a tudo isso. Depois de experimentar o gozo, experimentará a idealização de gozo outro e, consequentemente, também a falta e o desamparo.

Estamos, igualmente, falando de uma forma enviesada da ideia da existência de um desejo persistente no sintoma. Um sintoma é, de forma radical, um desejo que se liga a outros objetos devido ao recalque de letras de

seu objeto primeiro. Daí, também, uma constante falta, embora não somente falta, pois reside nesse processo uma existência.

A Psiquiatria contemporânea vem se apoderando dos sintomas e tentando transformá-los em outra operação: detalhes genéticos ou orgânicos disfuncionais de um corpo-objeto, manipulável e tratável para existir sem a falta. Esses são efeitos pós-modernos sobre a corporalidade. A medicina busca, hoje, codificar todas as doenças, todos os sintomas ou qualquer manifestação corporal. A Classificação Internacional de Doenças (já na sua 10ª edição: o CID 10) tem buscado codificar para unificar, na forma alfa-numérica, todas as manifestações desviantes e, babelicamente, catalogar e reger numa linguagem universal, nessa torre de conhecimentos a-culturais, todos os procedimentos do mundo físico-corpóreo, uma vez que são (ao seu ver) universais.

O método de diagnóstico mais utilizado atualmente é o de diagnóstico sindrômico. Isso significa a identificação de sinais que se agrupam em divisões categorizadas e hierarquizadas no funcionamento ou no comportamento do sujeito. Assim, um mesmo sinal pode estar presente em muitas síndromes, mas o conjunto de sinais delimita uma síndrome e a intensidade hierarquizada identifica a gravidade da patologia do sujeito, ou, se é uma alteração concomitante sem ligação com a primeira, ou, ainda, se é primária ou secundária. Com esse funcionamento, um manual diagnóstico tem as características de um catálogo de produtos codificados de acordo com suas especificidades.

Temos então um sujeito dos códigos. A identidade (documento de identificação) torna-se um código de barras; o passaporte, um outro código; os prontuários de saúde, sejam eles psicológicos, de capacidade física, médica ou odontológica; os cartões de crédito; os cartões de acesso aos locais de trabalho; os de entrada e saída de centros de compras; as passagens terrestres e aéreas; enfim, tudo está codificado. As mercadorias são também codificadas. Roupas, sapatos, alimentos, livros, bebidas, remédios, impostos – tudo está codificado.

Ao sujeito codificado já não importa tanto a identidade. O que se marca nos códigos é o perfil. O perfil tem substituído a identidade nas mais variadas esferas. Ora, a saúde codificada se acomoda nas fileiras do sujeito do perfil e do consumo. Os códigos são dispositivos institucionais

de identificação das mercadorias humanas e industrializadas no mundo pós-moderno.

Esses dispositivos institucionais são construtores da identidade dos códigos ou do perfil. A classe social, a linhagem familiar, a profissão, a etnia, o gênero e tantas outras variáveis são identificadas com o produto que “é a nossa cara”. Que dão uma aparência ou criam uma ilusão identitária demarcada pelo consumo codificado. Na sociedade do consumo, o sujeito consome também para ser reconhecido como integrante de uma classe (BARBOSA, 2008).

Essa codificação faz o elo entre o sujeito do consumo (inclusive consumidor da saúde e do corpo), o sujeito virtual e o sujeito maquínico. É na codificação que se introduz o sujeito ao universo da informática e, como vimos no capítulo sobre o écran, um código genético transportado para um código de informática são as esperanças mundiais de cura de todos os males. Cientistas sociais fazem sérias críticas à exclusão daqueles sem acesso aos códigos e à falsa esperança que eles transportam, uma vez que os maiores problemas humanos ainda são de ordem social (cf. ROSE, 2008, 2010).

Associamos a esse dispositivo mais um agenciamento de maquinários subjetivos. Na perspectiva da esquizoanálise há a possibilidade de realizar-se uma análise de fragmentos que seriam lançados ao exame crítico em uma perspectiva estética e ética, não como estruturas ou como indivíduos, mas como linhas e pulsações.

Aqui há apenas uma introdução ao tema para os leitores terem indicativos para prosseguir neste campo. Não vamos reproduzir os autores, Guattari, Deleuze e Barenblitt, mas expor uma leitura inicial deles. O que podemos, nesta altura, apontar para esta perspectiva é que institucionalmente há linhas de adensamento, argumentando em favor da transformação do sujeito em um sistema homeostático, ou ainda em criaturas de economia pulsional e narcísica em busca de autorrealização, uma das formas de reconhecimento através do fora e da imagem. Esses dispositivos lançam o sujeito contemporâneo à disposição do universo social capitalista, mercadológico e identitário da contemporaneidade.

As máquinas de registro das imagens, as tecnologias de construção dessas imagens, das simples fotos até os complexos diagnósticos computadorizados cintilográficos (lembramos que cintilar é sinônimo de brilhar), dos

exercícios corporais à transformação cirúrgica criam, num movimento de uma linha que se curva sobre si mesma, os desejos de existência em uma forma maquinal naturalizados pela capilaridade desse mecanismo, postos ao sujeito desde o ultrassom tridimensional durante seu período gestacional, com imagens postadas pelos pais nos blogs até os álbuns de fotografia de cada evento comemorativo de passagem da vida.

O nome da perspectiva em questão (esquizoanálise) pode dar a impressão de que sua forma de atuar fragmenta ainda mais o sujeito. Muito pelo contrário, as análises dos fragmentos são tomadas como constituintes do sujeito e também do mundo. Os mesmos dispositivos que constroem os sujeitos, constroem suas arquiteturas institucionais, seus processos de produção industrial, seus meios de transporte, suas formas e meios de comunicação, sua família e seu corpo, enfim, todo seu universo social indissociável que permite sua existência concreta.

Discorreremos acerca dos agenciamentos e resistências. Os maquinários constroem um sujeito, mas há o resistente e há o *hors-text*. Só é possível uma análise institucional porque há uma possibilidade de análise das demandas. Uma espécie de compromisso com a autonomia e não com a alienação e autonomização do sujeito. Criar espaços de experiências fora do contexto para abrir possibilidades novas e livres dos compromissos institucionais hegemônicos é uma tarefa esquizoanalítica.

O *hors-text* não é somente o louco, o desajustado ou o excluído da economia mundial. É também o autor da literatura menor, dos textos que fogem às regras da escrita atual e talvez venham se tornar uma forma mais reconhecida de escrita em algum futuro. O *hors-text* é o artista marginal criador da novidade não produzida pelo previsível-maquinaríodo-consumo-que-arrasta-multidões. Essa é a possibilidade de elaborar um modo de subjetivação não hegemônico ou resistente à hegemonia comandada pelos capitais dominantes em circulação e que sustentam as administrações virtualizadas, gestoras dos riscos e das potencialidades geradoras de tantas bolhas.

Fragmentos do discurso religioso: uma trama discursiva da Pós-Modernidade²⁹

Pai Nosso

Pai Nosso que estais no Céu, santificado seja o Vosso Nome, venha a nós o Vosso Reino, seja feita a Vossa vontade assim na terra como no Céu. O pão nosso de cada dia nos dai hoje, perdoai as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido, e não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do Mal.

Amém.

Salve Rainha,

Salve, Rainha, Mãe misericordiosa, vida, doçura e esperança nossa, salve!

A vós bradamos os degredados filhos de Eva.

A vós suspiramos, gemendo e chorando neste vale de lágrimas.

Eia, pois, advogada nossa, esses vossos olhos misericordiosos a nós volvei, e depois deste desterro mostrai-nos Jesus, bendito fruto de vosso ventre, ó clemente, ó piedosa, ó doce sempre Virgem Maria.

Rogais por nós Santa Mãe de Deus.

Para que sejamos dignos das promessas de Cristo.

Amém.

A análise a seguir parte da intenção de apontar alguns fragmentos do discurso religioso como enunciados integrantes do (inter-intra)discurso, da nuvem discursiva e dos jogos de linguagem que, embora em constante alteração, permitem a(s) compreensão(ões) e regem a constituição de subjetividades contemporâneas.

A diferença entre as orações religiosas acima é posta, tão somente, neste sentido: contextualizar como (o modo) e, até certo ponto, quanto (a intensidade) as condições de formação das subjetividades são delineadas em linhas de adensamento e reforçamento lançadas sócio historicamente. E, além disso, o fim último desta análise é evidenciar como o discurso religioso

29 Fontes consultadas para escolha e contextualização das orações: <<http://oracoesmilagresmedievais.blogspot.com/2010/01/origem-da-salve-rainha-hino-da-primeira.html>>; <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=951>> e <<http://www.catolico.org.br/>>. Acesso em: 03 fev. 2012.

pós-moderno interpela (como diria Althusser) os sujeitos na transformação de si-mesmos em mercadorias e a fé, em um negócio lucrativo.

A oração Pai Nosso tem origem mais clara que a Salve Rainha e durante todos os períodos históricos esteve presente no culto religioso cristão, seja na igreja romana ou naquelas advindas da reforma protestante luterana e calvinista. Porém, nas igrejas protestantes, em regra, é importante e mais frequentemente praticada. Como essas denominações rejeitam o culto mariano, a Salve Rainha não é observada em seu culto.

Não vamos nos aprofundar na análise sociológica desses movimentos religiosos, no entanto, precisamos trazer a presença das mais clássicas análises de Weber (1999), e das contribuições de Durkheim (1982) que nos atravessam, mesmo que aqui não sejam explicitadas. Mas, sem dúvida, as questões da Ética e das funções sistêmicas de transmissão das regras sociais, dos sistemas maiores para os menores, podem ser observadas e rastreadas.

A Oração Salve Rainha não tem uma única autoria identificada, pelo contrário, além de ser a mais de um autor atribuída à parte central da prece, a parte final é, provavelmente, uma complementação inicialmente não cantada, como é o corpo central, mas foi gritada por um monge e repetida pela congregação presente na sua primeira apresentação. Esse incidente ocorrido na primeira apresentação foi acrescentado ao texto inicial, assim conta a história mais aceita.

A razão de escolha da prece Salve Rainha, para esta análise, deu-se pelo momento histórico no qual foi concebida, provavelmente 1055 d.C., e pelos usos dela. Primeiramente foi cantada em canto gregoriano e depois, aproximadamente 50 anos mais tarde, tornou-se o canto de guerra das cruzadas; portanto, por mais de 200 anos funcionou como divisa central e identitária: a oração dos cruzados. Aqui, com os cruzados que partiam em direção à Terra Santa para livrá-la dos pagãos, pode-se notar o caráter peregrino do degredo e as lágrimas e gemidos do caminhar.

Na oração Pai Nosso, observamos no verso “O pão nosso de cada dia nos dai hoje” também este caráter peregrino. Levanto a hipótese de que, mais na Idade Média do que nos dias de hoje, este “pão nosso” fosse uma referência ao Manah, alimento dado ao povo judeu peregrino na fuga do Egito, sendo, portanto, este pão de cada dia um pedido feito por um sujeito faminto e totalmente dependente de misericórdia. No entanto, hoje podemos pensar

esse mesmo verso com o caráter imediatista da pós-modernidade. Então, o sentido do pão de cada dia é o sentido mais concreto da ração diária de sustento básico para que as outras coisas se viabilizem. O pão nosso de cada dia pode também estar relacionado à fragmentação: se na Idade Média, independentemente do tempo a condição do sujeito era de miserável, hoje não há uma condição perene. “Cada dia” significa o “pão nosso” de cada período, de cada fragmento de 24 horas de tempo. Também é um fragmento concreto de ração: dai-nos as calorias e os elementos nutrientes necessários às atividades.

Talvez, se isolarmos este enunciado, possamos vê-lo em outros ditos populares, como: não faltando o básico, no resto a gente dá um jeito; se não faltar a saúde, a gente se vira; se a vida lhe der um limão, faça com ele uma limonada; saco vazio não para em pé; entre tantos que reivindicam esta máxima: se não está passando fome, tem dois braços e duas pernas, se vira!

Esses são elementos da racionalização do capitalismo moderno orientado pelos economistas: verifique seus ganhos, programe seus gastos, faça reservas financeiras, etc, etc, etc., o que acaba por influenciar outras esferas, faça as compras do supermercado sem fome, faça antes a lista de compras, pesquise os preços etc, etc, etc.

O homem da Idade Média, peregrino, desterrado, era aquele que se penitenciava no caminho de Santiago de Compostela, que sofria os ataques dos povos da Europa Oriental e era saqueado, e também passava por grande fome e pela peste. Nessa condição miserável o sujeito medieval dependia da advogada com os olhos misericordiosos, mas sua atitude era apresentada em A vós bradamos os degredados filhos de Eva, apontando que havia uma consciência ou uma atribuição causal às amarguras e à própria condição humana: o pecado de Eva. Eva foi expulsa do paraíso pelo seu pecado e, com ela, todos os homens foram também expulsos para viver neste desterro.

“[...] Rogais por nós Santa Mãe de Deus. Para que sejamos dignos das promessas de Cristo [...]”. Exilado, o homem medieval não tem dignidade, as promessas serão validadas se a clemente e piedosa virgem por ele interceder. O homem contemporâneo trabalha em outra perspectiva. Diz a campanha mariana: peça à mãe que o filho atende. Atendimento eficiente e automático, faz parecer. Além disso, essa forma de encarar as coisas soa com um tom de malandragem, um jeitinho de pedir, uma astúcia ou até

uma chantagem, pois se o filho não atender, quem perde valor e fica na berlinda é a mãe.

A condição do sujeito da prece Pai Nosso pode ser tomada como outra, ao analisarmos o “perdoai as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido”, uma vez que a expressão, assim como é uma conjunção comparativa, apontamos o sujeito posto na condição de merecedor, de partícipe, de igual, talvez, de parceiro numa negociação: eu perdooo então você me perdoa.

Muito *en passant*, podemos indicar que o slogan “Deus é Fiel” tem tido uma conotação mais nobremente diferenciada aos olhos do sujeito pós-moderno. Significa: aquilo que eu peço, Deus me dá, porque Deus é Fiel, como se o homem fosse uma fonte de autoridade. O que ele pede é concedido por se tratar de uma promessa (LIMA, 2007). E mais, *dá imediata e abundantemente. Esse mote se identifica, diretamente, com algumas igrejas neopentecostais brasileiras que, no cruzamento dos discursos de abertura de mercado do governo Collor (do empreendedorismo do governo FHC e do espetáculo do crescimento do governo Lula, podemos acrescentar), apresentam à classe menos favorecida economicamente uma fetichização do dinheiro associada à fé: a mercantilização da fé e da comunidade religiosa (cf. MARIANO, 2008; CAMPÁ, 1998; MESQUITA, 2007).*

Mesmo que na Idade Média a oração tivesse o sentido de súplica e talvez de invocativo nos versos: “e não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do Mal,” os verbos, nesse tempo verbal, podem indicar, ao mesmo tempo, tanto essa condição de súplica, quanto a condição de ordem, de imperativo: “não nos deixeis cair!... Livrai-nos!”.

Naquilo que mais ilustra o presente texto, podemos pensar no homem medieval como sujeito uno, assujeitado a uma única referência, ou a um grande relato, um discurso de referência – o discurso religioso. O sujeito contemporâneo, como vimos, é um sujeito fragmentado, apartado de um grande relato, sem um discurso de referência. Ao contrário, como defende Lyotard, (1998), o poder que o norteia é a lucratividade empresarial sem regras precisas, o que comporta a distorção do discurso científico, a cooptação e o arrasto das pesquisas acadêmicas e dos meios de produção e, por fim, permite sua circulação pela indústria de tecnologia de enunciação dos saberes e, como expõem tantos autores já citados, o sujeito é imediatista.

No entanto, o discurso capitalista se interpõe e atribui significados a muitos enunciados. Assim, na prece Pai Nosso, o enunciado “[...] Pai Nosso que estais no Céu, santificado seja o vosso Nome, venha a nós o vosso Reino, seja feita a vossa vontade assim na terra como no Céu [...]” (principalmente os núcleos vosso nome, vosso reino e vossa vontade) pode ser considerado um referencial para o sujeito medieval, na medida em que a santificação do nome de Deus era a maior entre todas as referências de valor, provável herança da religião judaica na qual o nome de Deus, de tão santificado, era impronunciável. Também podemos interpretar a expressão “santificado seja o vosso Nome” como uma aclamação. No entanto, com a introdução do capitalismo e das formas de relação baseadas nos valores e intensidades mercantis onde os produtos viram mercadorias, tudo se torna comercial e até mesmo as relações religiosas tornam-se cambiáveis. Daí, o mesmo “Pai Nosso que estais no Céu, santificado seja o vosso Nome, venha a nós o vosso Reino, seja feita a vossa vontade assim na terra como no Céu [...]” pode ser interpretado como uma separação espacial, um distanciamento, pois o pai nosso está lá no céu, e é simplesmente um outro sujeito, o sujeito complementar da troca, distante; e a voz passiva do Santificado seja, ao invés de significar uma ausência do sujeito personificado que o santifica, passa a significar uma designação. O enunciado “[...] venha a nós o vosso Reino, seja feita a vossa vontade assim na terra como no Céu [...]” poderia, por sua vez, significar que este reino terreno é humano, e que poderia se transformar quando a Vossa Vontade se fizer aqui, como acontece no reino celeste. Logo, o “venha a nós o vosso reino”, bem como o “seja feita a sua vontade”, são uma concessão humana.

Pode-se objetar, então, essa análise com a premissa de que o discurso capitalista seja hegemônico e, portanto, seja também um relato de referência. Mas, como tem nos apontado Bauman (2011, 2008) a ética que dirige a pós-modernidade e permite a emergência do sujeito do consumo é, em si mesma, fragmentária. Essa fragmentação ocorre na modificação da postura frente ao pecado: da condição estabilizada de miserável em culpa (proporcional) aos atos praticados e, daí em diante, culpa racionalizada. A racionalidade frente às responsabilidades morais passa a representar tão somente o cumprimento de regras de conduta. Essa conduta não se refere exatamente à moral, mas ao ser confiável e mais precisamente ainda – socialmente confiável.

Isso implica na lógica da possibilidade de reparação, logo, ultrapassar o outro, o seu concorrente, é aceitável desde que se garantam os resultados de sua mercadoria. Se a mercadoria não cumprir o que promete, a reparação ao cliente é imediatamente proporcionada, mesmo sendo claro o embuste ou a sabotagem ao concorrente. A concorrência pode ser desleal, desde que sejam cumpridas as regras da responsabilidade com seu produto e que se ofereçam garantias ao consumidor. Por conseguinte, o fornecedor ou o parceiro dessa negociação é, fragmentariamente, bom e perverso ao mesmo tempo. Nesse passo, o outro está jogado à sorte. A responsabilidade para com o outro está em conflito e num paradoxo insolúvel. O sujeito é fragmentado e, ao mesmo tempo, bom por um lado e perverso, por outro.

Referências bibliográficas

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Trad. Suzana Maria Garagoray Ballve. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981. 94 p.

ABIB, José Antonio Damásio. Prólogo à História da Psicologia. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 53-60, abr. 2005. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-377220050001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2007.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Metáforas da desordem**: o contexto social da doença mental. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 120 p.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM IV TR – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Texto revisado. Trad. Claudia Dornelles. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. 830 p.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR, 2001. 220 p.

ARISTÓTELES. Poética. Trad. Baby Abrão. In: _____. **Aristóteles**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. cap. 2, p. 33-75. (Coleção Os Pensadores).

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994. 111 p. (Coleção Travessia do Século).

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não**. Seleção de textos por José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 03-97. (Coleção Os Pensadores).

BADIOU, Alain. **Para uma nova teoria do sujeito**: conferências brasileiras. Trad. Emerson Xavier da Silva; Gilda Sodré. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 116 p.

BARBOSA, Livia. **Sociedade do consumo**. 2. ed. Rio de Janeiro: JZE, 2008. 88 p. (Coleção Ciências Sociais Passo-a-Passo).

BARTHES, Roland. **Aula**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1996. 89 p. [Primeira edição de 1978].

BAUDRILLARD, Jean. **Tela-total**: mito-ironias do virtual e da imagem. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002. 174 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos**: sobre a ética pós-moderna. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: JZE, 2011. 412 p.

_____. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 200 p.

_____. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. 192 p.

_____. **Globalização:** as consequências humanas. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 148 p.

_____. **Ética pós-moderna.** Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997. 286 p. (Coleção Critério Éticos).

BENTO, Conceição Aparecida. A escrita e o sujeito: uma leitura à luz de Lacan. **Psicologia – USP**, São Paulo, v. 15, n. 1-2, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psusp/v15n1-2/a20v1512.pdf>>. Artigos originais: produção dos alunos de pós-graduação do Prof. Luiz C. Nogueira, 2002- FFLCH/USP. Acesso em: 12 maio 2005.

BERGSON, Henri. **Memória e vida.** Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 184 p. [Textos escolhidos por Gilles Deleuze].

BIRMAN, Joel. A psicopatologia na pós-modernidade: as alquimias no mal-estar da atualidade. In: _____. **Mal-estar na atualidade:** a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 175-191.

_____. **Freud & a filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 78 p. (Coleção Psicanálise Passo-a-Passo).

_____. Mal-estar na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Resenha de: VIOLANTE, Maria Lucia Vieira. Psicanálise: uma ilusão sem futuro? **Percursos – Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. 2, n. 25, p. 119-121, dez. 2000. Semestral.

_____. **Freud e a interpretação psicanalítica:** a constituição da psicanálise. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991. 248 p.

BLEICHMAR, Norberto M.; BLEICHMAR, Celia Leiberman de. Lacan: teoria do sujeito, entre o outro e o grande outro. In: _____. **A psicanálise depois de Freud:** teoria e clínica. Trad. Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. cap. 7, p. 138-169.

BRAGAGLIA, Ana Paula. A sociedade das imagens e seus modelos de subjetividade. **Semiosfera – Revista eletrônica da Escola de Comunicação da UFRJ**, ano 5, n. 8, s/d. Disponível em: <www.eco.efrj.br/semiosfera>. Acesso em: 13 jul. 2007. Semestral.

BRUM, Evanisa Helena Maio de. Patologias do vazio: um desafio à prática clínica contemporânea. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 48-53, dez. 2004. Trimestral.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 240 p.

CAMPÁ, Wânia Amélia Belchior Mesquita. O empresário e a fé: “homens de negócio” e expansão pentecostal. In: JORNADA SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS NA AMÉRICA LATINA E SEMINÁRIO TEMÁTICO “OS PENTECOSTAIS”, 8., 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1998. p. 22-25. Disponível em: <www.fffch.usp.br/sociologia/posgraduacao/jornadas/papers/>. Acesso em: 05 fev. 2012.

CARNEIRO, Henrique Figueiredo. Que Narciso é esse?: mal-estar e resto. Fortaleza: [s.n], 2007. Disponível em: <http://cnpq.br/cnpq/livro_eletronico/pdf/henrique_carneiro.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2009.

CASTRO, Eliana de Moura. **Psicanálise e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 80 p. (Série Princípios).

CORACINI, Maria José R. Faria. A memória em Derrida: uma questão de arquivo e de sobre-vida. **Cadernos de Estudos Culturais**: Crítica Biográfica, Campo Grande, v. 2, n. 4, set. 2010.

COSTA, Ana Maria Medeiros da. **Corpo e escrita**: relações entre memória e transmissão da experiência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. 168 p.

COSTA, Lígia Militz da. **A poética de Aristóteles**: mímese e verossimilhança. São Paulo: Ática, 1992. 80 p. (Série Princípios).

COSTA, Rogério da. Sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, jan./mar. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100019&script=sci_arttext<ng>. Acesso em: 21 set. 2005.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Versão eletrônica produzida por Coletivo Periferia. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html>>. Acesso em: 15 maio 2007. [Original de 1967].

DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. Sobre as sociedades de controle. Rio de Janeiro: 34, 1992. Disponível em: <<http://netart.incubadora.fapesp.br/portal/midias/controle.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2005.

_____. **Bergsonismo**. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: 34, 1999. 144p. (Coleção Trans). [Original de 1966].

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 2. Trad. Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. Rio de Janeiro: 34, 1997. 110 p. (Coleção Trans).

_____; _____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto; Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: 34, 1995. 96 p. (Coleção Trans).

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio d'água, 2004. 185 p.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 74 p. [1ª. edição de 1987].

_____. **Estados de alma e psicanálise:** o impossível para além da soberana crueldade. Trad. Antonio Romane Nogueira; Isabel Kahn Marin. São Paulo: Escuta, 2001a. 83 p.

_____. **Mal de arquivo:** uma impressão freudiana. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001b. 132 p. (Coleção Conexões).

_____. **Gramatologia.** Trad. Miriam Chnaiderman; Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. 386 p. (Coleção Estudos). [Original de 1967].

_____. **A farmácia de Platão.** Trad. Rogério da Costa. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1991. 128 p.

_____. Sémilogie et grammatologie: entretien avec Julia Kristeva. In: _____. **Positions.** Paris: Les Éditions de Minuit, 1972. p. 27-50.

DESCARTES, René. **Discurso do método.** Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 33-100. (Coleção Os Pensadores). [1ª edição de 1637].

DIAS, Carlos Amaral. **Costurando as linhas da psicopatologia Borderland:** estados limites. Lisboa: Climepsi, 2004. 166 p.

_____. A coisa e a palavra. In: _____. **Um psicanalista no Expresso do Ocidente.** Lisboa: Temas e Debates, 2003a. cap. 1, p. 45-46.

_____. Dinheir-ame. **Um psicanalista no expresso do Ocidente.** Lisboa: Temas e Debates, 2003b. cap. 1, p. 64-65.

_____. **Falas públicas do inconsciente.** Lisboa: Quarteto, 2000. 366 p. (Coleção Psicologia e Saúde).

_____. **O negativo ou o retorno a Freud.** Lisboa: Fim de Século, 1999. 135 p. (Coleção Margens).

DIAS, Carlos Amaral; ZIMERMAN, David; REZENDE, Antônio M. de. **Bion hoje.** Lisboa: Fim de Século, 1998. 184 p. (Coleção Margens).

DOMÉNECH, Miguel; TIRADO, Francisco J.; GÓMEZ, Lúcia. O Mito da Interioridade em Psicologia. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Nunca fomos humanos:** nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. cap. 3, p. 112-136.

DURÃO, Fábio; ZUIN, Antônio; VAZ, Alexandre Fernandes. **A indústria cultural hoje.** São Paulo: Boitempo, 2008. 211 p.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio.** Trad. Luz Cary; Margarida Garrido; J. Vasconcelos Esteves. 3. ed. Lisboa: Presença, 1982. 405 p. [Originais de 1897].

FARIAS, Francisco Ramos de; DUPRET, Leila. (Org.) **A pesquisa nas ciências do sujeito.** Rio de Janeiro: Revinter, 1998. 197 p.

FERREIRA, May Guimarães. **Concepções de subjetividade em psicologia**. Campinas: Pontes; São Luiz: CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão), 2000. 112 p.

FERREIRA, Pedro Peixoto. Máquinas sociais: o filo maquinico e a sociologia da tecnologia. In: ARTE, TECNOCIÊNCIA E POLÍTICA, 2004, Campinas. **Anais...** Campinas: CteMe – IFCH/Unicamp – Fapesp, 2004. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cteme/txt/Pedro_ATP.pdf>. Acesso em: 29 out. 2005.

FERREIRA, Tânia. **A escrita da clínica**: psicanálise com crianças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 144p.

FIGUEIREDO, Ana Cristina; TENÓRIO, Fernando. O diagnóstico em psiquiatria e psicanálise. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.29-43, mar. 2002. Trimestral.

FIGUEIREDO, Luís Claudio Mendonça. A questão da alteridade na teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche. **Psicol. USP**, São Paulo, 1994, v. 5, n. 1-2, p. 297-308. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771994000100019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 fev. 2012.

FORRESTER, John. **As seduções da psicanálise**: Lacan, Freud e Derrida. Trad. Marcos S. Nobre. Campinas: Papirus, 1990. 256 p.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao círculo de epistemologia. In: _____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a. (Coleção Ditos e Escritos, 2). p. 82-118. [Texto original de 1969].

_____. Foucault explica seu último livro. In: _____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b. (Coleção Ditos e Escritos, 2), p. 145-159. [Texto original de 1969].

_____. (Org.). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**: um caso de parricídio do século XIX. Trad. Denize Lezan de Almeida. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003a. 294 p. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências). [Original de 1977].

_____. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b. 241 p. [Original de 1963].

_____. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia poder-saber**. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003c. p. 203 -222. (Coleção Ditos e Escritos, 4). [Texto original de 1977].

_____. Poder e saber. In: _____. **Estratégia poder-saber**. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003d. p. 223-240. (Coleção Ditos e Escritos, 4). [Texto original de 1977].

_____. A “governamentalidade”. In: _____. **Estratégia poder-saber**. Trad. Elisa Monteiro. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003e. p. 281-305. (Coleção Ditos e Escritos; 4). [Texto original de 1978].

_____. Mesa redonda em 20 de maio de 1978. In: _____. **Estratégia poder-saber**. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003f. p. 335-351. (Coleção Ditos e Escritos, 4). [Texto original de 1980].

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a. 396 p. [Original de 1969].

_____. Filosofia e psicologia. In: _____. **Problematização do sujeito**: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002b. p. 220-231. (Coleção Ditos e Escritos, 1). [Original de 1965].

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974/1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 580 p. (Coleção Tópicos).

_____. **Doença mental e psicologia**. Trad. Lílian Rose Shalders. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. 104 p. [Original de 1962].

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado; Eduardo Jardim Morais. 2. ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999a. 158 p. [Original de 1973].

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b. 542 p. [Original de 1966].

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 555 p. (Coleção Estudos). [Original de 1961].

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Santiago. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p. [Original de 1971].

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon de Albuquerque. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 155 p.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p. [Original de 1975].

_____. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 246 p.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p.

FREUD, Sigmund. **Moisés e o monoteísmo**: Três ensaios. Trad. Jose Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1980a. [Original de 1939. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. XXIII].

_____. **Formações em análise**. Trad. Jose Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1980b. [Original de 1937. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. XXIII].

_____. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise**. Trad. J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1980c. [Obra original de 1932/1933. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. XXII].

_____. **A questão da análise leiga**. Trad. Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1980d. [Original de 1926. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. XVIII].

_____. **Além do princípio do prazer**. Trad. Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1980e. [Original de 1920. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. XVIII].

_____. **O estranho**. Trad. Jose Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1980f. [Original de 1919. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. XVII].

_____. **Luto e melancolia**. Trad. Themira de Oliveira Brito, Paulo Henriques Britto e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1980g. [Original de 1915. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. XIV].

_____. **Fausse reconnaissance (déjà raconté) no tratamento psicanalítico**. Trad. Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1980h. [Original de 1914. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. XIII].

_____. **Totem e tabu**. Trad. Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1980i. [Original de 1913. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. XIII].

_____. **A psicopatologia da vida cotidiana**. Trad. Klaus Scheel. Rio de Janeiro: Imago, 1980j. [Original de 1901. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. VI].

_____. **A interpretação de sonhos**. Trad. Walderedo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago, 1980k. [Original de 1900. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. V].

_____. **Carta 52** (de Freud a Fliess). Trad. José Luis Meurer. Rio de Janeiro: Imago, 1980l. p. 317-324. [Original de 1896. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas - ESB, v. I].

_____. **A interpretação das afasias**. Trad. António Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1977. [Original de 1891].

GALLI, Fernanda Correa Silveira. **(Ciber)espaço e leitura**: o mesmo e o diferente no discurso sobre as “novas” práticas contemporâneas. 2008. 304 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

GAY, Peter. **Uma vida para o nosso tempo**. Trad. Denise Gottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 719 p.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 316 p. [Original de 1961].

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica**: um espaço discursivo intercalar. 2005. 269 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUIRADO, Marlene. **A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2010. 224 p.

HACKING, Ian. **Philosophie et histoire des concepts scientifiques**. Résumé des cours: façonner les gens – 2001/2002. Disponível em: <www.College_de_france.fr/media/phi_his/upl51957hackingR01_02>. Acesso em: 07 set. 2005.

HAVELOCK, Eric. Equação oralidade-cultura: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. (Org.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995. p.17-34.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 291–392. (Coleção Os Pensadores). [Original de 1807].

IZQUIERDO, A. Javier. Antropismo social, reflexividad estadística y liberalismo avanzado: más allá de la globalización económica. In: RAMOS, R.; GARCIA-SELGAS, F. (Dir.). **Globalización, riesgo, reflexividad**: tres temas de la teoría social contemporánea. Madrid: CIS, 1999. p. 521-556. Disponível em: <http://www.uned.es/dpto-sociologia-I/IZQUIERDO/Articulos/Izquierdo_Antropismo%20Social.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2005.

JAMESON, Fredric. Cultura e capital financeiro. In: _____. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-modernismo. Trad. Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. cap. 7, p. 217-254.

JOAQUIM, Leyla Mariane; EL-HANI, Charbel Niño. A genética em transformação: crise e revisão do conceito de gene. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 8, n. 1, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662010000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2010.

KANT, Emmanuel. **Crítica a razão pura**. Trad. J. Rodrigues de Menez. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasil Ed., 1971. (Coleção Clássicos de Ouro. Alemães). [Edição Original de 1787].

KASTRUP, Virginia. **A invenção de si e do mundo**: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a. 256 p.

_____. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, abr. 2007b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 jan. 2012.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1998. 348 p.

KOLTAI, Caterina. **Política e Psicanálise**: o estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000. Resenha de: GOLDEMBERG, Ricardo. A Fronteira se diz na língua do outro. **Psi**: Jornal de Psicologia, v. 18, n. 123, jul/ago. 2000.

LACAN, Jacques. **O seminário**. Livro 5: as formações do inconsciente. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. [Original de 1957-1958].

_____. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada: um novo sofisma. In: _____. **Escritos**: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 197-213. [Original de 1966].

_____. A instância da letra ou a razão desde Freud: seminário de 1957. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 496-553. [Original de 1966].

_____. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 807-842. [Original de 1960].

_____. O inconsciente freudiano e o nosso. In: _____. **O seminário**. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Trad. M.D. Magno. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 23-32. [Original de 1964].

LAPLANCHE, Jean. **Teoria da sedução generalizada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988. 232 p.

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo**: a vida americana numa era de esperanças em declínio. Trad. Ernani Pavanelli. Rio de Janeiro: Imago, 1983. 320 p.

_____. The culture of narcissism. New York: Warner Bases Book, 1979. In: BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 304 p.

LE GAUFEY, Guy. **L' incompletude du symbolique**: de René Descartes à Jacques Lacan. Paris: EPEL, 1996. 244 p.

LEONI, G. D. Prefácio. In: KANT, Emmanuel. **Crítica à razão pura**. Trad. J. Rodrigues de Meneje. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasil Editora, 1971. (Coleção Clássicos de Ouro. Alemães). [Edição Original de 1787].

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: 34, 1999. 160 p.

_____. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na Era Informática. Trad. Fernanda Barão. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. 263 p.

LÉVY-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989. 319p.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. “Trabalho”, “mudança de vida” e “prosperidade” entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jul. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05. fev. 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004a. 136 p.

_____. **Metamorfoses da cultura**: ética, cultura e empresa. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2004b. 88 p.

_____. **O império do efêmero**: a moda e seus destinos nas sociedades modernas. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a. 294 p.

_____. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio D'Água, 1989b. 204 p.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 5. ed. Trad. Ricardo Correa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. 132 p.

MACHADO, José Pedro. Salário. In: _____. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Confluência, 1939. 2 v.

MAFFESOLI, Michel. Um desenho geral da pós-modernidade. **Libero**: Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 4-11, jun. 2000. Semestral.

MAINGUENEAU, Dominique. **Os termos-chave da análise do discurso**. Trad. Maria Adelaide P. P. Coelho da Silva. Lisboa: Gradiva, 1997. 112 p.

MAJOR, René. **Lacan com Derrida**. Trad. Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 254 p. (Coleção Sujeito e História).

MARIANO, Ricardo. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**, Revista da Pós-Graduação da PUCSP em Ciências da Religião, São Paulo, p. 68-95, dez. 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2012.

MARTINHO, José. O falo, a falta e a fala. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, Porto, n.10/11, p. 103-108, abr.1992. Semestral.

MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrum. Trad. Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003. 211 p.

_____. **Alcoolismo, delinquência, toxicomania**: uma outra forma de gozar. 2 ed. São Paulo: Escuta, 1992. 159 p.

MESQUITA, Wânia Amélia Belchior. Um pé no reino e outro no mundo: consumo e lazer entre pentecostais. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 fev. 2012.

MEZAN, Renato. Uma arqueologia inacabada: Foucault e a Psicanálise. In: RIBEIRO, Renato Janine (Org.). **Recordar Foucault**: os textos do colóquio Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 95-125.

MILLER, Gerard (Org.). **Lacan**. Trad. Luiz Forbes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 140 p.

MONDIN, Batista. **Curso de filosofia**: os filósofos do ocidente. 7. ed. São Paulo: Paulus, 1981. 2 v. 212 p.

MORAES, Thiago Drumond; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 91-102, jan./jun. 2002. Semestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000100012 &lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2005.

NANCY, Jean-Luc. Um Sujeito? In: MICHELS, A. et. al. **O homem e o sujeito**. Trad. Francisco R. de Farias. Rio de Janeiro: Revinter, 2001, p. 25-74.

OCARIZ, Maria Cristina. O dispositivo psicanalítico no começo do século XXI. **Percursos**: Revista de Psicanálise, ano XV, n. 29, p. 33-40, dez. 2002. Semestral.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (Coord.). **CID 10 - Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID 10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Trad. Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 352 p.

PANIAGO, Maria de Lourdes Faria dos Santos. **Práticas discursivas de subjetivação em contexto escolar**. 2005. 346 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005. Disponível em: <<http://www.oestrangeiro.net/00/lourdes.doc>>. Acesso em: 16 maio 2007.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 91 p.

POLITZER, Georges. **Crítica dos fundamentos da Psicologia**: a psicologia e a psicanálise. Trad. Marcos Marcionilo; Yvone Maria de C. T. da Silva. Piracicaba: Unimep, 1998. 194 p. [Edição original de 1968].

RAMOS DO Ó, Jorge. Government of the soul and genesis of modern educational discourse (1879-1911). **Paedagogica Historica**, v. l. 41, n. 1-2, p. 243-257, feb. 2005.

_____. **O governo de si mesmo**: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do Século XIX – meados do Século XX). Lisboa: Educa e Autor, 2003.

_____. **O governo dos escolares**: uma aproximação teórica às perspectivas de Michel Foucault. Lisboa: Educa e Autor, 2001. 44 p. (Cadernos Prestige, 4).

RASSIAL, Jean-Jacques. Questões pós-modernas e psicanálise: entrevista a Andréa Carvalho, Bela Sister, Maria Selaibe, Maria Cristima Ocariz. **Percursos**: Revista de Psicanálise, São Paulo, v. 16, n. 31-32, p. 135-148, dez. 2003/jun. 2004. Semestral.

REIS FILHO, Ésio dos. Depressão na atualidade. **Boletim do Depto. Formação em Psicanálise**, v. 10, n. 1, jan./dez. 2001. Disponível em: <http://sedes.org.br/Departamentos/formacao_Psicanalise/depressao_na_atualidad...>. Acesso em: 30 abr. 2005.

REZENDE, Antonio Muniz de. **A identidade do psicanalista: função e fatores**. Taubaté: Cabral Universitária, 2000.

_____. **A questão da verdade na investigação psicanalítica**. Campinas: Papyrus, 1999a. 248 p.

_____. **Ser e não ser: sob o vértice de “O”**. Taubaté: Cabral Universitária, 1999b. 216 p.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. 172 p.

_____. **Tempo e narrativa – Tomo 1**. Campinas: Papyrus, 1994. 408 p.

ROLNIK, Suely. Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e com a cultura. **Núcleo de Estudos da Subjetividade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2012.

ROSE, Nikolas. Psicologia como uma ciência social. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jan. 2012.

_____. Como se deve fazer a história do EU? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 33-57, jun./jul., 2001(a). Semestral.

_____. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001(b). cap. 4, p. 137-204.

_____. Power and subjectivity: critical history and psychology. In: GRAUMANN, Carl Friedrich; GERGEN, Kenneth J. (Ed.). **Historical dimensions of psychological discourse**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996a.

_____. Power in therapy: tecne and ethos. **Academy for the psychoanalytic arts**, 1996b. Disponível em: <<http://www.academyanalyticarts.org/rose-power-in-therapy>>. Acesso em: 23. ago. 2005.

ROSE, Nikolas; MARTINS, Emerson Rodrigo Pinheiro. A biomedicina transformará a sociedade?: o impacto político, econômico, social e pessoal dos avanços médicos no século XXI. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jan. 2012.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro; Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 874 p.

ROZITCHNER, Leon. **Freud e o problema do poder**. Trad. Marta Maria Okamoto; Luiz Gonzaga Braga Filho. São Paulo: Escuta, 1989. 190 p.

RUSSO, Jane; VENÂNCIO, Ana Tereza A. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 460-483, set. 2006. Trimestral.

SAFATLE, Vladimir. Autorreflexão ou repetição: Bento Prado Jr. e a crítica ao recurso frankfurtiano à psicanálise. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2004. Semestral. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/agora/v7n2/v7n2a07.pdf>. Acesso em: 29 out. 2005.

SATHLER, Conrado Neves. Limite e afeto na educação de crianças: revisão psicodramática. **Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, ano 3, n. 4, p. 195-208, ago. 2001. Semestral.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2002. [Original de 1916-1917].

SIBILIA, Paula. A desmaterialização do corpo: da alma (analogica) à informação (digital). **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 105-119, mar. 2006. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewPDFInterstitial/74/73>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

SILVA, Patrícia Regina da Matta et. al. Além dos muros e dentro da tela: o discurso psi, a mídia e o cotidiano. **Psicologia para América Latina**, n. 5, 2006. Disponível em: <<http://www.psicolatina.org/Cinco/dos-muros.html>>. Acesso em: 08 fev. 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. **A invenção do sujeito universal**: Hobbes e a política como experiência dramática do sentido. Campinas: Unicamp, 1995. 314 p.

SOLER, Colette. A hipótese Lacaniana. **Percursos**: Revista de Psicanálise, São Paulo, ano XV, v. 2, n. 29, p. 5-13, dez. 2002. Semestral.

VAISBERG, Tânia Maria José Aiello. A função social da psicologia clínica na contemporaneidade. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 93-99, jun. 2001. Semestral. Disponível em: <<http://www4.mackenzie.com.br/4774.html>>. Acesso em: 06 maio 2005.

VILUTIS, Isabel Mainetti de. A construção do dispositivo analítico. **Percursos**: Revista de Psicanálise, São Paulo, v. 2, n. 29, p. 27-32, dez. 2002. Semestral.

WACHS, Felipe et al. Processos de subjetivação e territórios de vida: o trabalho de transição do hospital psiquiátrico para serviços residenciais terapêuticos. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2012.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi; Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 233 p. [Originais de 1904 e 1905].

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 16-22, dez. 2006. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000300003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 abr. 2007.

ZIMERMAN, David E. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 459 p.

Diagramação, Impressão e Acabamento:



Avila - SP
Fones (11) 3325-8778
Faxes (11) 3325-3074
vendas@graficatriunfal.com.br
www.graficatriunfal.com.br